

Fernand Braudel e as Ciências Humanas



Reitora *Nádina Aparecida Moreno*

Vice-Reitor *Berenice Quinzani Jordão*



EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

Diretora *Maria Helena de Moura Arias*

Conselho Editorial

Abdallah Achour Junior
Edison Archela
Efraim Rodrigues
José Fernando Mangili Júnior
Marcia Regina Gabardo Camara
Marcos Hirata Soares
Maria Helena de Moura Arias (Presidente)
Otávio Goes de Andrade
Renata Grossi
Rosane Fonseca de Freitas Martins

Fernand Braudel e as Ciências Humanas

Carlos Antonio Aguirre Rojas

Tradução: Jurandir Malerba



Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca
Central da Universidade Estadual de Londrina.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

A284f Aguirre Rojas, Carlos Antonio.
Fernand Braudel e as ciências humanas [livro eletrônico] /
Carlos Antonio Aguirre Rojas ; tradução: Jurandir
Malerba. – Londrina : Eduel, 2013.
1 Livro digital : il.

Inclui bibliografia.

Disponível em: [http://www.uel.br/editora/portal/pages/
arquivos/fernand-braudel.gif](http://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/fernand-braudel.gif)

ISBN 978-85-7216-680-5

1. Braudel, Fernand – 1902-1985. 2. História. 3. Civilização –
História. 4. Ciências sociais. I. Título.

CDU 930.85

Direitos reservados a
Editora da Universidade Estadual de Londrina
Campus Universitário
Caixa Postal 6001
Fone/Fax: (43) 3371-4674
E-mail: eduel@uel.br
86051-990 Londrina - PR

Impresso no Brasil / Printed in Brazil
Depósito Legal na Biblioteca Nacional

2013

SUMÁRIO

Introdução	1
I. O Personagem	7
II. A História na Perspectiva Braudeliana	19
III. As Lições do Mediterrâneo	39
IV. O Projeto de Reorganização da <i>Episteme</i> vigente nas Ciências Sociais	57
V. Explicando a História Universal: por uma Teoria Geral das Civilizações	71
VI. Capitalismo: Teoria e História	83
VII. Europa: o mundo contra ou a favor dela?	105
VIII. De volta ao Hexágono. A Investigação sobre a Identidade da França	121
Nota Bibliográfica	137

INTRODUÇÃO

Em outubro de 1985, já no fim da vida e no marco de três jornadas de celebração dedicadas ao conjunto de sua produção intelectual, interrogaram Fernand Braudel a respeito do impacto de sua obra e sobre seus ecos em seus possíveis seguidores ou discípulos. Sua resposta, descontraída mas séria – pois Braudel foi sempre um homem de aguda ironia, capaz de aplicá-la às mais diversas situações ou pessoas, tanto quanto a si mesmo –, foi tão surpreendente como digna de nota: Braudel respondeu “[...] passei minha vida sem ser compreendido”. A afirmação que não era simplesmente “humorada”, pois três anos antes havia repetido a mesma idéia, falando seriamente, ao definir a si mesmo como um homem “intelectualmente solitário”, que havia feito seu caminho intelectual quase sem companheiros ou apoios importantes. Um homem que, embora tivesse tido centenas e até milhares de alunos, não chegou jamais a possuir mais que muito pouco, pouquíssimos verdadeiros discípulos, no sentido forte deste termo.

Entretanto, e em aparente contraste com esta convicção braudeliana, torna-se interessante comprovar como a historiografia francesa, europeia e

mundial dos últimos 25 anos, apropriou-se pouco a pouco da linguagem e dos conceitos braudelianos, terminando por converter, em moeda corrente dos estudos históricos contemporâneos, os termos de longa duração, história global, civilização material ou de economia-mundo, para lembrar apenas alguns exemplos.

– O senhor acredita que triunfou que triunfou?

Fernand Braudel: Sim e não. Os homens e as obras passam. Mas de qualquer modo eu pude me proporcionar um espetáculo intelectual sem igual: todo o conjunto das ciências humanas, visto bem perto, e ainda as realidades da Rússia soviética, das Américas, da Índia, da China, tudo isso disposto sob meus olhos, o que me ajudou bastante. E tive êxito em minhas pesquisas. Pelo menos, sinto ter cumprido para comigo mesmo essa tarefa.

– O senhor se sente um homem só?

Fernand Braudel: Sim, apenas intelectualmente. Pois as pessoas que encontrei não estiveram tão próximas de mim quanto esteve Lucien Febvre. A vida intelectual abre você aos outros, mas ao mesmo tempo o faz voltar-se sobre si mesmo. Mas eu não estou só, para mim a vida não é só a atividade intelectual. Tenho minha família e meus amigos.

“Une vie pour la historie, entrevista realizada por François Ewald e Jean Jaques Brochier, *Magazine Littéraire*, n. 212, p. 24, novembro de 1984.

Como se explicaria, então, este aparente paradoxo entre uma divulgação e popularidade mais ou menos ampla de certos temas, conceitos e até fragmentos da obra braudeliiana e a queixa do próprio autor quanto à escassa compreensão efetiva e profunda dessa obra? Como explicar a ampla “vulgarização” de certos conceitos e perspectivas de Fernand Braudel, antes mesmo de terem sido bem compreendidos e assimilados pelos diferentes meios historiográficos contemporâneos?

Para além do fato evidente de que nosso autor não é o único a quem aconteceu este processo de simplificação e até tergiversação de suas principais teses – para usar um exemplo esclarecedor, lembre-se da obra de Marx e dos múltiplos “marxismos” que se digladiaram em seu nome – será oportuno considerar o fato de que seu nome se encontra diretamente associado a muitas instituições, mas também aos projetos ou empreendimentos intelectuais mais relevantes, que tiveram lugar dentro da historiografia e das ciências sociais francesas do século XX.

Uma boa parte da grande popularidade de Fernand Braudel pode ser atribuída ao fato de que seu nome se associa diretamente à mais importante corrente contemporânea de historiadores franceses, a “corrente dos Annales”, bem como às prestigiadas instituições como a *Maison des Sciences de l’Homme* – em boa medida, uma criação do próprio Braudel a *Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales* (anteriormente sexta seção da *Ecole Pratique des Hautes Etudes*), ao *Collège de France* ou à *Académie Française*.

São títulos de “alta glória acadêmica”, sobre os quais, Braudel costumava também ironizar, afirmando que felizmente sua “glorificação” lhe havia chegado tardiamente, ao final de seu caminho intelectual. Títulos estes que permitiram popularizar o nome de Braudel e certos elementos de sua obra, mas sem gerar até hoje uma real assimilação do conjunto de sua contribuição.

Por outro lado e como complemento do anterior, essa ampla difusão pode talvez estar ligada ao importante papel que Braudel chegou a ter nas instituições, a ponto inclusive de ter sido rotulado com frequência como um verdadeiro “patrão”, nas ciências sociais na França. Por ter ocupado postos “chaves”, como o de Presidente do Júri do Exame de Agregação em História, de Diretor da revista *Annales*, de Diretor da VI seção da *Ecole Pratique des Hautes Etudes* e de administrador da *Maison des Sciences de l’Homme*, Braudel tornou-se efetivamente um “homem público”, talvez numa medida maior do que ele próprio desejasse.

Dessa forma, é evidente que Braudel tenha recebido os mais diversos qualificativos, desde “Príncipe da História” até o de “Proudhon do século XX”, passando pelos de “Prêmio Nobel da História”, “Rei Braudel”, “Papa dos historiadores”, “Schumpeter da história”, “Presidente Braudel” ou “Patrão da nova história”, entre muitos outros.

Todos estes “títulos honoríficos da academia”, o vínculo com as instituições francesas ou estrangeiras, ou as diferentes avaliações de sua pessoa, são elementos que o próprio Braudel considerou em grande medida como parte do “*événementielle*” ou dos fatos imediatos e efêmeros do acontecer histórico. Para além deles, subsistem, num plano mais profundo e essencial, o real significado e as implicações fundamentais do conjunto de sua obra intelectual.

Uma obra histórica e historiográfica de proporções consideráveis, além de constituir o núcleo do legado intelectual braudeliano, é também uma obra complexa. Ela contém uma visão muito particular de mundo e da história e compreende vários campos problemáticos, desenvolvendo-se dentro de diversas teorias e modelos teóricos, que se articulam a partir de certas perspectivas metodológicas e linhas de aproximação crítica. Uma obra que requer um trabalho paciente e rigoroso para ser bem assimilada. Isso talvez explique, diante da ampla popularidade dos termos braudelianos e para além dela, a queixa legítima de seu autor em relação à não compreensão de sua mensagem.

Se dermos um passo além desse nível do imediato que, com frequência, costuma atrapalhar os estudiosos da história – e em conseqüência também aos próprios estudiosos do legado braudeliano e contra o qual nosso autor batalhou a vida inteira, poderemos, então, ter uma visão dos fatos. Essa nova visão vai nos proporcionar uma maior densidade ou perspectiva histórica e nos permitirá observar, de maneira mais justa, o verdadeiro papel da obra de Fernand Braudel, na historiografia atual. Papel que, a partir desta nova ótica, da história “profunda”, que constitui o espaço privilegiado de todo o conjunto das análises braudelianas, evidencia múltiplas facetas.

Braudel é o autor de dois livros que hoje podem ser considerados “clássicos” da historiografia do século XX, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*, editado pela primeira vez em 1949, e *Civilização material, economia e capitalismo, Séculos XV-XVIII*, publicado em 1979. Duas grandes obras da historiografia contemporânea, que não são apenas a espinha dorsal da obra historiográfica construída por nosso autor. São também duas análises historiográficas que, de uma perspectiva original e inovadora, revolucionaram profundamente as explicações e interpretações existentes sobre os temas cruciais que abordam: o nascimento do mundo moderno, a gênese da atual civilização

latino-americana, o papel primordial do mar Mediterrâneo na história universal, a explicação teórica e histórica das estruturas essenciais do capitalismo e da modernidade, as razões profundas da expansão da civilização européia por todo o globo ou os possíveis cenários futuros dos descentramentos e rearranjos planetários das atuais economias-mundo, entre outros. Duas obras que hoje constituem ponto de referência obrigatório e imprescindível para uma grande parte dos historiadores e cientistas sociais contemporâneos.

Acompanhando os resultados historiográficos de ampla dimensão espacial, temporal e problemática (e de amplas dimensões, que compreendem mais de mil páginas de *O Mediterrâneo* e mais de mil e quinhentas páginas de *Civilização material*), Fernand Braudel é também, além de tudo, o criador de uma perspectiva metodológica profundamente original: a longa duração histórica, que superou nossas visões habituais acerca dos fatos, fenômenos e processos sociais, a partir da radicalização de sua dimensão temporal, de suas muito heterogêneas durações sociais e históricas. Em conseqüência, sua proposta se abre não apenas para os historiadores, mas também para todo o conjunto dos cientistas sociais. Uma nova forma de aproximação às realidades históricas que, a partir deste prisma dos múltiplos tempos ou das diferentes “temporalidades”, chegou inclusive a questionar o ordenamento ou “episteme” atualmente vigente, quadriculado e fragmentado, destas mesmas ciências sociais.

Finalmente, junto a tais imponentes construções historiográficas e àquela renovada perspectiva metodológica, Braudel é também autor de um vasto conjunto de novas teorias, em torno de vários temas vitais do debate contemporâneo. São exemplos, a velha questão da relação entre homem e natureza, que dá lugar à visão geo-histórica dos fatos civilizatórios; a tematização e o exame do vínculo entre vida cotidiana e história, que se resolve no modelo teórico da civilização material. Igualmente, o tema da dinâmica entre civilizações, gerado pela universalização da história e pela criação do mercado mundial capitalista, que deu lugar tanto à teoria braudeliana das economias-mundo do período da modernidade como à sua teoria geral do capitalismo. Por último, a sua teoria das civilizações, que se apresenta como uma possível chave para o entendimento do enorme e recorrente problema dos critérios de explicação da história geral das sociedades humanas.

Fernand Braudel se apresenta, então, a partir desta perspectiva da história profunda que tanto lhe agradava, como um dos pensadores sociais mais relevantes dos últimos cem anos; em nossa opinião, também como o maior historiador de todo o breve século XX, que começou em 1914/17 e terminou com a enorme ruptura de 1989.

A obra histórica de Fernand Braudel merece realmente ser lida e estudada seriamente. As páginas seguintes não pretendem em absoluto substituir a leitura dessa obra que, em nossa opinião, é imprescindível aos cientistas sociais contemporâneos. Almejam, antes, constituir um convite à sua leitura direta, através da apresentação dos eixos principais do projeto intelectual que animou as distintas etapas de sua elaboração. Longe de dispensar o contato direto com o pensamento vivo e complexo de Braudel, este pequeno livro tem a ambição de funcionar como uma simples “introdução” propedêutica a seu pensamento.

Para entender a originalidade de uma obra como a de Fernand Braudel, é importante partir de sua biografia pessoal. Nosso autor passou por uma série de experiências e etapas de desenvolvimento, em alguma medida, excepcionais, as quais acabaram constituindo-lhe uma personalidade singular. Vários aspectos importantes da obra antes assinalada, que será explorada nos capítulos subsequentes, explicam-se melhor a partir deste reconhecimento das circunstâncias e experiências de sua trajetória pessoal e intelectual.

Em primeiro lugar, Braudel pode ser classificado, devido ao seu local de nascimento, mas sobretudo por sua primeira etapa de vida, como um “homem de fronteira”. Nasceu e viveu seus primeiros sete anos num pequeno povoado da Lorena francesa, na pequena vila de Lumeville en Ornois, onde habitava sua avó paterna. Assim, desde muito cedo, viu-se impregnado e influenciado por percepções e universos culturais muito diferentes.

Naquela pequena aldeia, Braudel se encontra situado num ponto ou espaço geográfico fronteiro, uma encruzilhada cultural verdadeiramente fantástica: precisamente, essa zona na qual apenas coexistem a cultura alemã –

pois, uma parte da Lorena francesa esteve sob domínio alemão entre 1870 e 1918 – e a cultura francesa. Nela, dialogam e se entrecruzam as culturas da Europa mediterrânea e da Europa nórdica. Ou seja, trata-se de uma zona que se alimenta da diversidade das duas grandes matrizes culturais que, na longa duração, “dividiram” o espaço ocidental da civilização européia. Nela, criou-se essa atmosfera de uma densidade cultural imensa, na qual se forjaram pensadores do porte de Marc Bloch, Henri Pirenne ou Karl Marx. Ela vai marcar também a infância de Braudel, tornando-o mais um personagem dessa reduzida série de “homens de fronteira”, que virão a ser especialmente abertos a muitos horizontes culturais e sensíveis a outras aproximações intelectuais frente ao social. Essa primeira formação sob tal condição “de fronteira”, como veremos, se afirmará com o passar do tempo, marcando toda a vida intelectual de Braudel.

Desde seus primeiros anos de vida (1902-1909), Braudel pôde tomar um primeiro contato com a língua alemã, o que adiante lhe facultará fácil acesso ao desenvolvimento das ciências sociais germânicas em geral e à geografia e à historiografia em particular. O acesso ao rico pensamento alemão e austríaco, desenvolvido entre as duas guerras mundiais, combinou-se com o conjunto de elementos da cultura mediterrânea dessa época. São estes, os dois pilares em que se apóia o complexo edifício de sua obra. Por outra parte, eles explicam também o cosmopolitismo e a abertura temática de suas pesquisas, que lhe permitem dialogar com os historiadores britânicos da revista *Past and Present*, escrever um pequeno ensaio sobre Veneza, trabalhar em temas da história muçulmana, argelina ou brasileira, com a mesma facilidade e desenvoltura com que lida com a história italiana, espanhola, francesa ou alemã.

Tendo vivido sua infância numa pequena aldeia camponesa de apenas duzentos habitantes, Braudel pôde ali aprender as realidades dessa vida camponesa, sobre a qual, teorizará mais adiante. É importante insistir que tratam-se de realidades que se desenrolam numa temporalidade lenta, repetitiva e que reproduz fortemente os comportamentos e costumes ancestrais. Por isso, foram realidades capazes de incutir no pequeno Braudel o gosto e sensibilidade particulares para a percepção mais aguda – que apenas se tornará explícita e consciente muitos anos depois – das diversas estruturas da longa duração histórica.

Assim, ao definir a vida camponesa como um dos espaços privilegiados de reprodução dessas mesmas estruturas da longa duração, Braudel tem em mente essa primeira experiência pessoal. Ela é o fundamento da autoridade que o permitiu falar, em várias de suas obras, e com toda familiaridade e conhecimento de causa, sobre técnicas, hábitos e mecanismos de funcionamento mais elementares dessa vida rural da França, da qual, originariamente, ele próprio provinha.

Em segundo lugar, e prolongando esta condição inicial de “homem de fronteira” ou de “homem das margens” – que cultivará e expressará de múltiplos modos ao longo de sua vida – Braudel pode ser também considerado como um rebento intelectual dessa Europa singular do entre guerras, que constituiu a “época” e o “meio” de sua primeira formação como historiador e como cientista social. A Europa dos agitados anos 20 e 30 caracteriza-se como uma conjuntura cultural, talvez a mais rica, densa e interessante para o pensamento europeu do século XX.

Dentro do clima criado pela primeira guerra mundial, o triunfo da revolução bolchevique, o deslocamento da hegemonia econômica da Europa pelos Estados Unidos no mundo ocidental, a crise de 1929, a ascensão do nazismo e do fascismo e a preparação da iminente segunda guerra, a Europa viu-se forçada a olhar-se de perto no espelho, questionando seriamente os últimos fundamentos de todo seu projeto cultural e civilizatório. Colocam-se em xeque todas as certezas e evidências arraigadas anteriormente, entre as quais, a que postulava o mito da idéia de progresso como processo idêntico e vinculado ao do desenvolvimento dessa civilização européia. Senão, que estranho progresso seria esse, cujo resultado último é a destruição massiva dos povos na hecatombe de 1914-1918? Que tipo de progresso “econômico” seria aquele, que desemboca no desemprego, na crise e nas quebras em cadeia de 1929? Que modelo civilizatório o da pequena Europa, capaz de produzir fenômenos tão aberrantes como o nazismo e o fascismo?

Diante de tais interrogações, a Europa gerou uma conjuntura no entre-guerras que, no plano da cultura, se caracteriza pela multiplicação e o florescimento de diversas reflexões de signo crítico. Estas buscavam reproblematicar as diferentes expressões da razão européia e criaram uma at-

mosfera cultural de uma riqueza, densidade e complexidade excepcionais. É o tempo dourado da psicanálise freudiana, da Viena de Wittgenstein, do marxismo gramsciano ou dos *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, dos grandes debates da antropologia inglesa, dos círculos lingüísticos de Moscou, Viena, Praga e da escola de Frankfurt.

O jovem Braudel irá crescer nesta conjuntura cultural do entre-guerras, marcada pela profunda e radical crise da consciência europeia moderna. Nessa época, ele se auto-define como um “estudante de esquerda” e, sob o impacto de todas estas influências culturais contestatórias, passa a elaborar lentamente uma perspectiva que, mais adiante, procura extrair todas as conseqüências intelectuais dessa crise singular da razão europeia.

Não são alheias a essa atmosfera dos anos 20 e 30, todas as teses desenvolvidas por Braudel, ao longo de sua vida. Um de seus objetos privilegiados de estudo não é mais a velha Europa típica da concepção eurocêntrica, mas antes o mar Mediterrâneo, promovido, na concepção braudeliana, à condição de novo “centro” do mundo e da história universal. Vem daquele quadrante, igualmente, sua heterodoxa concepção do tempo e da duração, que, longe da visão moderna e burguesa da temporalidade, se converte em Braudel na nova e original teoria das diferentes temporalidades ou durações históricas. O mesmo com seu conceito plural das “civilizações” humanas, sua valorização radical do papel efetivo dos elementos da base geográfico-natural, sua singular aproximação ao capitalismo moderno, a partir das esferas cotidianas da civilização material, ou sua visão herética e em ruptura, com relação à configuração específica do *episteme* vigente das ciências sociais do século XX. Todas essas teses, em diversos níveis, colocam-se para além das concepções tradicionais da velha cultura dominante europeia anterior à primeira guerra mundial.

Em terceiro, Fernand Braudel foi também um homem que preencheu sua existência com experiências fortemente contrastadas. Passou de um extremo a outro das posições sociais e viveu algumas experiências limite e certos choques existenciais, que foram configurando suas concepções de historiador e toda sua personalidade intelectual em geral.

Depois da infância camponesa, Braudel viveu a experiência da capital cosmopolita e tão genuinamente francesa que é a cidade de Paris. Passando da

temporalidade lenta e quase imóvel da pequena aldeia ao ritmo vertiginoso e acelerado do tempo urbano parisiense, e dessa cultura fronteiriça e múltipla da Lorena norte-oriental para a cultura cosmopolita da “cidade luz”, Braudel foi conformando lentamente os traços de seu singular perfil intelectual.

Os extremos se combinam em sua experiência, constituindo uma marca permanente e reiterada de sua trajetória intelectual. Após as passagens por Lorena e por Paris, seguiu-se a etapa argelina, na qual, Braudel pôde contrastar novamente o mundo da metrópole com o da colônia, descobrindo ali sua profunda vocação pedagógica como professor. Entre 1923 e 1932, torna-se professor de história nas cidades de Constantine e Argel, ao mesmo tempo que se tem um novo olhar para a Europa, a partir “de fora”; o mar Mediterrâneo também já não é visto como um “apêndice” dessa mesma Europa. Uma realidade auto-suficiente e auto-centrada que, mais do que função da Europa mediterrânea, antes a gerou e comandou sua história ao longo de séculos.

Ao passar a enfocar a França, a partir da Argélia, e a Europa desde o Mediterrâneo, Braudel começa a desestruturar suas próprias concepções de historiador, aprendidas em sua rápida passagem pela *Sorbonne* (1919-1923), submetendo-as a uma mutação lenta e progressiva, mas radical. Sob o impacto de seus encontros com Henri Hauser (1930), Henri Berr (1930) e Henri Pirenne (1931), e na busca prolongada de novas fontes e arquivos para sua pesquisa sobre o Mediterrâneo, Braudel transita lentamente da história tradicional para as novas formas e perspectivas da história econômico-social, que naquela altura dava seus primeiros passos dentro da França.

Do campo à cidade e da metrópole francesa à colônia argelina, esse itinerário contrastado se completará depois com a experiência brasileira de 1935 a 1937, no exercício da Cátedra de História das Civilizações ministrada na Universidade de São Paulo. Foi membro da missão francesa que ajudou a fundar a Universidade de São Paulo e que constituíra, nas palavras do próprio Braudel, um verdadeiro “choque civilizatório”, tanto pessoal como intelectual, de profundas e decisivas conseqüências para todo seu futuro trabalho.

Se, na Argélia, Braudel pôde ver a Europa a partir do Mediterrâneo e a este último como realidade em si mesma, do Brasil, Braudel passaria a observar e analisar a todo o mundo europeu e Mediterrâneo e todo o velho mundo

em geral, da perspectiva do novo mundo e de uma nova dimensão efetivamente planetária.

Ao “mergulhar de cabeça” na vida brasileira e latino-americana e ao tratar de extrair dela suas “lições” com um olhar de historiador, Braudel se viu obrigado a refazer totalmente, do zero, suas concepções, parâmetros e paradigmas históricos. Teve que desmontar definitivamente suas antigas visões historiográficas e começar a repensar toda história das civilizações em novos termos, o que constituiu precisamente o tema de seus ensinamentos e cursos paulistas.

No Brasil dos anos 30, igualmente marcado pela efervescência cultural, é na América do Sul que Braudel começa a elaborar as primeiras versões de vários temas que, mais adiante, seriam característicos de seu pensamento. Por exemplo, a partir da confrontação das realidades civilizatórias brasileiras e europeias, a preocupação em torno do conceito de civilização e a dialética das distintas civilizações humanas na história; a reflexão sobre a diferença, superposição e imbricações das diferentes temporalidades históricas, que na vida e na paisagem brasileiras, por assim dizer, quase dá para se tocar com os dedos; a maior atenção ao papel das dimensões geográficas dentro dos processos históricos, marcada na América Latina pelas dimensões territoriais; finalmente, o peso dos fatos econômicos na explicação histórica, que salta à vista na jovem sociedade brasileira.

Tais experiências fazem de Braudel um verdadeiro “homem das antíteses”. Se no Brasil elas alcançam um maior distanciamento geográfico em relação à sua origem, vão reproduzir-se mais adiante em termos da mudança de funções e de papéis sociais, mais que do deslocamento geográfico e de suas conseqüências.

Imediatamente após a experiência brasileira, e como resultado da segunda guerra, Braudel passa de sua rica e singular liberdade pessoal para a condição de prisioneiro de guerra das tropas alemãs. Como aqueles movimentos de 180 graus anteriores, este também deixará sua marca sobre a visão de mundo de nosso historiador.

Foi durante a experiência de cárcere (1940-1945) que se constituiu a arquitetura definitiva do futuro livro *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. Foi também nesse período que Braudel deu forma à sua

singular hipótese teórica sobre a geo-história e a sua teoria das diferentes temporalidades históricas.

Nasci em 1902, entre Champagne e Barrois, em uma aldeia que conta hoje com uma centena de habitantes e que, na minha infância, tinha quase o dobro. É uma aldeia arraigada há séculos: imagino que sua praça maior, na encruzilhada de três estradas e de um antigo caminho, possa corresponder ao pátio de uma antiga vila galo-romana. Não apenas nela nasci, ao azar das férias de verão que para lá levavam meus pais. Também vivi muito tempo com minha avó paterna, minha paixão de infância e de juventude. Ainda hoje recordo com satisfação esses primeiros anos, que permanecem tão claros em minha memória. A casa em que vivia, construída em 1806, permaneceu igual, ou quase, até 1970, marca singela para uma simples casa camponesa. Acredito que esta forte experiência rural, renovada com frequência, teve sua importância para o historiador que me tornei. O que outros aprenderam em livros, eu sei de fontes vivas. Como Gaston Roupnel, o historiador das campinas borgonhesas, como Lucien Febvre, antes de tudo, um homem do Franco Condado, fui e continuo sendo um historiador de estirpe rural.

Braudel, Fernand. Minha formação de historiador. *Escritos sobre la Historia*. Madrid: Alianza, 1991, p. 12.

Foi graças à verdadeira “imersão” nos estudos da geografia alemã que Braudel, durante sua permanência como prisioneiro no campo de Maguncia, pôde delinear sua proposta em torno da peculiar síntese de história e geografia, contida na primeira parte de *O Mediterrâneo*. Sua hipótese renova o velho problema das relações entre o homem e a natureza, a partir de uma solução pouco explorada anteriormente. Precisamente, Braudel propõe interrogar aos distintos elementos da base geo-histórica sobre o papel que tiveram enquanto

verdadeiros protagonistas históricos, ou seja, enquanto reais fatores operantes e até determinantes de certos fatos e processos históricos. Sua teoria se alimenta, pois, tanto da geografia alemã pós-ratzeliana quanto da geografia francesa, da escola vidaliana, para configurar uma nova resposta à dialética entre base geográfica e processo civilizatório.

Ao mesmo tempo e como uma sorte de resposta intelectual de recusa frente à absurda situação vivida durante esses obscuros anos da segunda guerra, Braudel constrói sua peculiar tipologia dos diferentes tempos e durações históricas. Como ele mesmo contava, sua necessidade de ver para além dos acontecimentos irracionais imediatos da guerra levou-o a redescobrir e a tornar explícitos outros registros e dimensões temporais, particularmente sua visão de longo prazo de uma história profunda, ritmada ao compasso da longa duração histórica. Deste modo, e nesse mesmo movimento de tomada de distância frente às realidades e tempos próprios do “*évènementielle*”, Braudel não apenas consegue detectar os tempos médios e longos, típicos das conjunturas e das estruturas, como também supera de vez a noção então dominante da temporalidade, a visão burguesa moderna do fenômeno temporal. Na proposta braudeliana, as múltiplas durações histórico-sociais correspondem aos distintos fenômenos históricos, que se articulam a partir do registro do tempo físico da complexa dialética que as articula. Nela está contida uma desconstrução radical dos parâmetros da temporalidade moderna, até então vigente, e uma modalidade superadora inédita de sua configuração.

Resultado, mais uma vez, desta experiência limite de seu trânsito pelo campo de concentração, Braudel delinea e aperfeiçoa sua particular visão histórica, que encontrará sua primeira objetivação importante com a publicação, em 1949, da obra *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico ja época de Felipe II*. Nela, Braudel pôde sintetizar mais de vinte anos de trabalhos e pesquisas em arquivos do espaço mediterrânico – com a única exceção do Egito –, onde se refletiu todo o acúmulo de experiências e situações singulares da vida de Braudel, que vimos resumindo até aqui.

Em *O Mediterrâneo*, Braudel torna completamente explícita, pela primeira vez, muitas das reflexões teóricas e das sensibilidades historiográficas despertadas por suas experiências lorenenses, parisienses, argelinas e brasileiras.

Ali também todas elas se articularam pela primeira vez, num sistema de explicação global, coerente e completamente consciente.

São do livro de 1949, as teses provocadoras e muito originais, que buscam afirmar o papel de “centro do mundo” que teve o mar Mediterrâneo, em toda a amplitude de uma história milenar, que recorre a toda história do velho mundo, desde suas origens até a grande ruptura do século XVI. Grande ponto de ruptura, marco histórico privilegiado, este “longo século XVI”, que se prolonga entre 1450 e 1650, referente temporal eleito por Braudel, para a construção de sua análise das civilizações mediterrâneas, cujas dinâmicas, procurou resgatar ao longo de sua obra.

Braudel situa-se, assim, nessas duas coordenadas excepcionais da história: uma temporal, que é esse nó histórico do longo século XVI que deu ensejo à verdadeira história universal; outra espacial, o Mediterrâneo, em torno do qual, gravitaram múltiplos projetos civilizatórios e para o qual confluíram os fluxos históricos dos povos do velho mundo. Nelas, Braudel efetua um estudo geo-histórico e civilizatório, partindo da longa duração, desse complexo de mundos, histórias e civilizações que, ao longo de séculos, foi-se construindo em torno do mar Mediterrâneo, para configurar finalmente aquele Mediterrâneo da época de Felipe II, do longo século XVI, que é o centro de sua atenção.

Deste modo, em *O Mediterrâneo* a visão braudeliana da história já encontrava uma primeira formulação e aplicação sistemática, ela continua se aprofundando, completando e tornando-se cada vez mais explícita, a partir das experiências vividas e dos trabalhos realizados por Braudel após sua primeira edição em 1949.

Aliás, esse ano representou uma virada fundamental em seu percurso intelectual, de tal modo que Paule Braudel, sua viúva e permanente colaboradora intelectual, qualificou essa fase, que expirou naquele ano, como a época de “Braudel antes de Braudel”.

Com a publicação de seu primeiro trabalho de fôlego, Fernand Braudel passa mais uma vez de um extremo a outro de seu lugar acadêmico e social. Antes de 1949, pode-se considerá-lo como um acadêmico bastante atípico para a média francesa, como um professor que, longe dos habituais caminhos acadêmicos, constrói sua obra e seu próprio perfil intelectual por vias bastante

heréticas e não usuais. Nunca houve grandes “mestres”, no sentido clássico do termo, que lhe passassem como herança a esperada cátedra em qualquer tema, após tê-lo como assistente. Ao contrário, se Braudel teve fortes e importantes influências intelectuais – como as de Marc Bloch ou Henri Pirenne –, não teve, por outro lado, nem “padrinhos” nem tutores verdadeiramente relevantes. O que não é desmentido, inclusive, pelo próprio vínculo tão próximo e fraterno que mantivera com Lucien Febvre a partir de 1937 – ao ponto de se apresentar como uma espécie de “filho” de Febvre –, vínculo que mantém-se, do ponto de vista intelectual, mais de diálogo e mútuo apoio e intercâmbio intelectual do que de um eventual aprendizado acadêmico de mestre para aluno.

Isso se explica, em parte, pela mesma singularidade de seu itinerário intelectual que, da pequena Lorena até a ilustre *Sorbonne* ou da universidade e do meio cultural parisiense até as instituições acadêmicas da Argélia ou do Brasil, fizeram de Braudel um intelectual independente e auto-suficiente, mas também muito pouco parecido com seus colegas do ambiente parisiense tradicional.

Depois de 1949, em parte eco da publicação d’*O Mediterrâneo*, Braudel passa a ocupar certos postos acadêmicos, que lhe outorgam um enorme e concentrado poder institucional. Com isso, voltam a cruzar-se em seu itinerário dois pontos quase extremos, que o levariam da posição de modesto professor de liceu na Argélia e depois em Paris, até o lugar de diretor da revista *Annales* e Presidente da Sexta Seção da *Ecole Pratique des Hautes Etudes*, além de administrador da *Maison des Sciences de l’Homme* e titular de uma cátedra do *Collège de France*.

Todas essas atividades, decorrentes de altos postos na hierarquia acadêmica, não impedem Braudel de continuar trabalhando sistemática e pacientemente para concretizar, trinta anos depois de *O Mediterrâneo*, uma segunda obra monumental de interpretação da gênese e da história do capitalismo moderno, entre os séculos XI/XIII e o século XX, intitulada *Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII*.

Ao mesmo tempo em que exerce essas diversas funções institucionais – que tanto interessaram a certos estudiosos da biografia de Fernand Braudel, cuja importância real o próprio Braudel teria seguramente duvidado e ironizado –, Braudel revela-se um feliz viajante intelectual, que se desloca com gosto por

toda Europa e pelo mundo e que estende sua curiosidade cosmopolita aos mais diversos temas e territórios das histórias nacionais e regionais. Prossegue, também, com suas várias “intervenções” acadêmicas, tanto no plano da reflexão epistemológica sobre a metodologia da história e das ciências sociais, quanto na exploração dos novos campos do mundo do consumo e da vida cotidiana, da história das civilizações ou da lógica da economia-mundo européia.

Tudo o que constituiu, na etapa formativa, o acúmulo de experiências e elementos excepcionais, acima referidos, se tornará – ao longo dessa segunda fase que vai de 1949 até 1985 – o resultado intelectual de uma obra igualmente excepcional, ainda que dentro de um itinerário muito mais conhecido e menos fora da norma. Esses mesmos perfis singulares de sua experiência e personalidade, ao se projetarem em seu trabalho, acabam configurando uma obra que se destaca pela originalidade e ineditismo de suas principais teses.

Ao prolongar em sua obra a experiência de sua primeira etapa de vida, Braudel acaba confrontando-se direta e radicalmente com a “episteme” vigente nas ciências sociais de sua época. Com o célebre artigo de 1958, “História e Ciências sociais: a longa duração”, assim como com todos os pequenos ensaios escritos nos anos 50, com o objetivo de sintetizar os pressupostos metodológicos de seu livro sobre o Mediterrâneo, Braudel buscava ardentemente transcender e superar o esquema disciplinar, autonomizado e parcelado, que constituía a abordagem ou a prática de interpretação vigente no campo da história.

Advogando pela construção de uma “língua comum” para as ciências sociais e procurando aprofundar o diálogo da história com a economia, a geografia, a sociologia e a antropologia da época, Braudel pretendia, no fundo, implodir com aquela configuração epistêmica segmentada em inúmeros domínios ou disciplinas, para voltar-se à “unidade profunda” originária de todo o conjunto das diversas “ciências sociais” contemporâneas.

Entrando naquele que se torna o tema de sua segunda maior obra, Braudel busca uma aproximação nova com o estudo e caracterização do capitalismo moderno. Aproximação que, desde as dimensões do consumo e de certas estruturas da vida cotidiana – a “civilização material”, na designação braudeliiana –, tratou de reconstruir esse exercício comparativo e planetário da história da expansão do capitalismo e das civilizações européias pelo globo.

Ao encarar um dos temas maiúsculos do debate contemporâneo – o da caracterização do que é e foi a modernidade e o capitalismo – nosso autor aborda também algumas das possíveis chaves de entendimento dessa enorme pergunta da história da humanidade: por que a Europa? Por que foi a civilização europeia a promotora da expansão de sua civilização por todo o mundo? Por que foi ela a primeira a promover uma história unificada e, nesse sentido, verdadeiramente universal? Por que ela e não a China ou Islão ou a Índia ou a América ou a África negra?

Ao abrir deste modo essa grande interrogação, cuja resposta satisfatória e integral ainda se constitui em tarefa pendente da historiografia atual, Braudel vai reconstruir a densa e múltipla aventura da universalização da história, levada ao fim pela pequena Europa. Aventura que é, ao mesmo tempo, a da bem sucedida expansão econômica por todo o planeta, junto à falida e contestada ou em outros casos apenas parcialmente conseguida, expansão e difusão do projeto civilizatório europeu.

A partir das perspectivas da longa duração e de uma visão de história global, Braudel recupera as razões desse salto qualitativo fundamental, que nos leva da pré-modernidade e do pré-capitalismo até o moderno capitalismo atualmente vigente. Assim, a obra braudeliana foi capaz de reconstruir a complexa história da expansão planetária da pequena economia-mundo europeia, que, através das sucessivas hegemonias de Veneza, Gênova, Amsterdã, Londres e Nova York, consegue alcançar, no século XIX, as dimensões de toda a economia mundial, vigente até hoje.

Assim, Braudel projeta, em sua obra historiográfica, os perfis de sua personalidade intelectual, constituída lenta e conscientemente da maneira como vimos acima. Faz, primeiro, ao reexaminar a história do capitalismo, desde os níveis profundos da vida material; segundo, como vimos anteriormente, ao questionar o *episteme* fragmentado das ciências sociais, a partir de uma visão radicalmente unitária do social; por fim, ao redimensionar a Europa a partir do Mediterrâneo, e o velho mundo a partir do novo.

Para introduzir-nos em detalhe nos ricos labirintos dessa obra historiográfica, passemos a ver primeiro as diferentes chaves gerais, que nos dão acesso ao complexo sistema da visão braudeliana da história.

II

A HISTÓRIA NA PERSPECTIVA BRAUDELIANA

Embora Fernand Braudel costumasse repetir que ele não era nem filósofo nem teórico, e que apenas havia “ascendido” ao plano da teoria, quando se viu “forçado a isso”, uma revisão atenta de sua obra nos mostra facilmente que, ao longo de sua trajetória intelectual, nosso autor foi construindo paciente e sistematicamente toda uma concepção global da história, todo um complexo sistema próprio de interpretação dos fatos e problemas históricos, dos quais derivam sempre lições enriquecedoras.

Braudel insistiu muito que seu modo de trabalhar era o de nunca partir de uma teoria preconcebida, mas procurar fazer derivar sua explicação ou modelo teórico da própria revisão do material empírico consultado. Não obstante, o resultado de uma permanente atenção à dimensão interpretativa em seu trabalho foi justamente o de ter construído todo um conjunto de teorias particulares ou de modelos teóricos gerais sobre certas problemáticas, em suas distintas obras. Tais modelos, de uma amplitude espacial e temporal enormes, são sem dúvida suscetíveis de uma “aplicação” muito mais ampla do que a limitada aos “casos” ou “problemas” que estudou.

Adiante, veremos em detalhe como o modelo de análise das relações entre base geo-histórica e processo civilizatório de Braudel é igualmente utilizável para o exame de outras civilizações e de outros espaços possíveis. Os diferentes níveis constitutivos da economia camponesa francesa que reconstrói remetem também, no fim das contas, a um modelo de funcionamento das economias camponesas em geral. Sua teoria das civilizações, por outra parte, ou seu modelo sobre as regras de operação e dinâmica de uma economia-mundo, são explicitamente propostos como teorias ou modelos gerais, de uma ampla e universal aplicabilidade dentro da história.

Pode-se falar, rigorosamente, de toda uma série de teorias gerais contidas na obra de Fernand Braudel. Além disso, ao integrar seus modelos num sistema global, Braudel desenvolveu também tanto uma nova chave metodológica para o estudo dos diversos fenômenos e processos sociais, como um horizonte de aproximação específico e uma perspectiva de análise própria desses mesmos fenômenos e processos. Ou seja, as teorias gerais a que chegou Braudel, a partir do trabalho de investigação concreta, possuem uma unidade e articulação coerentes porque foram “trabalhadas” e estabelecidas do ponto de vista metodológico das diferentes durações e da longa duração histórica, da história global e da perspectiva de análise própria das melhores tradições da história crítica. A partir dela, podemos considerar três chaves mestras de introdução a esse complexo sistema da concepção braudeliiana da história. Explicaremos estas três chaves com maior detalhe.

A CHAVE METODOLÓGICA DAS DIFERENTES TEMPORALIDADES E DA LONGA DURAÇÃO HISTÓRICA

Para dar conta das realidades estudadas em sua obra sobre *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*, Fernand Braudel construiu um modelo de explicação cuja originalidade baseia-se na decomposição do tempo, geralmente considerado como algo linear, plano e unitário dentro da historiografia tradicional. Em Braudel, o tempo é filtrado em múltiplos tempos, claramente diferenciados entre si e explicitamente vinculados às diversas realidades históricas consideradas.

No célebre artigo publicado em 1958, intitulado “História e Ciências Sociais. A longa duração”, Braudel foi levado a construir uma tipologia estruturada dos diferentes tempos histórico–sociais. As diversas durações registráveis e classificáveis dos fatos, fenômenos e processos históricos constituem o cerne de sua proposta metodológica das temporalidades diferenciais em geral e da longa duração em particular.

Se, de fato, existem dezenas e até centenas de tempos na história, a proposta braudeliana de classificação dessa enorme massa de temporalidades passa por reagrupá-las sob a tripla esquematização do tempo dos acontecimentos ou tempo da curta duração, tempo das conjunturas ou tempo médio e tempo longo das estruturas, o tempo da longa duração histórica.

Esses três tempos fazem referência a três ordens de durações históricas das realidades analisadas pelas ciências sociais e pela história. Eles permitem distinguir a vigência e a relevância daquelas mesmas realidades. Em primeiro lugar, os acontecimentos de curta duração definem sua temporalidade “*événementielle*”, ligada ao acontecimento, à medida e ao ritmo do cotidiano; àquilo de que se ocupam os jornalistas e os cronistas do dia-a-dia e que se altera com a velocidade e o nervosismo das horas e da sucessão das noites e dos dias. Trata-se, como disse Braudel, do tempo na medida do indivíduo e de suas experiências imediatas. Assim, um terremoto que destrói uma cidade, um golpe de Estado que derruba um regime democrático, a assinatura de um tratado econômico de livre comércio ou a publicação de um novo livro são diversos acontecimentos da história no breve tempo, de ordem geográfica, política, econômica ou cultural, entre outras.

Em segundo lugar, o tempo da média duração constitui as distintas “conjunturas” econômicas, políticas, sociais, culturais, etc., em referência às realidades reiteradas durante vários anos, até na perspectiva de décadas. Este é o tempo dos fenômenos característicos das diferentes “gerações” humanas, o tempo dos ciclos econômicos de ascensão e queda do ciclo de Kondratiev, o tempo de vida entre o nascimento e a substituição de uma geração literária, política ou cultural, ou a duração própria na memória dos protagonistas de uma experiência traumática, como a da segunda guerra mundial. Tempo dos fenômenos repetidos ou que perduram durante vários anos, que envolve o tempo “*événementielle*”.

Finalmente, os processos e estruturas do tempo longo ou da longa duração histórica percorrem curvas superiores a um século. Eles correspondem às realidades persistentes dentro da história e fazem sentir efetivamente sua presença no decurso dos processos humanos. Constituem-se em verdadeiros protagonistas determinantes do devir das sociedades. A título de exemplo, podemos arrolar: o caso de um projeto civilizatório centrado em torno da alimentação a base de trigo, feijão, chile e seus complementos, que provoca uma atitude multissecular em relação ao trabalho e ao tempo livre; as influências de uma alternância climática, ditando os ritmos da paz e da guerra na atividade militar ou a persistência de uma concepção religiosa que se espalha por uma sociedade do Extremo Oriente, determinando uma certa atitude frente à natureza, à morte ou ao próprio grupo social. São exemplos de distintas arquiteturas de longa duração, coordenadas mais gerais e profundas da história. Ao mesmo tempo são, também, as mais dificilmente registráveis em sua realidade por parte dos historiadores e cientistas sociais.

Tal modelo de decomposição do tempo em três temporalidades diferenciais, não obstante a aparente facilidade de sua enunciação, encerra uma enorme transformação em relação ao modo anterior e tradicional de percepção do fenômeno da temporalidade. Em outros termos: a consideração radical da proposta metodológica braudeliana das distintas temporalidades históricas só é possível a partir da desmontagem total do modelo vigente do tempo moderno burguês, o qual, tal proposta ao mesmo tempo nega e supera.

Se analisarmos, com mais cuidado, o modelo de percepção do tempo, que foi dominante durante toda a modernidade, é o de um tempo derivado da física newtoniana, concebido como “marco temporal”, vazio e homogêneo, composto na regular sucessão dos segundos, minutos, horas, dias, semanas, meses e anos. Ou seja, um tempo abstrato e linear, constituído como dimensão autônoma e separada dos homens, que regula suas atividades sociais e individuais. Trata-se de um tempo de vigência social e de progressão regular e uniforme, que se apresenta como unitário e constituído de uma única dimensão, e cuja única decomposição/recomposição possível é a de sua fragmentação em unidades menores, da referência cronológica de anos, dias, horas, minutos, etc.

Frente a este marco temporal, próprio da modernidade, assimilado pelas ciências sociais e pela história, deflagrou-se uma intensa polêmica, a partir da segunda metade do século XIX e impulsionada fortemente pelos postulados da teoria da relatividade de Einstein – que desmontava esta visão newtoniana do tempo absoluto, contrapondo-lhe a relatividade do tempo. Aquela polêmica alcançou seu ponto máximo durante os anos 20 e 30 do século XX, às vésperas da segunda guerra mundial. Foi precisamente nessa atmosfera, de intensa reflexão sobre as estruturas e dimensões da temporalidade, que Braudel elaborou seu modelo dos diferentes tempos e da longa duração.

E o fez precisamente numa linha de desconstrução da visão moderna do tempo, para superá-la com a nova teoria da decomposição e diferenciação temporal. Frente ao tempo da matriz física, único e unitário, típico da historiografia tradicional, Braudel propôs os múltiplos tempos históricos. Frente à homogeneidade dos segundos, minutos e horas do tempo moderno, reivindicou, ao contrário, tempos e durações de densidade e intensidade diferenciadas, hierarquizados, entre os quais, o mais importante é a longa duração.

O tempo, ou melhor, os vários tempos deixaram de ser abstratos, vazios e aparentemente autônomos e independentes dos homens, como no caso do marco temporal da modernidade. Transformaram-se nas durações concretas e diversificadas, diretamente correspondentes e dependentes dos fatos, fenômenos e processos sociais. O tempo já não aparece como dominante e regulador das atividades humanas, mas simplesmente como instrumento de registro e medição dessas múltiplas durações sociais e históricas.

Frente ao tempo linear e cronológico que se fragmenta em dias, meses, semanas, ainda concebido dentro das arcaicas divisões de passado, presente e futuro, a nova visão da temporalidade vai opor uma idéia mais complexa das muitas durações. Elas são agora espaços fluidos e densos, como um filme em movimento, que, em sua complicada dinâmica, constrói a “dialética das durações”, o próprio coração do devir histórico, segundo Braudel .

Uma concepção, pois, de tempos e durações diversos, que nega a idéia do tempo dominante da modernidade e que constitui a nova chave do método para o estudo da história. A teoria braudeliana encerra outra noção e outra percepção radicalmente novas da dimensão do tempo, susceptíveis de recupe-

ração não apenas por parte da história, mas também, como veremos mais adiante, por parte de todas as ciências sociais.

Tratava-se, então, de um esquema conceitual genuinamente novo de aproximação desse objeto compartilhado pelas ciências sociais contemporâneas, esse da temporalidade. Como vimos acima, ele já foi muito difundido, mas, ao mesmo tempo, também amplamente vulgarizado. Pois, uma coisa é postular a exigência de aproximar-se de uma maneira nova e inédita dos fenômenos do tempo; outra, muito distinta, é ser capaz de deslocar-se efetivamente de uma concepção anterior para outra, completamente nova. Por isso, é bastante freqüente encontrar autores ou textos que equiparam a longa duração com o longo prazo dos economistas, ou que acreditam que basta que uma realidade qualquer dure mais de cem anos, para qualificá-la como estrutura de longa duração. Ou ainda aqueles que insistem em comparar a curta duração, exclusivamente, com os fatos políticos, o tempo médio com os fenômenos econômicos e sociais, e a longa duração com as realidades essencialmente geográficas.

Frente a tais simplificações, o melhor antídoto não é outro senão a abordagem direta de qualquer das obras de Fernand Braudel, uma vez que praticamente toda sua produção intelectual – e sem dúvida, toda aquela posterior a 1949 – pode ser considerada como um conjunto de diversas aplicações desta perspectiva das temporalidades diferenciais e da longa duração, aos muito diversos temas que tal produção compreende.

Como o próprio Braudel expressara, ele mesmo se afirmou ao longo de toda sua vida como um verdadeiro “advogado” da longa duração histórica. Longa duração que ele considerava como a parte mais original, mas também a mais difícil e menos compreendida de toda sua proposta sobre os diferentes tempos sociais. Ela não se reduz a um simples “ritmo de movimento lento” das realidades históricas, nem tampouco a um período de tempo físico de amplas dimensões – o que implicaria, então, que poderíamos falar indistintamente de processos de longa duração, tanto na história como no mundo da natureza, que antecede à origem dessa história humana. Antes, a longa duração refere-se a um conjunto de arquétipos, estruturas ou realidades decisivamente operantes e determinantes dos processos históricos, de modo que a verdadeira dificuldade em sua conceituação reside na capacidade de detectar e, assim, tornar explí-

cita, as coordenadas da história profunda, as arquiteturas lentas em sua constituição e transformação. Para Braudel são estas as verdadeiras formas da longa duração. Ou seja, este conjunto de configurações, ou suportes de longa permanência na história, que determinam todo o conjunto de fenômenos e fatos históricos, a partir deste “plano zero” das sociedades.

Braudel propõe, portanto, a postulação de um novo e original determinismo histórico, o determinismo das estruturas da longa duração. Ele afirma o papel fundamental dessas arquiteturas do longo prazo, sobre os fenômenos conjunturais e sobre os acontecimentos históricos, que lhe permitirão falar de uma “tele-história” de coordenadas profundas, próprias do tempo longo, que comanda e organiza a direção, o sentido e os rumos do próprio devir histórico, através dos séculos.

O novo determinismo dos fatos de longa duração transcende a todos os determinismos anteriormente postulados, baseados apenas em fluxos verticais e entre as distintas ordens de fenômenos, ao afirmar um fluxo de determinação horizontal e interior a cada ordem de fenômenos. As posições anteriores afirmavam, por exemplo, a primazia do econômico sobre o político e sobre as formas de consciência social, ou aquelas postulavam o papel primordial dos fatos geográficos sobre os demais fatos sociais, ou defendiam a determinação do psicológico. Frente a elas, Braudel defendera o papel determinante das estruturas de longa duração, sobre as realidades conjunturais e os acontecimentos igualmente econômicos, jurídicos, familiares, culturais, etc. Estruturas que são, ao mesmo tempo, econômicas, políticas, geográficas, sociais, culturais, psicológicas, antropológicas, etc.

Entre os tempos diferentes da história, a longa duração se apresenta assim como um personagem estorvador, complicado e inédito. Admiti-lo em nosso ofício não é um mero jogo, a habitual ampliação de estudos e curiosidades. Tampouco se trata de uma eleição da qual seria o único beneficiário. Para o historiador, aceitá-la equivale a prestar-se a uma mudança de estilo, de atitude, a uma mudança radical de pensamento, a uma nova concepção do soci-

al. Equivale a familiarizar-se com um tempo de marcha lenta, às vezes, quase no limite do movimento. Nesse nível, não em outros – voltarei a isso –, é lícito desprender-se do tempo exigente da história, sair dele, depois retornar, mas com outros olhos, carregados com outras inquietudes, outras perguntas. Em todo caso, é em relação com essas camadas de história lenta, que a totalidade da história pode voltar a ser pensada, a partir de uma infra-estrutura. Todos os níveis, todos os milhares de níveis, de ruídos do tempo histórico, compreendem-se a partir desta profundidade, desta semio-imobilidade. Tudo gravita em torno dela.

Braudel, Fernand, “História y ciencias sociales. La larga duración”. In: *Escritos sobre Historia*, México: Ed. Fondo de Cultura Económica, 1991, p. 50.

Afirmando então um determinismo histórico diferente – que não invalida necessariamente qualquer dos anteriores, mas que poderia combinar-se com eles para enriquecê-los e sofisticá-los – Braudel constrói um olhar muito singular em torno dos distintos temas e problemas que vai abordando sucessivamente.

A obra de Braudel pode ser “lida” como um trajeto de diversas e incansáveis buscas e explicitações dessas longas durações históricas. Isso, não obstante, não impede o fato de sua própria concepção ser uma chave metodológica aberta e, portanto, suscetível de novos desenvolvimentos e enriquecimentos, assim como de novas precisões e aprofundamentos. Ao teorizá-la em seu artigo de 1958, Braudel a apresenta justamente como uma hipótese submetida ao debate, hipótese que demandava ainda crítica e refinamento posteriores, porque são muitas as possíveis implicações desta proposta metodológica braudeliana.

Por exemplo, não está suficientemente trabalhada a problemática das complexas relações entre as distintas durações, a mecânica de articulação dessa “dialética das durações”, que o próprio Braudel assinalou como um dos pontos centrais, mas ainda não totalmente esclarecidos, de sua própria teoria. Ou também as relações desiguais, heterogêneas, entre as distintas ordens ou realidades de fenômenos históricos – econômicos, políticos, culturais, geográficos,

familiares, artísticos, etc. – e as distintas durações históricas. Ou ainda, os tipos de influência, determinação, condicionamento e impacto das distintas durações entre si e também através das ordens de fenômenos mencionados.

Trata-se, pois, de uma chave metodológica aberta e em desenvolvimento, que apenas encontrou, no texto de 1958, uma primeira sistematização explícita e coerente. Mas uma chave que o próprio Braudel continuou repensando e elaborando ao longo da vida, e que ainda hoje se revela cheia de implicações e de derivações que aguardam desenvolvimentos. A chave dos múltiplos tempos e da longa duração torna-se, como veremos mais adiante, imprescindível para a adequada compreensão e abordagem dos diferentes textos e resultados braudelianos.

O HORIZONTE DA HISTÓRIA GLOBAL

A segunda chave geral da obra de Fernand Braudel diz respeito à sua constante reivindicação de uma história verdadeiramente global. Braudel perseguia um horizonte de aproximação dos distintos temas e objetos capazes de manter o espírito totalizante ou globalizante, presente nos melhores autores das mais variadas tradições do conhecimento histórico.

A história global não pode ser confundida com a simples e impossível exigência de uma erudição infinita, nem tampouco com a idéia elementar de uma “preocupação com o todo”, sem ordem nem sentido alguns. Porque a história global *não* é história geral *não* é também história universal. Por isso, fazer história, partindo de um horizonte globalizante, *não* significa conhecer e estudar “toda” a história da humanidade, das origens até a atualidade, dominando todos os povos e espaços do planeta, considerados desde todos os diversos níveis constitutivos do social. Nem tampouco implica estudar qualquer problema histórico, para então ir adicionando, sem ordem nem concerto, fatos e realidades diversos, distantes e agregados ao ponto de partida, apenas de acordo com o puro azar da livre associação.

Para Braudel, a perspectiva da história global exige assumir uma dupla percepção: em primeiro lugar, a da essencial e originária unidade do social, a

unidade e globalidade de todas as distintas realidades sociais e históricas; em segundo lugar, a necessidade de recriar um modo de aproximação até essas realidades, que seja igualmente um modo de aproximação também unitário e global. Expliquemos esses pontos.

A realidade social não existe, objetivamente, como um conjunto claramente fragmentado e diferenciado de distintos níveis, períodos, atividades, espaços ou ordens de fenômenos, senão o contrário disso: como uma clara e complexa unidade ou totalidade em movimento. Tal unidade e globalidade do real exige uma visão também global da história e da sociedade. Ao abordarmos um problema histórico qualquer, vemos que ele se vincula a certos aspectos do passado e a determinadas implicações futuras, mas também aos espaços ou âmbitos particulares que envolvem e sobredeterminam as coordenadas geográficas precisas, assim como a vários níveis ou ordens de fenômenos que nelas se sintetizam e ganham expressão.

Em outros termos: desde o ponto de vista da história global, não existem, rigorosamente falando, fatos puramente econômicos, políticos, religiosos, geográficos, culturais, familiares, etc. Existem apenas fatos sociais globais que, embora possam ser predominantemente econômicos, políticos, psicológicos, etc., sintetizam e condensam, junto com a dimensão econômica ou política, etc., outras dimensões, cultural, política, ou geográfica que podem ser mais ou menos importantes para sua compreensão.

Portanto, para além das divisões, hoje vigentes dentro do campo do conhecimento social, a história global reivindica o caráter múltiplo de todo fato social. Isso implica diversas conseqüências. Por exemplo, reconhecer que a história é global, enquanto possa legitimamente dedicar-se ao estudo de qualquer fato humano no tempo, desde o mais “pré-histórico” passado, anterior ao advento da escrita, até os nossos dias. O mesmo se aplica aos fatos mais elementares e aparentemente não históricos da vida cotidiana ou das crenças e mentalidades populares, tanto quanto aos espetaculares fatos da política, a guerra ou a biografia dos indivíduos.

A história global reivindica, ainda, o reconhecimento dos limites estreitos da *episteme*, hoje dominante dentro das ciências sociais. Esta pretende quadricular, segmentar e autonomizar as distintas partes ou esferas do social,

encerrando seu tratamento e análise dentro das rígidas fronteiras disciplinares (da economia, da ciência política, da psicologia, da antropologia ou da história, etc.). Tal atitude epistemológica resulta na especialização e na desarticulação das ciências, que apenas conseguem dar conta parcialmente de um desses pequenos microcosmos da realidade social.

Buscando, então, pensar o social-histórico fora dos marcos impostos pelas atuais configurações disciplinares das diferentes ciências sociais, Fernand Braudel insistiu, ao contrário, na unidade essencial e fundadora da história das sociedades. Postulou que não existe mais que um único objeto de estudo de todas estas ciências sociais: “Suponhamos então”, afirma Braudel (em seu artigo de 1960 intitulado “Unidade e diversidade das ciências do homem”), “... que as ciências humanas se interessam por uma única e mesma paisagem: a das ações passadas, presentes, futuras do homem”. Com isso, esse tema global compartilhado por todas as ciências sociais não é outro senão o da “história integral dos homens”. A história global será vista “através do espaço”, como no caso da geografia humana, e “através do tempo”, ou seja, através da própria disciplina histórica. Poderá ser observada e analisada, desde os diversos lugares e observatórios particulares da ciência econômica, da sociologia, da antropologia, da psicologia ou da ciência política e assim por diante.

Se a totalidade social é essa unidade real, que funda e legitima a visão também unitária da história globalizante defendida por Braudel, esta última se refere também, em segundo lugar, ao modo de aproximação dos distintos problemas que o historiador e o cientista social abordam. Se a “história integral dos homens” é um objeto real, unitário e global, a que todas as ciências sociais “olham” a partir de diferentes lugares, como foi visto anteriormente, ela não se identifica com a história geral. Incapacitados de abarcar a totalidade, devemos apenas tentar conservar o espírito e a consciência daquela unidade do todo histórico-social. Em conseqüência, partir sempre do fato de que não existe nenhum “problema isolado”, nem na história nem na sociedade; mas, ao contrário, distintos temas específicos que se vinculam necessária e complexamente a uma totalidade parcial que os envolve.

A totalidade maior, como história integral dos homens, não é algo linear e homogêneo, mas uma síntese articulada de totalidades menores ou parci-

ais que a integram. Portanto, fazer história global implica descobrir aquela totalidade menor que envolve tal ou qual tema ou objeto particular, explicitando os vínculos entre o problema estudado com essa totalidade. Implica, também, guardar a vinculação dessa totalidade menor com a totalidade maior, permanecendo sempre atento às linhas que cruzam o objeto de análise com a história integral dos homens.

Braudel fez essa operação em todas suas obras. Por exemplo, em seu livro sobre *O Mediterrâneo...*, o período do reinado de Felipe II remete necessariamente ao marco mais amplo do “longo século XVI”, que se estende de 1450 a 1650 na Europa. Na análise d’*O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico*, este se desdobra geograficamente por todo o espaço europeu até a zona do Magreb e o Oriente Próximo, desembocando no Mediterrâneo, e desses amplos espaços até o velho mundo. Daí, estende-se ainda por todo o espaço atlântico–americano, para onde se “prolonga” o Mediterrâneo durante o longo século XVI. Um último exemplo dessa visão da história global em Braudel pode ser indicado na sua descoberta de uma estrutura milenar de longa duração, característica do ciclo de relações entre os vales e as montanhas, na transumância dos montanheses do século XVI.

Deste modo, ao situar seus distintos problemas dentro das perspectivas da história global, compreendida nesta dupla dimensão, Fernand Braudel se exercitou constantemente, ao longo de sua trajetória intelectual, no desenvolvimento e exemplificação da história globalizante. Assim como toda a obra de Braudel remete à busca das distintas estruturas da longa duração na história, assim também toda ela pode ser concebida como um conjunto de distintos exercícios de história global. Não será demasiado arriscado afirmar que Braudel apenas estudou a história global: algumas vezes, enquanto história do mundo e das civilizações mediterrâneas no longo século XVI, ou como história do moderno capitalismo entre os séculos XI/XIII e XX; outras, enquanto história das múltiplas “identidades” da França, ou como história das distintas civilizações ainda presentes no mundo atual.

Cruzando com uma tradição de defensores importantes da história global, que inclui, entre outros, Marx, Michelet, Henri Berr, Lucien Febvre e Marc Bloch, Braudel foi também um radical promotor da visão da história

total. Ao transcender a “episteme” fragmentada e limitada das ciências sociais, a história global se postula não como uma ciência de “campos” – o econômico, o social, o político, entre outros – mas como uma ciência de “problemáticas” e de “problemas” globalizantes. Seu estudo e explicação adequados exigem necessariamente a consideração dos vários “olhares” oferecidos pelas disciplinas sociais parceladas.

Isso explica ainda o peculiar determinismo transversal da longa duração que vimos acima. Se Braudel está empenhado por ir além das rígidas fronteiras disciplinares, também por isso acaba propondo outro determinismo, o das onipresentes e globais arquiteturas da longa duração, econômicas, sociais, políticas, geográficas e culturais.

Ao combinar assim sua perspectiva metodológica da longa duração com a defesa da história global, nosso autor delimita o segundo traço geral de uma história vista “em chave braudeliana”, história cujo terceiro traço seria seu posicionamento na perspectiva de uma história crítica.

A PERSPECTIVA DE UMA HISTÓRIA CRÍTICA

Ao reivindicar, como perspectiva de análise histórica, a história crítica, Fernand Braudel inscreve seu projeto intelectual em uma tradição de pensamento crítico que, ao longo das gerações, vem procurando pensar a realidade social na *contra-corrente* das linhas e dos resultados do pensamento dominante.

Como já havíamos assinalado antes, Braudel tem a marca de “homem de fronteira”, de “homem das margens”, em sua formação. Além disso, realizou suas primeiras experiências e construiu suas visões de mundo dentro da atmosfera contracultural excepcional do período do entre guerras. Tudo isso o levou quase espontaneamente a desenvolver o hábito do raciocínio crítico, que depois o cultivava conscientemente ao longo de toda sua aventura intelectual.

Não é difícil reconhecer, no universo dos textos braudelianos, o fato de que sua enorme originalidade – que sempre surpreendeu seus entrevistadores com suas respostas pouco habituais –, deriva diretamente de um modo de

raciocínio, que segue por caminhos diversos daqueles próprios do pensamento estabelecido, e que são precisamente as vias específicas do pensamento crítico.

Quais são, então, os traços principais desta história e deste pensamento críticos? Como se fazem presentes dentro da obra braudeliana? O primeiro elemento de toda história crítica é o de achar-se descentrada com relação às interpretações usuais. Ou seja, a alteração do enfoque particular a partir do qual se constroem as análises que buscam se superar, alcançando a partir desta nova colocação um novo olhar, e, portanto, uma nova explicação dos mesmos fenômenos.

Foi o que Braudel fez sistematicamente ao longo de sua obra. Ao concentrar seu olhar no mar Mediterrâneo e ao abandonar a perspectiva corrente que o observava sempre como um simples apêndice líquido da Europa, Braudel efetua esse deslocamento, essa recolocação do olhar, que lhe abriu as portas de um tema inédito. Permitiu-lhe o acesso a outra explicação da própria história de Europa e da expansão européia, considerada agora desde a perspectiva de sua matriz mediterrânea originária, e em função da dialética complexa que substitui a hegemonia civilizatória desse mesmo espaço Mediterrâneo, pelo novo centro dos fluxos históricos que será o Oceano Atlântico. Tal visão da Europa e de sua projeção até América, a partir de um novo enquadramento do mar Mediterrâneo e de seus destinos históricos, é efetivamente uma visão crítica, diversa e à contra-corrente da visão própria da historiografia tradicional.

É também o caso do estudo do moderno capitalismo, ao qual Braudel vai proceder exatamente desde o nível dessas realidades civilizatórias, elementares e fundadoras, que a própria lógica capitalista havia relegado às margens: as realidades do consumo e da vida cotidiana dos homens, abordadas por Braudel com seu conceito de civilização material. Com isso, também o capitalismo e os fenômenos históricos a ele associados iriam mostrar uma face diferente, revelando-se então como simples expressões superficiais de uma série de revoluções cataclísmicas e profundas das estruturas de longa duração dessa civilização material. Expressões que, manipulando a seu favor as enormes transformações civilizatórias forjadoras da modernidade, entregaram a um pequeno grupo de grandes comerciantes, financistas, prestamistas e inversionistas, as vantagens do novo jogo econômico capitalista.

Analisando os distintos fenômenos, situações e problemas históricos, a partir de inéditos enfoques analíticos, Fernand Braudel dá continuidade a sua perspectiva de história crítica. Braudel exerceu permanentemente seu raciocínio histórico crítico nas pesquisas que desenvolveu. Estudou a França do ponto de vista da Europa, da Argélia e do Canadá, e o velho mundo a partir das realidades latino-americanas. Também buscou decifrar o luxo e a moda partindo da necessidade, a cidade vista do campo, a grande história em contraposição à história miúda e aparentemente insignificante, a história humana a partir da base geográfico-natural, e as revoluções técnicas a partir das inércias produtivas e dos limites antropocêntricos das fontes de energia humana.

O segundo elemento característico da história crítica é o de restituir, frente à linha do passado que resultou vencedora e hegemônica na evolução histórica, a toda a densidade da história vivida. Em conseqüência, a recuperação do conjunto dos passados “derrotados” ou vencidos que, tendo se apresentado uma vez como caminhos alternativos ao desenvolvimento que finalmente se impôs, permanecem como elementos vivos e atuantes da história.

Uma história capaz de “fazer falar aos silêncios”, percorrendo a contrapelo sua trajetória, para nela resgatar as identidades e os projetos que não lograram consolidar-se como dominantes e hegemônicos, embora tendo tido viabilidade histórica para tanto.

Lembremos, por exemplo, o projeto de uma modernidade européia de matriz mediterrânea. Tendo sido esboçado no espaço dos países latinos do Sul da Europa ocidental, tal projeto terminou derrotado e subsumido pelo projeto de modernidade dos países do Norte da Europa, depois exportado para quase todo o planeta e imposto como projeto civilizatório, com êxito muito desigual, por todo o globo. Lembremos apenas que foi esse projeto que constituiu um dos pilares da civilização latino-americana. Presente e atuante ainda na Europa moderna, seus traços civilizatórios essenciais serão delineados por Braudel em *O Mediterrâneo*.

É também o caso da postura já analisada em torno da *episteme* hoje vigente das ciências sociais, em que Braudel vai reivindicar o caráter universalista e globalizante que foi dominante nos séculos XVI a XIX entre os pensadores do social. Caráter depois reprimido e marginalizado pelo *episteme* setorializado

e fragmentado, hoje hegemônico dentro das ciências sociais contemporâneas. Braudel restitui a essa linha hoje marginal, mas sempre recorrente, das visões universalistas e totalizantes que buscam apreender o social em sua unidade. Ao fazê-lo, torna explícita e atualiza a negação limitante sobre a qual se constrói o esquema hoje dominante do conhecimento sobre o social, abrindo assim a possibilidade de sua própria crítica e ulterior superação.

Nosso autor resgata em seus distintos trabalhos aquelas identidades reprimidas ou esquecidas das civilizações não-européias, da vida cotidiana e da história miúda do mundo do consumo. Resgata a história de uma França sempre perdedora na competição pela hegemonia da economia—mundo européia ou dessa Europa do século XX deslocada do cenário do mundo pelas “Europas fora da Europa”, que ela mesma ajudou a construir. Em seu empreendimento histórico, Braudel volta a restituir toda a densidade do passado e do presente, recolocando-os como sucessão de constantes encruzilhadas, abertas e em conflito. Definitivamente supera a visão de uma realidade pacífica e harmônica que foi refeita apenas em função de suas linhas dominantes.

O terceiro traço típico desta história crítica remete à visão do presente e do passado como espaços constituídos por uma multiplicidade complexa e não-linear de elementos. Em sintonia com o deslocamento da análise e com esta restituição das identidades e dos passados marginais, a história crítica renuncia também às interpretações simplistas, ao tempo homogêneo e linear, bem como às explicações reducionistas, “monocausais” ou unidimensionais. Frente a todas elas, postula a percepção de uma totalidade complexa em movimento, passível de apreensão apenas a partir da multiplicação e da síntese de vários “olhares” ou explicações “cruzadas”, dirigidas a essa mesma totalidade.

Um exemplo da história crítica pode ser lembrado na tentativa de Braudel em responder à inquietante pergunta: “porque a Europa”? E porque não o Islã, a China, a América ou a África? Tratando de responder ou ao menos de esboçar a resposta a estas perguntas, nosso autor vai construir pacientemente toda uma série de diversas explicações que, somadas umas às outras, e apenas em virtude de sua superposição e síntese, conseguem delinear uma possível resposta. Será apenas justapondo e articulando as razões geográficas com os elementos territoriais e com os móveis tecnológicos, econômicos, étnicos,

demográficos, sociais, políticos e culturais, a singularidade e a especificidade do projeto civilizatório europeu, que poderemos ir desenhando uma solução histórica fundada a esta essencial questão.

O mesmo vale para a questão da identidade francesa, que Braudel projetava responder também diversamente, a partir da geografia, da demografia, da economia, da sociologia, da ciência política e da psicologia. Em sua opinião, qualquer resposta pretensamente conclusiva, colocando-se apenas num dos estratos mencionados, estava fatalmente condenada a ser parcial e, portanto, errônea. Braudel desconfia das soluções fáceis para os problemas históricos e advoga pela restituição de toda sua complexidade, para construir sua história crítica.

Finalmente, e na mais fiel tradição do pensamento crítico, a quarta marca da obra braudeliana consistiu em afastar-se sistematicamente das evidências consagradas e dos lugares comuns firmemente estabelecidos pela historiografia tradicional precedente. E em tratar, então, de dissolver essas evidências e lugares comuns a partir de um permanente questionamento de seus supostos principais, dissolução que conduz diretamente a outras explicações dos mesmos problemas.

Com isso, Braudel promove múltiplas “micro-revoluções” historiográficas em seu caminho intelectual. Nelas, vai superando as explicações consagradas dos distintos temas da tradição historiográfica, para colocar no lugar de tais evidências superadas suas novas hipóteses e linhas explicativas,.

É o caso, por exemplo, de sua explicação das razões dos descobrimentos geográficos do século XV, por parte de espanhóis e portugueses. Por que Espanha e Portugal? Braudel não se contenta com as explicações circunstanciais e conjunturais, então em voga, que remetiam a solução do problema ao poderio político do império espanhol ou à experiência acumulada dos marinheiros ibéricos, ao desenvolvimento econômico do século XV ou ao espírito da reconquista que forjou a nação espanhola, etc. No lugar delas, elabora sua hipótese da construção da fachada atlântica da Europa, resultante de uma mudança de longa duração. Essa mudança substituiu as rotas comerciais terrestres pelas marítimas, as quais apoiaram-se nesta fachada atlântica que cobre toda a costa da península Ibérica. Assim, acumularam toda a energia histórica necessária – homens, portos, capitais e experiência naval, mas também a cultura, a

atitude mental, o desenvolvimento urbano, as necessidades e até as expectativas – que resultou nos grandes descobrimentos do século XV.

É, pois, a quantidade dos acontecimentos vencedores, na rivalidade da vida, aquilo que o historiador percebe desde o início; mas tais acontecimentos voltam a situar-se, ordenam-se no marco de possibilidades múltiplas, contraditórias, que a vida lhe ofereceu; para uma possibilidade que se cumpre, outras dez, cem, mil se perdem, e outras inumeráveis nem sequer aparecem, demasiado humildes, escondidas demais para se imporem à história. Sem dúvida, é preciso reintroduzi-las, pois esses movimentos perdedores são as forças, materiais e imateriais, que freiam a cada instante os impulsos da evolução, retardam seu desenvolvimento e às vezes o interrompem inesperadamente. É indispensável conhecê-las.

Diremos, pois, aos historiadores que é necessário caminhar na contracorrente, reagir contra as facilidades de seu ofício, não estudar somente o progresso, o movimento vencedor, mas também seu oposto, esse acúmulo de experiências contrárias que não foram debeladas sem esforço.

Braudel, Fernand. “Para uma economia histórica”.
In: *Escritos sobre Historia*. México: Ed. Fondo de
Cultura Económica, 1991, p. 108-109.

O mesmo pode ser dito em relação à sua explicação dos acontecimentos do maio francês de 1968. As interpretações mais usuais fundam-se nas visões tradicionais do conflito geracional, visto também como um simples movimento estudantil ou como uma revolta da juventude francesa, frente ao autoritarismo acadêmico e às hierarquias políticas do Estado francês da época. Diferentemente delas, Braudel concebe o maio de 1968 como uma autêntica e profunda revolução cultural da época contemporânea, comparável aos grandes movimentos culturais do Renascimento e da Reforma. Penetrando para

além das explicações fáceis e evidentes, próprias do sentido comum, Fernand Braudel reafirma esta história sempre crítica, que é a perspectiva geral de todas suas distintas análises historiográficas.

Tal perspectiva histórico-crítica se conecta diretamente com o horizonte da história global e com a chave metodológica da longa duração. Afirmar a história totalizante é também tratar de pensar fora dos marcos do pensamento compartimentado dominante, situando o conhecimento do social num novo enfoque analítico. Algo similar acontece também com a explicitação permanente das estruturas da longa duração, geralmente reprimidas e marginalizadas pela perspectiva dominante, que, invadida completamente pela tendência à “presentificação” da percepção cotidiana da realidade, está atenta apenas aos fatos atuais ou ao passado imediato.

A história em chave braudeliana se constrói, então, sempre a partir desta tripla e simultânea aproximação: a atenção permanente e a explicitação recorrente das arquiteturas da longa duração e das diferentes temporalidades ou durações sociais, que resultam num novo olhar para os fatos sociais e históricos; junto a isso, a reivindicação do horizonte e do espírito globalizante que instaura um novo modo de conceber o objeto de estudo, mas também um novo modo de construção da relação de conhecimento; finalmente, a defesa de uma perspectiva sempre crítica para essa história, o que torna possível os novos enfoques de observação e de análise, o resgate de identidades reprimidas e a superação das evidências e lugares comuns da historiografia dominante tradicional.

O resultado é precisamente o que nós chamamos de “concepção braudeliana da história”. Abordemos, agora, como é que se funda concretamente esta concepção braudeliana da história nos distintos trabalhos e investigações desenvolvidos pelo próprio autor.

III

AS LIÇÕES DO MEDITERRÂNEO

Quando publica, em 1949, seu primeiro livro, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*, Fernand Braudel tinha 47 anos completos; além de um acúmulo importante de experiências, pessoais e intelectuais, que incidiram distintas maneiras dentro de sua obra. *O Mediterrâneo*, que constitui hoje um clássico da cultura histórica de século XX, deve parte de sua originalidade e de sua riqueza precisamente ao caráter de síntese de um longo e continuado trabalho, que se foi enriquecendo e sofisticando com o passar dos anos, e na dialética complexa das experiências individuais vividas pelo autor em contextos sociais singulares.

Para se compreender adequadamente a novidade radical, que encerra *O Mediterrâneo*, pode ser interessante começar por referir mais pontualmente algumas destas experiências intelectuais e certos vínculos entabulados pelo próprio Braudel, que se encontram na gênese da obra, e que constituem premissas importantes na definição de seus perfis gerais.

Tendo já mencionado anteriormente a relevância de certas situações e experiências vividas para a conformação da personalidade individual e intelec-

tual de nosso autor, podemos procurar reconstruir o impacto específico dessas mesmas situações e experiências biográficas, na construção particular desta tese de doutorado, originalmente apresentada na *Sorbonne* em 1947 e difundida entre o grande público a partir de sua publicação em 1949.

Ao definir-se, em sua primeira versão, como um projeto de tese doutoral em 1923, ela se apresentava como uma tradicional tese de história diplomática, militar, política e *événementielle*, corrente entre os jovens historiadores egressos da *Sorbonne*. Concebida na origem como uma simples análise da política diplomática de Felipe II no Mediterrâneo, esse projeto inicial da obra era o resultado natural dos estudos do curso de história, que Braudel havia feito na *Sorbonne*, com vistas à conquista dos graus acadêmicos. Obteve sua licenciatura em julho de 1921, seu diploma em estudos superiores em 1922 e fora aprovado no exame de agregação em história em agosto de 1923.

Tal como Braudel reconhecerá depois, se em 1923 ele era um clássico historiador da *Sorbonne*, já havia recebido em sua formação dois ensinamentos que seriam decisivos em sua evolução intelectual, e também para o redescobrimto do Mediterrâneo como verdadeiro tema central de sua pesquisa. Em primeiro lugar, as lições de Albert Demangeon, geógrafo sensível à história e discípulo direto de Vidal da Blache, e depois os cursos de Henri Hauser, historiador preocupado com a economia, e futuro titular, a partir de 1924, da primeira cátedra de história econômica da própria *Sorbonne*.

A história ensinada naquela conservadora instituição, nesses anos imediatamente posteriores ao fim da primeira guerra mundial, é, sem dúvida, uma história de corte completamente positivista e tradicional. Porém, já por essa época, começa a ser abertamente contestada e criticada, propondo-se em seu lugar uma nova história econômica e social, aberta ao diálogo com a economia e a sociologia, como também com a geografia, a psicologia, a lingüística, etc. Por isso, não é absolutamente casual que tenham sido justamente aqueles dois professores, que mais adiante tornam-se membros do comitê de redação da revolucionária revista dos *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, as duas influências mais importantes na primeira formação “*sorbonnarde*” de Braudel.

Albert Demangeon seria alguns anos depois co-autor, com Lucien Febvre, de um livro sobre a região do Rhin. Com suas lições, Braudel pôde começar a desenvolver o raciocínio geográfico tão marcante nos historiadores franceses

desde essa época, sensibilizando-se em relação ao papel fundamental dos elementos geográficos para a construção dos diversos processos históricos. Aproxima-se pela primeira vez das idéias da escola geográfica vidaliana, tendo seu primeiro contato com aquele campo ou disciplina, que viria a ser um dos suportes teóricos fundamentais d’*O Mediterrâneo*. A teoria da geo-história propõe justamente a síntese total entre geografia e história, para a construção de uma nova e radicalmente distinta “história geográfica”, onde os elementos da base geográfica são considerados efetivamente como protagonistas históricos.

A segunda grande influência, que anos mais tarde haveria de revelar todos seus frutos, Braudel encontra nos cursos – significativamente pouco concorridos – de Henri Hauser, a quem nosso autor reconhece dever “sua primeira orientação rumo à história econômica e social”. Hauser foi um leitor atento da obra de Marx e dirigiu seus interesses de investigação para o século XVI, em que se encontra a origem de nossa atual modernidade capitalista. É um dos pioneiros da nova história econômica francesa, que ganha força e presença a partir de 1929, com a fundação dos já mencionados *Annales d’Histoire Economique et Sociale*, liderados por Marc Bloch e Lucien Febvre. Através das explicações de Hauser, Braudel viria conhecer uma outra semente que apenas germinaria no futuro: esse novo campo da história econômica e social, na qual se inscreve todo o argumento da segunda parte da obra braudeliana de 1949, dedicada aos grandes movimentos de conjunto, econômicos, sociais e civilizatórios da vida mediterrânea durante o século XVI.

Em 1923, estas duas presenças marginais e heréticas do aprendizado *sorbonnarde*, na formação geral do jovem historiador, ainda cederiam ao espectro dominante da história erudita e *événementielle*. Elas haveriam de reaparecer e de se consolidar posteriormente, conforme o mesmo Braudel foi transitando, pouco a pouco, da história tradicional para a nova história econômico-social.

Esse trânsito, como já assinalamos, começa a gestar-se sob o impacto da observação constante do mar Mediterrâneo, a partir do novo enfoque argelino. Ao olhar o mar desde a história do Magreb, cruzando-a com os resultados do trabalho nos arquivos espanhóis e italianos, e dentro do clima das discussões da jovem intelectualidade da cidade de Argel, Braudel desloca naturalmente seu interesse em relação ao “Rei Prudente”, para concentrá-lo cada vez mais no próprio mar.

Durante a permanência de nosso autor na Argélia, nos anos 20 e 30, todos os países do Magreb viviam uma intensa propagação da idéia e do tema da “latinidade”, como uma fonte compartilhada de identidade cultural e civilizatória. É a época em que se reforça a idéia de uma América propriamente “latina”, durante a qual funda-se na França o “Centro de Estudos Mediterrâneos”, dirigido por Paul Valery e concentrado no estudo de todos os países que circundam este mar.

A idéia de um mundo *latino*, partindo de seu núcleo europeu e presente em todo o norte de África e inclusive na América Latina, foi abertamente promovida pelos países da Europa ocidental mediterrânea. Projetou-se como um tema de debate importante no período entre-guerras, no qual inscreve-se a experiência argelina de Fernand Braudel.

O centro real dessa postulada latinidade se encontraria justamente no próprio mar Mediterrâneo. Observando-o desde o Magreb – e imerso nesse debate também presente na Argélia em torno da latinidade –, Braudel se viu lentamente levado a repensar o projeto de sua tese doutoral, situando no centro de seu estudo aquele que os antigos romanos chamavam orgulhosamente de “*Mare Nostrum*”.

Essa mudança de perspectiva, onde o Mediterrâneo torna-se o “centro da história” do velho mundo, será alimentada e consolidada a partir de um reencontro e de dois novos encontros intelectuais, realizados por Braudel em 1930 e 1931. Depois de inserir-se ativamente no meio acadêmico e cultural argelino, filiando-se à Sociedade Histórica Argelina e chegando a secretário geral adjunto da entidade e de seu periódico, a *Revue Africaine*, Braudel começa a participar também da organização do Segundo Congresso Nacional de Ciências Históricas, celebrado em Argel entre 14 e 16 de abril de 1930. Dele, participaram, entre muitos outros, seu antigo professor Henri Hauser e o diretor e promotor da *Revue de Synthèse Historique*, Henri Berr.

O reencontro com Hauser implicou para Braudel pôr-se a par dos novos desenvolvimentos da historiografia econômica e social francesa, uma vez que Hauser já era então membro da equipe dos *Annales d'Histoire Economique et Sociale*. Desde o ano anterior, os *Annales* haviam lançado uma franca ofensiva contra a história tradicional, promovendo a nova área dos estudos históri-

cos econômicos e sociais. Em suas conversas e animados debates, Hauser consegue convencer seu antigo aluno a levantar as grandes interrogações econômicas e sociais que guarda esse Mediterrâneo do século XVI, o qual o próprio Hauser conhece bem, devido às suas próprias investigações pessoais. Com isso, começaram a ganhar forma algumas das problemáticas centrais, que mais adiante Fernand Braudel abordará na segunda parte de sua obra sobre o Mediterrâneo.

Igualmente frutífero, deve ter sido o primeiro contato de Braudel com Henri Berr, que havia ido a Argel para defender e explicar ali seu projeto de criação de um “vocabulário histórico” unificado para todas as ciências sociais. Certamente, pôde argumentar ao seu jovem interlocutor sobre a necessidade e a urgência da “síntese histórica”, desse projeto de recuperação de todo o multiforme conjunto de aportes das ciências sociais a partir da história. Projeto de “síntese histórica” cujos ecos intelectuais é fácil reconhecer em *O Mediterrâneo*, que, já em seu prefácio, advoga a necessidade de atenção às contribuições da geografia, da economia e da sociologia para a construção de uma nova história econômica e social. Ali postula-se uma história que se reconhece abertamente “imperialista”, em sua vocação de abraçar toda ciência social possível, que possa lhe ser útil no estudo dos “grandes fatos da civilização”.

Finalmente, o segundo encontro decisivo para Braudel é a visita de Henri Pirenne à cidade de Argel, em janeiro e fevereiro de 1931. Muitas das perguntas que Braudel viu serem levantadas em torno do Mediterrâneo, e muitas das inquietações intelectuais que essa estada argelina foi-lhe aos poucos suscitando, ganhariam uma forma muito mais nítida e explícita, a partir das lições que Pirenne passa a ministrar na Universidade de Argel, para fundamentar sua conhecida tese contida no livro póstumo *Maomé e Carlo Magno*.

Como repetiu em várias ocasiões, Braudel maravilhou-se com a “prodigiosa” visão pireniana sobre o Mediterrâneo: ao ouvir o autor da *História de Europa* e de *As cidades da Idade Média*, Braudel pôde perceber várias idéias fundamentais às quais sua própria trajetória e experiência conduziram. Pirenne as formulara pela primeira vez de uma maneira nítida e radical: o mar Mediterrâneo é visto como personagem ou protagonista, ativo e até determinante, da própria história. É um Mediterrâneo do comércio, dos intercâmbios econômicos e da escassez monetária que, apoiado nas grandes propriedades territoriais e

submetido aos deslocamentos demográficos de sucessivas migrações dos povos, revela sua face econômica e social. Deixa de ser um simples apêndice líquido da história de Europa, para tornar-se uma entidade auto-suficiente e, mais que isso, o próprio centro de toda a vida econômica, social, política e civilizatória do antigo Império Romano, no momento de seu máximo esplendor.

Essas hipóteses formuladas e defendidas por Henri Pirenne serão claramente retomadas e até radicalizadas e aprofundadas no livro de 1949. Como veremos mais adiante, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II* deve muitos de seus traços mais originais à consideração e ao aprofundamento deste núcleo da tese pireniana, contida no clássico *Maomé e Carlo Magno*.

[...] perguntar-se, enfim, se o Mediterrâneo não teve, por cima desse distante e agitado jogo da Espanha como potência (jogo bastante inosso, além de, deixarmos de lado o grande ato passional de Lepanto), sua própria história, seu destino, sua poderosa vida, e se esta vida não mereceria algo mais do que o papel de um pitoresco pano de fundo; equivaleria a deixar-se levar pela tentação deste imenso e perigoso tema que me cativou.

Como não dar-me conta disso? Como perseguir, de arquivo em arquivo, o documento revelador, sem ter olhos bem abertos a esta vida, tão diversa e intensa? Como não dar atenção, diante de tantas atividades, à história econômica e social, revolucionária, que um punhado de trabalhadores se esforçava por elevar, na França, ao nível que nada se comparava ao que acontecia na Alemanha e na Inglaterra, nem nos Estados Unidos, nem mesmo na Bélgica, tão próxima de nós, ou na Polónia? Captar a história do Mediterrâneo em sua complexidade era seguir o conselho destes homens, pôr-se à sombra de sua experiência, acorrer a sua ajuda, tomar partido por uma forma de história...

Fernand Braudel. *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II*. México: Ed. Fondo de Cultura Económica, 1976, p. 16.

Todos estes encontros argelinos desembocaram no deslocamento da história tradicional para a nova história econômica e social que Fernand Braudel consoma entre 1927 e 1934 e que culmina com o descobrimento, no final de 1934, dos ricos arquivos surpreendentemente conservados de Ragusa e Dubrovnik na Iugoslávia, onde descobre todo o “Mediterrâneo econômico do século XVI”. A experiência brasileira posterior viria fornecer-lhe os eixos principais da sua análise do Mediterrâneo ao longo século XVI. Mencionamos anteriormente o efeito profundo e radical do choque civilizatório que significou para Braudel a estada brasileira dos anos 1935–1937, cujos efeitos para a definição da arquitetura geral do livro de 1949 vale a pena destacar.

Não se pode esquecer que Braudel era responsável pela cátedra de “História das Civilizações”, o que exigia do jovem professor da Universidade de São Paulo ter que revisar praticamente “os anais de toda a história da humanidade” diante de seu inquieto auditório. Isso não foi indiferente para o projeto de sua tese, então em processo de investigação. Ao reconstruir a história geral das sociedades humanas, nosso autor pôde aferir com clareza o verdadeiro papel do mar dentro dessa história geral; pôde também, no mesmo movimento, medir com cuidado e precisão a significação específica dessa “época de Felipe II”, desse longo século XVI, que se revelou como um nó histórico muito particular na curva global da história da humanidade. Essa revisão da história geral não poderia mais consistir numa simples repetição das lições aprendidas na *Sorbonne*, mas deveria ser uma proposta de análise nova e diferente da história das civilizações. Por meio dela, Braudel lança uma interpretação também nova e inédita dessa mesma história do Mediterrâneo do século XVI.

Como afirmou o próprio Braudel, todos os esquemas que ele havia assimilado em sua aprendizagem européia, e ainda alguns dos quais havia desenvolvido na Argélia, se mostravam completamente inúteis para a explicação do novo mundo e da jovem civilização latino-americana. Aqui o espaço não estava tão ocupado como na Europa e desempenhava um papel muito distinto de outras civilizações; ao mesmo tempo, as sociedades e as economias em plena etapa de construção e imersas num acelerado processo de mudança, tornavam evidente o papel preponderante das estruturas econômicas e sociais, em relação ao conjunto das realidades consideradas civilizatórias.

O fato de se tratar, em geral, de “países novos” e de uma civilização jovem, mestiça, etnicamente plural e em busca de sua própria identidade, punha inevitavelmente por terra aquelas visões de uma harmônica e progressiva sucessão de etapas históricas. Aqui, elas se revelavam como clara superposição de realidades históricas distintas e de tempos históricos diversos. Dessa maneira, os marcos conceituais derivados da experiência da civilização européia tiveram que ser negados e transcendidos por essa civilização nascida de uma tripla mestiçagem entre índios, negros e europeus. Mestiçagem cultural, econômica e tecnológica, mas também social, política, religiosa, familiar, étnica e antropológica.

Toda essa reflexão, olhando em perspectiva, está presente na arquitetura geral do livro de 1949. A decifração da base geo-histórica mediterrânea pode muito bem ser vista como a projeção, dentro deste caso civilizatório, da dialética entre espaço e história, que Braudel viu em ação e em seus efeitos práticos no Brasil e na América Latina dos anos 30. O mesmo pode ser dito do estudo das economias, das sociedades, impérios e civilizações mediterrâneas, cuja capacidade de percepção refinou-se sensivelmente diante do espetáculo da realidade latino-americana em formação, cadenciada por seus ritmos internos, mas também pelas vicissitudes do mercado mundial capitalista. Também, flagrante no livro de 1949, é o esquema da tripla temporalidade histórica, certamente inspirada por esta mescla e superposição de distintas realidades históricas, com suas correspondentes durações, diferentes e estratificadas, que coexistem cotidianamente nas sociedades de nosso mundo latino-americano. Mergulhando nesta experiência brasileira e latino-americana e deixando-se levar por incessantes lições teóricas e históricas, Braudel acumulou uma série de novos conhecimentos e perspectivas decisivos para a construção de *O Mediterrâneo*.

Tratavam-se, portanto, de problemáticas e de temas originais, que acabaram se definindo e se consolidando, a partir da influência particular do “meio acadêmico” e da rede de sociabilidade intelectual concentrada em torno dos “primeiros Annales”, e depois na experiência-limite já mencionada do cativo da segunda guerra mundial.

O próprio Braudel reconheceu, no prefácio da primeira edição de sua obra de 1949, que sua “dívida maior” no plano intelectual foi com os “ensinamentos e o espírito” recebidos dos primeiros Annales, comandados por Marc Bloch e por Lucien Febvre entre 1929 e 1939. Nesse “círculo dos Annales”

se consolidaram e estruturaram definitivamente os perfis da então projetada tese doutoral braudeliana. Os primeiros *Annales*, uma das tantas expressões de movimentos e correntes de signo crítico da cultura européia do entre guerras, foram o veículo utilizado por Braudel para encaminhar sua investigação dentro dessa atmosfera intelectual contestatória. Nesses primeiros *Annales*, e a despeito de seu restrito contato pessoal e direto com Marc Bloch, Braudel se esforçava por “captar até os menores detalhes de seu rico pensamento”, que deixara uma marca significativa sobre sua primeira obra.

Ao relermos com atenção *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*, não podemos deixar de perceber os ecos das lições blochianas: para começar, o papel sempre presente e em posição relevante dos fatos e estruturas econômico-sociais, cuja efetividade e centralidade para a explicação global é claramente compartilhada por ambos autores. O mesmo se dá com a presença constante do “raciocínio espacial e geográfico”, que inspirou Bloch em suas brilhantes teses sobre a difusão desigual do moinho de água na Europa, ou em seu mapa das duas França rurais de longa duração. Esse raciocínio geográfico reaparecerá em Braudel como tematização da base geo-histórica mediterrânea, ou como o estudo dos vínculos entre a economia e o espaço mediterrâneos.

O mesmo sucede em relação à constante preocupação em torno da dialética passado/presente e do concomitante uso do método progressivo/regressivo, que permitiram a Bloch reconstruir a diversidade das estruturas rurais a partir da paisagem atual da França. Esses procedimentos convertem-se na decomposição temporal das diferentes durações, proposta por Braudel, que se utilizou também do método progressivo/ regressivo para explicar a “tele-história” profunda e de longa duração desse personagem singular que é “seu” Mediterrâneo. Ou, por fim, a coincidência em torno da busca permanente das referências globalizantes, que levou Marc Bloch a declarar que não há história da França sem história de Europa, nem história de Europa sem história do mundo. Em Braudel, isto se manifesta nas sucessivas definições do *Mediterrâneo*, que, visto em termos históricos globalizantes, irradia seus efeitos civilizatórios em escala planetária. Tanto em Bloch como em Braudel, a história se converte conscientemente em exercício constante do “raciocínio comparativo”, ao mesmo tempo em que atua como uma história profundamente interpretativa e permanentemente crítica.

A história praticada por Braudel à época de *O Mediterrâneo*, embora claramente marcada pela concepção histórica de Marc Bloch – a ponto de ser possível estabelecer uma filiação intelectual profunda com ela –, foi também muito influenciada pelos trabalhos de Lucien Febvre, com quem Braudel travou uma relação de profunda amizade e de afeto desde o fim de 1937.

Não é, em absoluto, difícil encontrar novamente a marca de Febvre impressa em *O Mediterrâneo*. Ela revela-se imediatamente, desde a escola do “problema”, desde o questionário singular que anima a pesquisa desta tese, marcas das reflexões do autor dos *Combats pour l’histoire* em torno do paradigma da história-problema. Assim, também, quanto à recuperação, explícita e declarada, do “modelo” febvriano da “utilização mental”, concebida como campo dos limites no universo mental dos homens do século XVI. Em Braudel, ele se converte na tentativa de definir a “utilização econômica” e os “limites do poder social” dos homens do mesmo século XVI.

Apoiado na influência dos dois fundadores dos primeiros *Annales*, *O Mediterrâneo* é finalmente redigido durante o longo cativeiro de cinco anos vivido por Braudel durante a Segunda Guerra Mundial. Na última fase, devido às condições peculiares do cativeiro, quando teve acesso ilimitado às obras da cultura alemã, Braudel mergulha no estudo da geografia e da economia política alemãs, assim como na releitura ou leitura de uma boa parte da coleção da revista *Vierteljahrschrift für Social und Wirtschaft Geschichte*, últimos elementos e influências importantes na delimitação do perfil da tese doutoral defendida na *Sorbonne* em primeiro de março de 1947.

* * *

O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II é fruto dessa longa cadeia de experiências e de influências intelectuais diversas, uma obra que teve a fortuna de se converter num dos clássicos da historiografia do século XX, depois de ter transformado completamente a paisagem dos estudos históricos franceses e europeu-mediterrâneos das últimas cinco décadas.

Tal obra pode ser caracterizada, antes de tudo, pelas novidades radicais que encerra. Em conjunto, elas permitem explicar o espectro de consideráveis

inovações provocadas no âmbito da historiografia e das ciências sociais ao longo dos anos. Ela sintetiza diferentes descobrimentos e construções, que vão desde os personagens estudados até a revolucionária visão metodológica ali contida, passando pelas inovações teóricas ou pelas teses históricas propriamente ditas, além das interpretações ali desenvolvidas.

Eleger como objeto de estudo o próprio mar Mediterrâneo e propor-se, como objetivo, a reconstruir a “biografia” deste mar implicou num profundo descentramento, consciente e crítico, com relação às perspectivas da história tradicional. Representou, ao mesmo tempo, a delimitação de um problema completamente inusitado, dentro dos estudos históricos da época. Seria impossível analisar esta importante massa líquida do planeta e o conjunto de civilizações construídas em torno dela da mesma maneira que se estuda um rei, um povo, uma nação ou uma classe social. Em virtude desse ineditismo, a própria escolha da problemática teria que conduzir, de imediato, à construção de novos parâmetros e novos instrumentos de análise.

Como afirmava o próprio Braudel, o Mediterrâneo “é um personagem complexo, embaraçoso, difícil de enquadrar. Escapa às nossas medidas habituais. Inútil querer escrever sua história lisa e plana, à maneira usual...” Deve-se, antes, assumir a profunda originalidade do personagem eleito e construir, então, para poder dar conta dele e de outros problemas, hipóteses, perspectivas metodológicas e idéias sobre a própria história; em suma, outro modo de conceber, desenvolver e praticar o ofício de historiador.

Ao abraçar este personagem complexo e pouco usual, que de entrada parece estar duplamente determinado, enquanto entidade geográfica e histórica, nosso autor se viu levado naturalmente a questionar-se sobre as relações entre história e geografia, e, mais particularmente, sobre sua presença efetiva em torno deste “espaço líquido”. Na definição do próprio Braudel, o Mediterrâneo “encerra todos os encantos, mas também todos os perigos de uma novidade”. A resposta a tal questionamento resultou na sua proposta geo-histórica, como um campo de conhecimento capaz de juntar as visões geográfica e histórica das realidades humanas, para renovar, a partir desta síntese, as explicações históricas habituais.

Ao tomar a sério o Mediterrâneo como objeto de estudo, Braudel passou a decompor os elementos constitutivos do mundo mediterrânico. Obri-

gou-se a redesenhar, então, aquilo a que Hegel havia chamado de “base geográfica” da história, e à qual Marx concebeu como o conjunto de “condições naturais”, que eram o fundamento de toda ação e evolução humana.

Uma vez radiografadas e restabelecidas as partes constitutivas dessa base geográfica mediterrânea, Braudel passaria a demonstrar como esses distintos níveis constituem-se, eles próprios, nos verdadeiros protagonistas do drama histórico, agindo no curso dos acontecimentos e participando ativamente do processo histórico considerado.

Braudel não se contentava com as “tradicionais e inúteis introduções geográficas dos estudos de história, inutilmente, dispostas no início de tantos livros, com suas paisagens minerais, seus trabalhos agrícolas e suas flores, que desfilam rapidamente diante dos olhos do leitor, para não voltar a ocupar-se delas ao longo do livro”. Ao contrário disso, nosso autor procurou estabelecer a correlação entre esses fatos e realidades geográficos e os distintos fatos e processos de civilização que deles derivam. Descobriu, por exemplo, que a alternância ritmada do clima Mediterrâneo, que combina sucessivamente uma longa primavera/verão com um longo outono/inverno – ou seja, uma estação fria de seis meses e outra mais quente de igual duração –, se projeta também no plano da guerra. Aqui temos, igualmente, uma clara alternância de uma estação semestral de batalhas, movimentos no mar e decisivos encontros bélicos entre as potências turca e espanhola, seguida de outros seis meses de calma e de domínio quase absoluto da paz. É quando as tréguas se renovam e as armadas recrutam seus marinheiros, enquanto o mar é tomado pelo mau tempo, invadido de uma tranqüilidade que contrasta com a guerra da estação anterior. Ora, se todas as grandes batalhas marítimas no Mediterrâneo do século XVI se desenrolam apenas entre abril e outubro de cada ano, e a elas seguem os meses pacíficos de outubro a março, é preciso então reconhecer a determinação geo-histórica dos ciclos do clima sobre os tempos e ritmos da paz e da guerra.

Braudel pôde delimitar os perfis dessa base geo-histórica do mediterrânico sob diversos aspectos: ao recriar as influências históricas e civilizatórias da dialética entre o vale e a montanha; a escassez crônica de marinheiros, devido à pobreza biológica de longa duração do próprio mar Medi-

terrâneo; ou ainda a paisagem agrária, filha do clima e da história, construída em torno da trindade nutricional do trigo, da oliveira e da uva.

Como lição derivada deste “estudo de caso” centrado no Mediterrâneo, nosso autor começou, ao mesmo tempo, a abrir e a esquadrihar um modelo geral, que torna-se uma verdadeira teoria da geo-história. Como proposta global, ela permanece ao longo de sua obra, reaparecendo em outras aplicações, como por exemplo em seu livro *Le monde actuel*, ou também em seu último trabalho sobre a identidade da França.

Se relermos a primeira parte de *O Mediterrâneo*, intitulada justamente “a influência do meio ambiente”, veremos que a idéia ali contida é a de conceber essa composição singular da base geográfica como um determinado “campo dos possíveis”, como um esquema ao mesmo tempo aberto e determinado. Trata-se, em nossa opinião, de uma estrutura que, resultado de uma síntese complexa de elementos, aceita um certo espectro limitado de combinações, que constituem suporte das múltiplas alternativas de escolha, que tal base geo-histórica levanta aos homens em diferentes circunstâncias históricas.

A partir desse jogo aberto, mas limitado de combinações possíveis, as sociedades constroem diversas “estratégias de resposta” às pressões e desafios da base geográfica. Estas, por sua vez, delimitam a “eleição de civilização” particular, dentro desse campo de possíveis, e acabam influenciando ativamente o próprio jogo de combinações.

Ao resolver o velho problema da relação entre o homem e a natureza, por meio deste esquema do campo dos possíveis e das estratégias de resposta ou escolhas humanas frente a esse campo, Braudel não faz mais que aplicar um esquema que parece impor-se inconscientemente dentro da atmosfera cultural e das ciências sociais francesas do segundo pós-guerra. Tal esquema, que pode ser detectado também em certos trabalhos ou hipóteses de Lucien Febvre, de Claude Lévi-Strauss ou de Michel Foucault, foi explicitamente teorizado e sistematizado na obra de Jean Paul Sartre sobre a *Crítica da razão dialética*.

Essa nova aproximação do problema proposto por Braudel, que desafiava os cientistas sociais, mostrou-se uma solução nova e eficaz para abordar e resolver, de maneira concreta e operativa, a questão da dialética geral entre base geográfico-natural e processo civilizatório humano. Braudel estabelece os

componentes principais da base geográfica, constituída pelos quatro complexos, que são o atmosférico, o terrestre, o hidrográfico e o biogeográfico* e encara a pergunta de como essas distintas realidades geográficas de longa duração jogam um papel específico na história da civilizações. Ao fazê-lo, nosso autor reconstrói essa condição de protagonistas ativos que possuem aqueles mesmos fatos geográficos, concebidos agora sob essa nova dimensão de *personagens históricos efetivos*.

Partindo desta postura de valorização e de recuperação dos fatos e dimensões geográficas na história, Fernand Braudel chega diretamente às realidades de constituição, transformação e desaparecimento lentos, de longa vigência histórica, que são as realidades geográficas da longa duração histórica. Ele chegou a falar, inclusive, um pouco imprecisamente, de um “tempo geográfico”, equiparável à longa duração. Mas, como ele mesmo explicou no artigo de 1958, a longa duração se encontra presente tanto na geografia como na economia, na esfera do político ou nas estruturas mentais de uma civilização.

Para além desta possível confusão, alimentada depois à exaustão por alguns críticos de Fernand Braudel, resta sublinhar que foi justamente por meio destas realidades geográficas que nosso autor descobriu as estruturas da longa duração histórica. Diante do desafio de olhar e de entender esse cosmo geográfico que é o Mediterrâneo, composto dos muitos mediterrâneos que os homens construíram ao longo da história, e buscando traduzi-lo para nossa linguagem de historiadores, Braudel terminou elaborando seu esquema das três temporalidades ou durações diferenciais na história.

Essa foi a grande novidade metodológica da obra de 1949. Ao compor seu triplo relato do Mediterrâneo, retratado sucessivamente em suas estruturas de longa duração, nas múltiplas conjunturas e no acúmulo de diversos acontecimentos, Braudel pôde exemplificar e ilustrar, com a própria vida e história do Mediterrâneo, a pertinência e riqueza dessa perspectiva metodológica dos diferentes tempos e da longa duração, que jamais abandonará e cujos traços gerais esboçamos acima.

* Subdivididos por sua vez nas categorias principais do clima, a eletricidade, a pressão atmosférica, etc.; ou a montanha, o planalto, o vale e o subsolo, as ilhas, penínsulas, cabos, massas continentais, etc.; rios, lagos, mares, oceanos; recursos vegetais e recursos animais, etc.

Ao buscar entender não apenas essas realidades seculares e semi-imóveis da base geo-histórica mediterrânea, mas também distintas conjunturas – industriais e agrícolas, rurais e urbanas, também identificáveis no plano econômico, demográfico ou da vida social e política, existentes durante o período de 1450 a 1650 –, Braudel foi reconstituindo os diferentes elementos de sua explicação da vida mediterrânea, para resolver ou ao menos equacionar, em novos termos, aos clássicos problemas da historiografia econômica e social do século XVI. Encontramos, em *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*, teses muito novas sobre o prolífico debate em torno da “revolução dos preços” no século XVI e as “responsabilidades” ou não do metal americano na gênese dessa revolução; a proposta de um modelo da “economia–mundo” mediterrânea no século XVI, definida tanto a partir das diversas ordens de magnitude como nos heterogêneos componentes agrícolas, industriais, comerciais, monetários, e, por fim, como resultado desta percepção diferenciada das distintas temporalidades, uma explicação dos “destinos coletivos e movimentos de conjunto”, que definem o caráter e a sorte dos impérios, sociedades e civilizações que coabitavam nesse “teatro do mundo”, que é o mar Mediterrâneo.

Precisamente articulando o novo personagem escolhido com sua proposta teórica sobre a geo-história e com a inédita chave metodológica das diferentes temporalidades históricas, Braudel chegou à construção de duas grandes hipóteses globais e conclusivas de toda sua investigação. Elas constituem as duas grandes linhas articuladoras de toda a obra do *Mediterrâneo* e conduzem ao resultado geral da aplicação, a esta temática, das perspectivas da história global, crítica e de longa duração.

Atrás do inocente título *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*, encerra-se a postulação de um papel fundamental cumprido pelo Mediterrâneo na história profunda das estruturas da longa duração, papel que revolucionará radicalmente com as mudanças sintetizadas nesse *nó histórico privilegiado* que é o “longo século XVI”. Revisando com cuidado o argumento dessa obra, fica patente a idéia que está implícito em todos seus capítulos. Ela postula o fato de que esse mar Mediterrâneo teria funcionado, ao longo de séculos, como um dos “centros” *receptores e processadores do conjunto de fluxos históricos e civilizatórios* que animaram toda a vida do velho mundo, desde o século IX a.C. até o século XVI.

Olhemos com cuidado a posição geográfica do maior mar do velho continente e perceberemos que ele se encontra estrategicamente colocado – como se fosse um privilégio da natureza – no ponto intermediário ou de conexão entre os três continentes da Europa, África e Ásia. Desde tempos remotos, que na longa duração possibilitou o estabelecimento das rotas entre as civilizações do velho mundo, o Mediterrâneo se faz presente como um ponto terminal quase natural de todos os grandes movimentos, migrações ou deslocamentos humanos, de que se tem notícia. A ele confluíram sempre, em última instância, as grandes migrações mongóis, que atravessaram as estepes russas, travaram confrontos recorrente com povos germanos do norte europeu, para fazer sentir seus ecos indiretos sobre as mesmas populações mediterrâneas. Também, ao Mediterrâneo, chegavam aqueles caminhos que, partindo do coração da África negra, vertiam sobre suas costas o marfim, o ouro e o âmbar, cujo comércio é comprovado desde épocas remotas, e, para o qual, a franja desértica sahariana nunca foi um verdadeiro obstáculo. Finalmente, a velha rota da seda é ao mesmo tempo o fio dos fluxos e da comunicação que, cruzando toda a zona do Islã e detendo-se na importante estação da Índia, prolonga-se naturalmente até os confins da China, desse Oriente distante que constitui, por sua vez, outro grande centro irradiador de civilização.

Deste modo, e posto que por estas rotas não transitavam apenas gados, mercadorias e homens, mas também costumes, inventos, culturas, línguas e todo tipo de “bens civilizatórios”, o Mediterrâneo foi se configurando, ao longo de séculos, como verdadeiro centro da história do velho mundo, o coração da massa euro-asiática-africana, que de maneira alternada concentra e difunde esse conjunto de bens civilizatórios, os quais recebe e irradia constantemente.

Assim, atrás do inocente título “*O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico*”, Braudel descobriu na verdade uma posição geográfica privilegiada da história geral do velho mundo. Um mar que, em sua função de laboratório sintetizador e processador das mais diversas experiências e fenômenos civilizatórios, tornou possível a edificação de uma história de vastas proporções. Para dar conta de seu objeto, Braudel nos transporta ao longo das linhas temporais da longa duração histórica, e aos confins de um Mediterrâneo verdadeiramente global, cujas linhas de influência se prolongam da China até a Península Ibérica e do cabo da Boa Esperança até os desertos gelados da zona ártica.

Assim, este papel de centro civilizatório global, que atribuiu um papel específico ao Mediterrâneo, na longa duração histórica, começaria a desestruturar-se pouco a pouco durante a “época de Felipe II”. O que se encontra na segunda parte do título do livro é esse “longo século XVI”, que para nosso autor se prolonga por duzentos anos, entre 1450 e 1650, aproximadamente, e que constitui também, no plano das coordenadas temporais, outro enquadramento excepcional para um estudo com declarada vocação de globalidade, amplitude de perspectivas e equação crítica de sua problemática.

Se olharmos detidamente o real significado desse longo século XVI, nos daremos conta de que se trata de um dos dois grandes nós que marcam toda a curva do desenvolvimento histórico da humanidade. Ao observarmos esta curva integral, procurando marcar nela os principais pontos de trânsito civilizatório, podemos verificar que são dois os primeiros grandes pontos a assinalar: o primeiro coincide com a revolução neolítica e leva das sociedades nômades às sociedades sedentárias. Ele remete às enormes mudanças civilizatórias que implicam o nascimento da agricultura, a substituição dos vínculos de sangue como elementos de coesão da comunidade, por vínculos estritamente sociais, a abertura da diferenciação e da dialética entre campo e cidade, ou os importantes desenvolvimentos tecnológicos que acompanham esse novo sedentarismo. O segundo grande marco é precisamente a passagem da pré-modernidade e do pré-capitalismo para a atual modernidade capitalista, passagem que se dá justamente a partir desse longo século XVI, acompanhada de profundas transformações. Entre elas, destacam-se o nascimento da verdadeira história universal, o fim da milenar submissão humana ao domínio da natureza e a inversão radical desta relação. Ou ainda a conformação de um tipo de sociedade, na qual, pela primeira vez na história, domina o elemento social, historicamente criado, e não o elemento natural-social, assim como a dessacralização do mundo natural e a substituição das antigas concepções mágicas, míticas ou religiosas pelo novo racionalismo característico do mundo moderno.

Trata-se, pois, de uma virada de 180 graus em relação às formas de reprodução do metabolismo social em geral, deflagrada nesse longo século XVI, marco histórico de verdadeiro significado universal, que Braudel procurou recriar e utilizou como observatório crítico.

Além do fato evidente de que o nascimento dessa história universal implica o fim do Mediterrâneo, como centro do velho mundo, é preciso destacar também o papel que esse longo século XIX desempenha como chave para o entendimento *de todo o período da modernidade*. Muito de nossa contemporaneidade foi estabelecido e configurado a partir das soluções propostas no século XVI para as novas encruzilhadas e alternativas que nele surgiram: qual historiador, por exemplo, se atreveria hoje a explicar a civilização latino-americana, sem remontar suas análises até aquele nó histórico de cinco séculos? Quem seria capaz de examinar e de prognosticar os distintos temas da unificação europeia e do papel de Europa no mundo, sem acudir à história da expansão da economia-mundo europeia? Esta, partindo desse mesmo século XVI, difunde-se depois por todo o globo, desenhando a rede do moderno mercado mundial capitalista e alcançando as dimensões da própria economia mundial, para então voltar a encolher até os limites do Ocidente. Quem poderá entender o Islã, a África, a Índia ou a China do mundo de hoje, sem se remeter a essas “origens do mundo moderno” coincidentes com a “época de Felipe II”?

A novidade da tese doutoral, defendida por Fernand Braudel em 1947, se estende para além do marco problemático, teórico e metodológico. Ela atinge também o plano das próprias teses globais ali defendidas, que estruturam de maneira coerente o conjunto das peças da obra. Para além do título simples que seu autor decidiu colocar no livro, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*, encerra, na verdade, um conteúdo que transcende em muito a conotação literal de tal título. Ele permite situarmo-nos no ponto de interseção de duas coordenadas que constituem, no espaço e no tempo, dois observatórios privilegiados e excepcionais para uma visão global, profunda, crítica e de longo alcance dos distintos processos históricos humanos: a observação da história global, a partir desse centro mediterrânico, que cede seu lugar e sua função ao Oceano Atlântico, a partir do momento crítico de transição histórica que marca o século XVI, início de uma verdadeira história universal caracterizadora da Modernidade.

Sob essa luz, resulta clara a afirmação segura e desafiadora do próprio Fernand Braudel, no Prefácio à primeira edição de sua obra, quando afirmou: “espero, também, que ninguém me jogue na cara minhas excessivas ambições, o desejo e a necessidade que senti de ver as coisas em grande escala”.

IV

O PROJETO DE REORGANIZAÇÃO DA *EPISTEME* VIGENTE NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Depois de publicar, em 1949, sua primeira obra importante, e seguindo um procedimento intelectual que lhe será habitual, Fernand Braudel dedica-se, durante os anos 50, ao desenvolvimento e elaboração das diversas “lições de método” que derivam de sua pesquisa recém concluída. Assim, esforçando para tornar explícitos os ensinamentos metodológicos que aplicou em seu livro, nosso autor é levado a problematizar a relação específica que guarda a história com o restante conjunto das ciências sociais então existentes, e, mais em geral, o próprio estatuto da *configuração disciplinar* das diferentes ciências, que buscam apreender e explicar a esse vasto campo do social-humano no tempo.

Um dos resultados ao qual havia chegado Braudel, em consequência de sua tentativa de organizar e de explicar coerentemente a enorme massa de informações, estudos, dados e referências que fora acumulando sobre o mar e os mediterrânicos, foi justamente a “necessidade de ver as coisas em grande escala”, ou seja, de analisá-las a partir de uma perspectiva verdadeiramente ampla e global. Só a partir de um tal enfoque globalizante ou total, seria pos-

sível apreender adequadamente essa realidade também global e onipresente do mar Mediterrâneo. Realidade que projetava suas influências e presenças, tanto no clima quanto na poesia ou na literatura, passando pela economia, a sociedade, a política e as civilizações, ao mesmo tempo em que se expandia, desde o mais distante oriente chinês até a recém construída fachada atlântico-americana do novo continente.

Sem dúvida, o aprofundamento e a radicalização do paradigma metodológico da história global – já defendido por parte dos primeiros *Annales* de Marc Bloch e de Lucien Febvre e levado às últimas conseqüências na obra de Braudel – teriam então que se chocar, necessariamente, com a configuração dominante, disciplinar, parcelada e atomizada do *episteme* então vigente nas ciências sociais.

Como enquadrar este tema original e exótico que é o Mediterrâneo nos campos bem definidos, separados e precisos da economia, da ciência política, da geografia ou da história tradicionais? Como lidar com a dialética entre a longa duração, as conjunturas e os acontecimentos, em um esquema disciplinar das ciências sociais que reduz a sociologia, a economia, a ciência política, ao estudo do presente, relegando a análise do passado exclusivamente para a história, e cortando todo vínculo possível entre “passado” e “presente”? Como trabalhar com esse personagem incomum e inédito que é o mar Mediterrâneo, sem criticar a “episteme” dominante das ciências sociais, que resiste a aceitar tais estudos inovadores?

Um movimento natural obriga Braudel a transcender os parâmetros dominantes dentro das ciências sociais, para dar conta de seu objeto. É, então, levado a examinar com cuidado esta configuração do *episteme* vigente nas diversas disciplinas sociais, à qual acabará criticando radicalmente, propondo sua urgente e necessária superação. Com isso, nosso autor não faria outra coisa senão antecipar-se em duas décadas à evidente crise definitiva de tal *episteme*, detonada a partir de 1968, e cujo resultado imediato, mas inevitavelmente limitado e efêmero, foi a proliferação e a atualização da moda dos estudos, centros, projetos, institutos ou enfoques “pluri”, “multi”, “trans” ou “inter” disciplinares.

Ao defender a “unidade” das ciências do homem para além de sua atual “diversidade”, Fernand Braudel estava nos lembrando daquelas visões

universalistas e globalizantes que vigoraram ainda até o século XIX, e que apenas foram substituídas pelo enfoque disciplinar aproximadamente entre 1870 e 1968.

Se voltarmos ao início do século XIX – ou mais atrás ainda, aos grandes pensadores dos séculos XVI –, poderemos ver que naqueles tempos se pensava e se analisava o social de um modo radicalmente diferente. Considerava-se o social a partir de uma perspectiva muito mais aberta, universalista e globalizante, embora também um pouco menos precisa em relação ao que viria a ser posteriormente. Os distintos autores dessa etapa da modernidade européia, entre os séculos XVI e XIX, buscavam construir seus ensaios ou contribuições à “filosofia da sociedade”, classificavam suas obras dentro das “ciências morais e políticas” e elaboravam os distintos modelos de “filosofia da história” que conhecemos hoje. Nessas práticas, o que faziam era expressar simplesmente um modo de aproximação ao social que reflete uma *episteme* diversa daquela atualmente dominante. O social era concebido, fundamentalmente, em termos unitários e globais, como uma realidade coerente que, como produto da própria atividade humana, contrapunha-se ao mundo natural em geral, para funcionar a partir de uma lógica própria e especificamente humano-social, cujas leis gerais seriam susceptíveis de ser estabelecidas.

Ao opor “sociedade” e “natureza”, ou o mundo humano ao mundo das coisas, esta “episteme” estabelece a “história dos homens” ou a “sociedade” em geral como seu objeto de estudo e campo de investigação. Em sintonia com a real universalização histórica, que começa a difundir-se em escala planetária a partir do século XVI, se afirmaram também essas visões próprias da primeira etapa da modernidade, caracterizadas por um tratamento analítico, no qual o social é visto ainda como uma totalidade a ser analisada, ponto de partida da reflexão. Por isso, não será raro observar que um autor como Rousseau, para citar apenas um exemplo entre inúmeros, pudesse ter escrito indistintamente e com toda segurança e domínio, tanto sobre economia política quanto sobre o contrato social ou a origem da desigualdade entre os homens, ao mesmo tempo em que incursionava no campo da reflexão artística ou escrevia um tratado sobre a educação. Assim como Rousseau, Montesquieu, Leibniz, Voltaire, Hegel ou Marx, outros autênticos pensadores do social, dificilmente podem ser classificados apenas como “economistas”, “antropólogos”, “filóso-

fos”, “cientistas políticos”, “sociólogos” ou “historiadores”, no sentido contemporâneo e limitado destes termos.

Resgatando então a *episteme* anterior da atualmente vigente, Braudel insiste nessa profunda e originária unidade do social, na interdependência e na interconexão necessárias das distintas partes dessa única “paisagem”, que constitui o objeto global de preocupação das atuais disciplinas sociais. Assim, afirmava: “Suponhamos, então, para sermos breves, que as ciências humanas se interessam todas por uma única e mesma paisagem: a das ações passadas, presentes e futuras do homem. Suponhamos que semelhante paisagem seja coerente por adição, o que se teria que demonstrar por suposto. Frente a esse panorama, as ciências do homem seriam outros tantos observatórios, com seus olhares particulares, seus croquis de perspectivas diferentes, suas cores, suas crônicas. Infelizmente, os fragmentos de paisagem, que não se conseguem unir, não se atraem um ao outro, como os cubos de um quebra-cabeça infantil que reclamam uma imagem de conjunto e apenas valem em função dessa imagem pré-estabelecida”. Essa passagem define com precisão a idéia de Braudel com relação às diferentes ciências sociais contemporâneas.

De seu ponto de vista, estas ciências não são mais do que simples “observatórios” parciais, olhares necessariamente fragmentários ou recortes claramente estabelecidos de uma única porção da paisagem total que é a “obra dos homens no tempo”, segundo já havia definido o próprio Marc Bloch. Em conseqüência, são incapazes de reconstruir tal objeto global sem renunciar a seus limites atuais e sem questionar toda a configuração epistemológica vigente. Esta necessariamente demarca para cada uma das ciências sociais um objeto particular de estudo, mas também as técnicas, linguagens, métodos, teorias e conceitos, que constituem sua “identidade”, como campo ou disciplina específica.

Para Fernand Braudel, é necessário voltar às perspectivas globalizantes, que foram vigentes antes da constituição desta *episteme* quadriculada, de campos e disciplinas aparentemente diferentes, autônomos e auto-suficientes que vigoram hoje. Porém, o grande desafio intelectual reside em que é preciso fazê-lo, sem, contudo, renunciar às contribuições e progressos acumulados durante os últimos cem anos da vigência do paradigma disciplinar no campo do social. Apesar do enorme preço que as ciências sociais pagaram para se

constituir sob o esquema de funcionamento ainda vigente, tal custo não foi capaz de deter seu progresso. Ao renunciarem ao espírito globalizante e universalista e ao constituir-se como múltiplos observatórios atomizados, as ciências sociais alcançaram uma alta performance, quanto ao uso e implementação de certos métodos, técnicas e instrumentos de análise particulares, avançando significativamente no reconhecimento pontual e detalhado desses mesmos campos singularizados.

Para seguirmos com a metáfora braudeliana da paisagem, as ciências sociais dos séculos XVI a XIX elegeram, como seu objeto principal, o “espírito geral” que animava a paisagem como um todo, concentrando-se na impressão de conjunto e na lógica global dessa mesma paisagem. Já as ciências sociais contemporâneas, por sua vez, se assemelham àquele observador que, uma vez captada a impressão geral do quadro que observa, aproxima-se para estudar com toda minúcia e detalhe as distintas partes e fragmentos do mesmo quadro. O desafio, então, segundo indicam todos os ensaios metodológicos escritos por Fernand Braudel, compilados sob o título de *Écrits Sur l'Histoire*, é o de superar efetivamente a “episteme” hoje vigente no campo do social. Mas isso, no caminho que, longe de ser a simples negação dessa *episteme*, seja antes uma verdadeira síntese superior dos aspectos positivos da episteme universalista dos séculos XVI a XIX, bem como da “episteme” disciplinar desenvolvida entre 1870 e 1968, aproximadamente.

Na busca efetiva dessa possível síntese, que reconhece a atual diversidade “estrutural” das ciências sociais e procura estabelecer seu ponto de convergência, Braudel perseguiu uma estratégia de múltiplos combates. Situados na revisão dos vínculos da história com outras disciplinas sociais, os combates colaboraram para o estabelecimento do objetivo de unificação mencionado.

O primeiro desses combates foi o de levar ao fim uma crítica sistemática e permanente dos limites evidentes da *episteme* disciplinar. Ou seja, denunciar e demonstrar de maneira concreta os becos sem saída e mesmo os necessários fracassos, aos quais conduz a manutenção e o respeito frente ao parcelamento e à atomização das disciplinas ou ciências sociais atuais. O fez, por exemplo, ao demonstrar que os economistas contemporâneos se equivocaram, tanto em sua avaliação da crise econômica de 1972-73, como em seus prognósticos de solução para a mesma, pelo simples fato de continuar confi-

nados no presente imediato, como se o mundo tivesse começado em 1945 ou em 1929, ou na primeira guerra mundial. Assim, ao fecharem eles mesmos a possibilidade de situar esta crise dentro do movimento da tendência secular, ou seja, dos movimentos de longa duração que ritmam a vida da economia-mundo européia – são incapazes de entender que ela não é apenas um ponto de virada do conhecido ciclo Kondratiev. É, antes, o momento de inflexão da curva daquela tendência secular, sinal de uma decadência econômica que haverá de prolongar-se, segundo todos os indicadores atuais, até aproximadamente o ano 2050.

Outro combate circunscreve-se à sua crítica aos brilhantes ensaios antropológicos, muito corretos em obter os frutos da pesquisa e da observação participante numa cidade do nordeste brasileiro. Capazes de reconstruir, vívida e concretamente, a experiência urbana de uma cidade baiana, são, contudo, limitados em suas contribuições científicas e em seu valor geral. Sua limitação assenta na ausência de uma visão mais histórica do fenômeno estudado, na recusa à comparação sistemática, tanto quanto na resistência a incursionar para além do limitado espaço geográfico inicialmente definido. Aqueles ensaios, para Braudel, pecam por serem incapazes de redimensionar uma cidade na rede urbana mais ampla em que se integra, comparando sua região com outras regiões distintas do Brasil e conectando tal estudo nas coordenadas mais amplas da história.

Braudel questionou abertamente, ao longo da vida, uma série de pontos dentro das ciências humanas: uma certa geografia, que ele entendia como demasiadamente “atemporal”, uma sociologia excessivamente abstrata e envolvida com modelos pouco operativos; uma economia limitada e incapaz de ver outras realidades que não as do “intercâmbio econômico”; uma antropologia demasiadamente “fria”, “a-histórica” e “estruturalista”; e uma historiografia tradicional e *événementielle*, satisfeita com resultados sempre parciais e limitados. Frente a tudo isso, Fernand Braudel aponta antes para a construção de um novo horizonte epistemológico, que Immanuel Wallerstein chamou de “unidisciplinar”, e que transcende os marcos limitados e estreitos dessa *episteme* disciplinar, inserida atualmente numa irreversível e definitiva crise.

Tal horizonte unidisciplinar seria, ademais, qualitativamente diferente da simples “inter/pluri/trans/multi” disciplinariedade. Ao mesmo tempo em

que denuncia e critica os limites das ciências sociais atuais, Braudel recusa também a “falsa saída” que a etapa pós-68 colocou na moda, a qual pretendia superar a *episteme* vigente por meio da “interdisciplinariedade”. Para ele, falar de “inter”, “pluri”, “multi”, ou “trans” disciplinariedade implica necessariamente continuar reconhecendo a legitimidade da divisão e parcelamento disciplinar, e de resto a validade do próprio fundamento dessas várias e diferenciadas “disciplinas”. É justamente este fundamento que deve ser criticado e definitivamente superado, para se criar em seu lugar um novo modo de aproximação do social.

É por isso que Braudel brincava de dizer que ele não gostava de modo algum da interdisciplinariedade, pois se lhe parecia um casamento completamente dentro da regra, formal e executado com todos os requisitos. Com referência a esta possível relação entre as ciências, ele era mais, partidário da promiscuidade total: ou seja, de uma aproximação nova e distinta ao social que, passando por cima das fronteiras existentes entre as disciplinas, tomasse livremente delas o que fosse necessário. Por isso, Braudel acabou defendendo o projeto de fundar uma nova “interciência”, que não seria mais que outro nome para esta nova aproximação unitária, globalizante e universalista do social.

Outro combate ou linha de intervenção braudeliana, em torno desta problemática, foi justamente a insistência reiterada na necessária inversão do modo de aproximação do social: o social é, no ponto de partida, uma unidade e, portanto, o conhecimento dessa mesma realidade social tem que começar da consideração radical desta unidade. Tal unidade não seria então um “resultado final” a perseguir, nem tampouco o “objetivo último” da análise a realizar, mas o próprio pressuposto do novo modo do conhecimento.

É por isso que a “trans/multi/inter/pluri” disciplinariedade é uma falsa saída: pois ela tem como seu ponto terminal essa suposta unidade do social, enquanto que, para Braudel, ela seria apenas o ponto de partida. Tal entendimento sustenta a afirmação de que não existe mais do que uma única história, a “história integral dos homens”, que deve ser vista a partir dos distintos enquadramentos oferecidos pelas diferentes ciências sociais. Tais enquadramentos ou observatórios deveriam constituir-se apenas nos diversos caminhos de acesso, provisórios e flexíveis, àquela totalidade, e não, ao contrário, os rígidos recortes supostamente autônomos e auto-suficientes que hoje são.

Porém, afirmar e defender esta nova forma de aproximação do social, que implica necessariamente a construção de uma nova *episteme* para o conhecimento do histórico-social, nos leva a questionar o próprio ensinamento contemporâneo destes conhecimentos, a indagar sobre as formas de transmissão e aprendizagem desse saber, de que são depositárias as ciências sociais atuais. A esta mesma conclusão, chegou também Fernand Braudel, o que o motivou a promover iniciativas como a da fundação de uma nova “Faculdade de Ciências Sociais”, ou a redação de um manual de ampla divulgação de uma “Introdução às ciências sociais”.

Ainda que ambas iniciativas não tiveram êxito – pois o projeto não concretizado dessa nova faculdade resultou na fundação da atual *Maison des Sciences de l’Homme*, enquanto que o mencionado manual não foi jamais escrito – esse fracasso não elimina o fato de que, na perspectiva de Braudel, a “reestruturação de conjunto das ciências do homem”, que advoga no prefácio de *Ecrits Sur l’Histoire*, era no fundo uma revolução completa da *episteme* disciplinar, então vigente.

Para Braudel, não bastava proclamar a necessidade dessa revolução. Era preciso buscar os caminhos concretos de sua implementação. Neles consistiria o terceiro combate a ser travado: precisamente, a proposta de forçar as ciências sociais a avançarem para um espaço de convergência comum, induzindo-as a definir-se claramente em torno de certas *problemáticas globalizantes*, que abor-dassem temas, pontos ou questões necessariamente interessantes a várias delas. Por exemplo, a própria problemática das durações e da temporalidade. O tema do tempo é naturalmente compartilhado por muitas das ciências sociais, interessando tanto a economistas que se ocupam dos ciclos econômicos ou do tempo de trabalho e o tempo livre, quanto aos lingüistas preocupados com os tempos verbais e a diferença entre fala e língua; tanto aos psicólogos que estudam a relação entre o tempo real e os tempos da memória, quanto aos antropólogos que distinguem entre o tempo ordinário e o tempo do ritual e o da festa e assim por diante.

Se Braudel construiu sua teoria das temporalidades diferenciais e da longa duração histórica, o fez dentro dessa linha de consideração, que pretendia estabelecer explicitamente a problemática globalizante da temporalidade,

contemplada desde a experiência dos historiadores, mas concebida ao mesmo tempo como um possível instrumento de análise e um tema de discussão para todo o conjunto das demais ciências sociais contemporâneas.

As ciências sociais haveriam de aproximar-se, via essa “experiência comum”, do núcleo de sua “aventura intelectual”, segundo Braudel. Tais espaços intelectuais de convergência e unificação, como são essas problemáticas globalizantes do tempo, do espaço, da medida e do número, das dimensões biológico-naturais dos homens, ou dos fatos e realidades de civilização, seriam o território por excelência para a aproximação das ciências sociais.

Suponhemos, então, para ser breves, que todas as ciências humanas estão interessadas em um mesmo e único campo: o das ações humanas passadas, presentes e futuras. Suponhemos que tal campo seja ainda coerente, o que por certo ter-se-ia que demonstrar. Frente a tal cenário, as ciências humanas seriam os diversos observatórios, com seus olhares particulares, suas diferentes perspectivas, cores, diversas crônicas. Por azar, os fragmentos de paisagem que cada um recorta acabam não se encaixando, não se atraem, como as peças que um quebra-cabeças de criança, que exigem uma imagem de conjunto e só são válidos em função de tal imagem pré-estabelecida. De um ponto de observação a outro, o homem sempre aparece diferente. E cada ângulo assim colhido é elevado à categoria de uma visão de conjunto, sobretudo se o observador é minucioso – e ele geralmente o é. Mas suas próprias explicações não deixam de desviá-lo para cada vez mais longe da paisagem inicial, sem que ele se dê conta.

Braudel, Fernand “Unidad y diversidad de las ciencias del hombre”. In: *Escritos sobre Historia*. México: Ed. Fondo de Cultura Económica, 1991, p. 75.

Essas problemáticas sugeridas por Braudel teriam que suscitar também a progressiva construção de uma “língua comum”, a elaboração de novos conceitos, modelos e teorias suscetíveis de comparação por parte de todas as ciências sociais. Esse era o objetivo principal da elaboração do manual de “Introdução às ciências sociais”, que teria definido de maneira genérica as coordenadas que atravessam de um extremo a outro o conjunto das disciplinas do social: a redução do número e das distintas possibilidades da quantificação e da matematização dos fenômenos sociais de toda ordem; as múltiplas implicações das dimensões biológico-naturais do homem e de sua crescente socialização; a referência à dimensão espacial dos fenômenos, que vai além de sua simples colocação geográfica, atingindo implicações diversas da dialética entre o espaço e a economia, ou o espaço e a cultura, o espaço e a sociedade, etc.; e, naturalmente, a já referida tripartição temporal, que nos conduz à discriminação das diferentes durações dos fatos analisados, e depois a sua complexa síntese dentro da “dialética das durações”, tão cara ao nosso autor.

A última frente de atividade sistemática abordada por Braudel, nesta linha de subversão da “episteme” das ciências sociais, foi a de avançar no estudo das distintas vinculações entre a história e as demais disciplinas sociais. Visava tratar de estabelecer certos balanços provisórios sobre as possíveis convergências e divergências entre essas disciplinas, mas também ilustrar como seria possível, a partir do interior dessas próprias disciplinas e de suas relações recíprocas, ter-se acesso a novas e problemáticas globais, e construir-se novos conceitos ou perspectivas impregnados desse espírito universalizante ou globalizante, que foi o motivo do combate de nosso autor.

Podemos ilustrar a afirmação acima com o exemplo da relação entre a geografia e a história. Na França, essa relação foi, desde finais do século XIX, ou seja, desde o nascimento da geografia francesa – de uma estreita proximidade e permanente diálogo. Forte vinculação que Braudel aplaudiu, propondo, ao mesmo tempo, que ela fosse levada às últimas conseqüências. A proposta braudeliiana da géo-história, a que nos referimos acima, é afinal a exemplificação desta específica síntese entre história e geografia. Ela combina o “raciocínio histórico” com o “raciocínio geográfico”, visando colocar em seu centro a dialética espaço/tempo que constitui, sem dúvida alguma, uma das coordenadas centrais de qualquer teoria do social.

Outro exemplo possível é o da relação entre economia e história, onde Braudel lutará por uma definição mais ampla e densa do conceito de economia. Buscando ambas disciplinas, com o fim de constituir, a partir do horizonte da história global, uma nova e orgânica “economia histórica”, nosso autor defenderá um conceito muito amplo e envolvente da própria economia. Para além do mercado e dos intercâmbios econômicos, Braudel quer incluir a demografia, o desenvolvimento das técnicas, do consumo (como regulador das dietas), as formas do habitat, do vestir-se e da moda, ou a própria dialética entre o campo e a cidade, no universo de análise da economia. Convida os praticantes desta economia histórica a sair dos marcos estreitos do presente imediato, projetando nos diversos registros temporais dos acontecimentos, das conjunturas e das estruturas de longa duração, seus diferentes modelos e conceitos econômicos. Com isso e ampliando assim as dimensões do “econômico”, até cobrir todas as linhas daquilo que ele mesmo chamou de vida ou civilização material, no espectro temporal das distintas durações, Braudel aproxima novamente a economia às perspectivas da globalidade.

Constatamos facilmente, frente à geografia e à economia, a atitude de Braudel de aprofundar ao máximo seus vínculos, de ampliar seus olhares e horizontes no sentido de uma visão global. Frente à antropologia, sua atitude é, ao contrário, mais matizada e complexa, implicando uma recuperação de seus temas e de certas iniciativas que considera legítimas, mas se recusando a ver o projeto global de constituir-se como antropologia estrutural. A antropologia contemporânea intelectual de Braudel na França foi precisamente a antropologia estruturalista, construída e impulsionada por Claude Levi-Strauss e seus discípulos.

Tanto quanto Lucien Febvre, e apesar do uso constante que fez do termo “estrutura” – ao qual atribuí um sentido muito particular, muito singularmente “braudeliano” – Braudel é um pensador profundo e radicalmente anti-estruturalista. Para ele, o movimento intelectual denominado estruturalismo, que virou moda nas ciências sociais francesas do segundo pós-guerra, incidindo tanto na filosofia, na lingüística e na economia, quanto na psicanálise e na antropologia, fundamenta-se num pensamento muito pouco histórico. Tal pensamento que, ao sacrificar o elemento genético frente à análise sincrônica dos elementos da estrutura, acaba esvaziando a dimensão histórica dos fatos e fenômenos que estuda.

Por isso, frente à antropologia estruturalista de Levi-Strauss, nosso autor propõe uma dupla e combinada estratégia: em primeiro lugar, uma crítica sistemática contra o projeto global desta antropologia, cujos limites de percepção a histórica irá denunciar, como na recorrente crítica braudeliana da clássica distinção de Levi-Strauss entre sociedades “frias” e “quentes”; segundo, um processo também sistemático de recuperação, a partir da história, de certos temas ou problemas descobertos e atualizados por essa mesma antropologia, tais como as formas do mobiliário e o habitat, os hábitos alimentícios e culinários, técnicas e formas de utilização doméstica do espaço, ou até certas formas de construção do próprio território, de organização familiar ou mecanismos de regulação do crescimento demográfico das sociedades.

Ao enfrentar esses temas “clássicos” da antropologia e introduzi-los na história, Braudel elabora, como veremos mais adiante, sua teoria da civilização material. Com ela, demonstra como é possível historicizar e redimensionar de uma maneira globalizante esses temas originalmente pertencentes à antropologia, mas suscetíveis, como quaisquer outros, de serem levantados dentro de perspectivas libertas da limitada *episteme* disciplinar.

Finalmente, frente à sociologia, representada na época pelos trabalhos de Georges Gurvitch – com quem Braudel sustentou um diálogo permanente –, nosso autor lutou pelo reconhecimento radical da identidade que ela apresenta com relação à própria história. Avançando a idéia de que ambas disciplinas reconhecem, como objeto de estudo, uma mesma realidade, a “sociedade global”, Braudel insiste também na semelhança ou mesmo na identidade de seus objetivos, vocabulário, métodos e limites específicos. Para Braudel, a história e a sociologia são as “únicas ciências globais” da atual *episteme*, capazes de estender sua curiosidade ao todo social. Por isso, devem partir dessa característica de identidade comum, para promover a urgente “reestruturação do conjunto das ciências do homem”. Isso só poderia ser realizado, segundo Braudel, na medida em que a sociologia abandonasse a artificial e inútil divisão entre “presente” e “passado”, e se comprometesse seriamente na elaboração de teorias, categorias e modelos, que permitissem pensar de maneira científica o “conjunto de conjuntos” que é a “sociedade global”.

Através dessa atividade em diversas frentes, Fernand Braudel construiu sua crítica aos perfis e limitações da *episteme* disciplinar vigente dentro das

ciências sociais de sua época. Tal crítica, desenvolvida principalmente durante a década de 1950, acabou mostrando-se demasiada precoce e pioneira para a época, suscitando uma recepção um pouco limitada. Vinte anos depois, porém, e como um dos tantos efeitos importantes dessa revolução cultural planetária de 1968, a crítica da *episteme* disciplinar virou moda, gerando inúmeras respostas e projetos da “multi/pluri/inter/trans” disciplinariedade. Apesar disso e para além dessas vicissitudes das ciências sociais com as quais conviveu, Fernand Braudel continuou, ao longo da vida, discutindo essa síntese possível, superadora e recuperadora, ao mesmo tempo, da *episteme* disciplinar do século XX. Mas defendeu por resgatar também a velha *episteme* universalista da modernidade, que vai desde o século XVI até o século XIX. Com isso, propôs um caminho original – que ao final da vida chamou de projeto de construção de uma única “interciência” globalizante – que permite fazer frente à atual crise generalizada da *episteme* quadriculada. Não visava, porém, renunciar às conquistas e contribuições fundamentais da velha *episteme*, senão transcender seus limites cada vez mais evidentes, partindo de uma perspectiva universalista e globalizante.



EXPLICANDO A HISTÓRIA UNIVERSAL: POR UMA TEORIA GERAL DAS CIVILIZAÇÕES

J á nos referimos anteriormente ao modo como Fernand Braudel começou a ocupar-se do tema da civilização e das civilizações, a partir da profunda experiência vivida na cidade de São Paulo, entre 1935 e 1937. Foi esse “choque civilizatório” ante o universo das distintas realidades brasileiras e latino-americanas, que o introduziu na reflexão sistemática sobre a “pluralidade” dos caminhos civilizatórios, que constitui o esqueleto da explicação da história geral da humanidade. Além disso, e abrindo assim o espaço necessário para que esta reflexão fosse levada ao fim, a cátedra, da qual ficou responsável Fernand Braudel, foi precisamente a de “história das civilizações”, cujo programa de vários anos implicava, como ele dizia, a revisão completa dos “anais da história da humanidade”.

A partir dessa importante experiência no Brasil dos anos 30, nosso autor começa uma intensa problematização em torno do tema das civilizações humanas. Ao mesmo tempo em que acompanha a redação de *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*, essa problematização possui um desenvolvimento próprio e particular, que culmina em certo sentido na elabo-

ração do manual de história para estudantes do último ano do liceu francês, intitulado originalmente *Le Monde Actuel*, publicado em 1963. Embora esta mesma problemática das diversas civilizações humanas venha a ser um dos marcos gerais subjacentes ao argumento do livro *Civilização material*, economia e capitalismo, não terá ali, o papel central e o caráter tão explícito que apresenta dentro do mencionado livro sobre *Le Monde Actuel*.

A experiência brasileira levou Braudel até esta temática, da pluralidade e diversidade dos caminhos civilizatórios desenvolvidos pelos distintos grupos humanos na história. Com ela, inicia-se um importante trabalho, tanto empírico como teórico, destinado a resolver as distintas interrogações que derivam desta temática fundamental. Assim, não resulta estranhamento reconhecer que, em seu estudo sobre o *Mediterrâneo*, Braudel dedica um capítulo ao tema das “civilizações”, apresentando então a esses primeiros e mais complexos personagens do mediterrâneo, que são as civilizações latina, grega ou ortodoxa, e islâmica ou muçulmana. Civilizações que, em suas permanências e em suas lentas transformações – mas também em suas mútuas inter-relações de recusas, colaborações, superposições e confrontações – vão definindo as distintas partidas das encruzilhadas e dos conflitos vividos nesse teatro Mediterrâneo do longo século XVI.

Avançando no reconhecimento e na análise minuciosa das distintas civilizações mediterrânicas, Braudel desenvolve uma reflexão abrangente e teórica sobre os conceitos de civilização e das civilizações, e, em conseqüência, sobre o possível significado atual da então célebre “história das civilizações”, a qual, nosso autor concebe como a mais geral das histórias possíveis e a mais próxima e aberta às perspectivas específicas da história global.

No capítulo V do tomo XX da *Encyclopedie Francaise* publicada em 1959 – e incluído depois nos *Ecrits Sur l'histoire* de 1969 – Braudel revisa as mais clássicas e importantes definições anteriores da “civilização”, para esboçar sua própria “gramática” das civilizações. Ele as define como um conjunto múltiplo e articulado de “bens culturais” ou de traços de longa duração, presentes tanto no plano econômico ou demográfico quanto na esfera social ou mental. Esse conjunto, ao singularizar um vasto grupo humano, um conjunto de povos e de sociedades, afirma-se sempre dentro de um espaço claramente

reconhecível, cujas fronteiras constituem os limites da complexa dialética de contribuições e influências, mas também de recusas e de irradiações falidas, como é a dinâmica de afirmação da identidade dessas mesmas civilizações.

Apenas no mencionado livro de 1963, esse conceito “provisório” ou “hipotético” das civilizações, esboçado em 1959, foi plenamente desenvolvido. Talvez, devido ao seu público alvo específico, os estudantes do último ano do liceu francês, o livro não foi bem recebido por alguns leitores e estudiosos anteriores da obra de Fernand Braudel.

Ao contrário da opinião dos estudiosos, acreditamos tratar-se de um texto fundamental dentro do conjunto da produção braudeliana. Embora o seu público alvo tivesse imposto limitar muitas de suas explicações, dando um caráter mais de divulgação que de argumentação consistente e apresentando as idéias numa forma mais esquemática e simplificada do que num texto dirigido à comunidade científica, estamos falando de uma obra que foi o elo entre *O Mediterrâneo*, publicado em 1949, e a segunda grande obra de Braudel sobre a *Civilização material, economia e capitalismo*, iniciada em 1953 e concluída apenas em 1979.

Além disso, trata-se de uma obra que culmina, em certo sentido, nessa preocupação central de Braudel, em torno do tema das civilizações na história, oferecendo uma explicação global, crítica e de longa duração sobre as linhas essenciais da evolução geral desse conjunto múltiplo e plural de histórias denominadas tradicionalmente de história “universal” da humanidade.

Ao mesmo tempo em que reflete a maturação das lições do estudo do Mediterrâneo, numa escala muito maior, a explicação braudeliana da história da humanidade nos oferece as *chaves principais de uma interpretação geral da história*, de acordo com as perspectivas e visões do próprio autor da teoria das temporalidades diferenciais.

Fica evidente a linha que Braudel seguiu depois de 1949, em termos de seus novos projetos de pesquisa histórica. Buscando tornar explícitos e “generalizar” os principais descobrimentos de seu primeiro grande trabalho, procurou revisar amplamente os marcos originais da obra de 1949. Ao aceitar, em 1953, a proposta de escrever um livro sobre a história econômica da Europa entre os séculos XV e XVI, no próprio processo de sua construção, nosso autor

passa pouco a pouco desse lapso do longo século XVI, no qual havia se especializado, para o arco temporal mais amplo da história da modernidade, entre os séculos XI / XIII e XX. Ao mesmo tempo, se desloca do espaço do Mediterrâneo e de suas irradiações civilizatórias, para uma escala planetária. Nesse percurso, é possível reconhecer claramente uma estação intermediária importante, que é justamente a redação deste texto/manual sobre as civilizações do mundo atual.

Por tudo isso, ao relermos essa obra de 1963, à luz tanto de *O Mediterrâneo* como de *Civilização material*, é fácil descobrir nela as lições extraídas do mundo e das civilizações mediterrâneas, bem como os primeiros resultados, antecipatórios, de muitas das teses defendidas no trabalho sobre o capitalismo moderno. Como fruto desta síntese, que constitui a *Le Monde Actuel*, tipo de “elo” entre os dois mais importantes trabalhos concluídos de Fernand Braudel, temos um texto no qual a visão de mundo braudeliana alcança *sua mais ampla generalização*, ao aplicar-se como esquema de interpretação da história de todas aquelas civilizações, ainda hoje vivas, personagens atuantes da vida contemporânea.

O livro publicado em francês em 1963, como parte da obra *Le Monde Actuel*, foi editado em italiano três anos depois, com pequenas atualizações redigidas pelo próprio Braudel, e publicado também em 1966, na Espanha, com o título de *As civilizações Atuais*. Longe de ser um texto “menor” ou de ocasião, ou um texto puramente secundário dentro da produção braudeliana, trata-se de um trabalho *que esboça os principais contornos de uma teoria geral das civilizações* e serve como premissa de explicação das principais curvas evolutivas da história da humanidade. Tudo isso feito para responder ao desafio enorme de dotar os estudantes franceses que concluem o Liceu, com os instrumentos intelectuais indispensáveis para observar criticamente o conjunto de conflitos, fenômenos e fatos de civilização, que caracterizavam o presente mais imediato, a mais brilhante e atual contemporaneidade.

O livro começa com a explicitação de uma “gramática das civilizações”, que fornece as coordenadas gerais e universalmente aplicáveis à apreensão das civilizações, “personagens maiores” da história geral. Na perspectiva braudeliana, a história comumente chamada “universal” se faz presente, precisamente, como

o conjunto dos distintos caminhos percorridos por essas entidades englobantes e de longa duração, que são as civilizações. A civilização é “a mais longa das longas histórias” e, em conseqüência, o referente último de uma história profunda, atenta às arquiteturas e às linhas de evolução mais importantes da trajetória humana, ao longo de sua aventura histórica.

Todas as civilizações são espaços, na medida em que se assentam sobre um território bem delimitado, sobre uma certa base geo-histórica, ou um mundo de “condições naturais” que define de imediato, através da dialética entre marco geográfico e resposta civilizatória humana, certos traços essenciais dessa mesma civilização. É o caso do Islã, por exemplo, cuja história só é compreensível, se partirmos do fato de que se trata de uma civilização “dos desertos”, de um mundo que, prolongando-se desde a franja do Saara até as zonas desérticas contíguas ao norte da Índia, encontra-se rodeado de mares e oceanos. Esses mesmos desertos constituem as fronteiras praticamente insuperáveis – com pequenas exceções – da própria expansão da civilização muçulmana. Mesmo em seus momentos de máximo esplendor, ela não pode ir além das pequenas prolongações definidas pelo ponto de partida geo-histórico, que constitui o núcleo fundador de sua estrutura civilizatória. Ou ainda, a própria localização geográfica dessa zona de desertos dentro do velho mundo, que, ao colocar o Islã como “continente intermediário” obrigatório entre os três núcleos fortes de densidade demográfica que são Europa, a África negra e o Oriente, permitiu-lhe “controlar a história global” do velho mundo, controlar as rotas comerciais, os fluxos sociais e as migrações de bens de civilização existentes entre esses três núcleos de densa população, durante o auge de sua expansão civilizatória.

Porém, toda civilização é também uma certa economia, entendida como um conjunto de estruturas econômicas de longa duração. Como respostas às pressões e às condições do meio geográfico, tais estruturas conformam as rotinas e os comportamentos fortemente reiterados por sociedades e por vastos grupos de homens ao longo do tempo. É o caso das civilizações mediterrâneas, que construíram sua paisagem econômica e suas formas de alimentação e de consumo em geral, a partir da tríade “filha da geografia e da história”, que são o trigo, a uva e a oliveira. Tríade que marca pausas e ritmos do tempo de trabalho e do tempo livre dos homens e induz a uma certa distribuição destes mesmos

homens sobre o território e a uma particular tecnologia em relação aos instrumentos de trabalho; além disso, conforma um imaginário coletivo, que em seus rituais religiosos converte metaforicamente esse vinho em sangue e o trigo em carne do próprio redentor.

Junto à dimensão geográfica e econômica, encontra-se a dimensão social das civilizações. Elas são sociedades, no sentido de estarem igualmente constituídas por certas estruturas sociais de longa duração. Alguns possíveis traços desta dimensão mais estritamente social das civilizações podem ser identificados em determinadas hierarquias sociais, que se reproduzem constantemente; ou, pelo contrário, nos mecanismos de mobilidade social e de recomposição dos grupos dominantes; em certas formas de vinculação do grupo social com seus distintos membros e, em consequência, nas variantes diversas do desenvolvimento da individualidade na história. No caso da Índia, por exemplo, a estrutura de castas reproduziu durante séculos uma arraigada e complexa estratificação social. Esta compunha uma pirâmide social subdividida ao infinito, que se combinava com um forte predomínio da comunidade sobre seus membros. Tal predomínio limitou, em vários sentidos, o desenvolvimento das distintas facetas da individualidade.

Finalmente, as civilizações são também culturas, ou mentalidades, ou formas de consciência igualmente seculares. Assim como permanecem e resistem nas fronteiras geográficas, nos comportamentos econômicos ou nas estruturas sociais, essas “prisões mentais de longa duração”, que encerram os homens durante séculos e até milênios, também perduram. Inculcem-lhes, por exemplo, uma certa atitude face ao trabalho, certas concepções da vida, da morte ou do amor, assim como determinadas visões de mundo, da natureza e da própria sociedade. Um exemplo é a cultura latino-americana, recentemente construída, profundamente mestiça, nascida da difícil simbiose e da mistura de indígenas, europeus e negros. Tal cultura joga com a ambivalência entre a virgem mãe de Cristo e a mãe terra, ao mesmo tempo em que convive diariamente com a morte e desenvolve uma praia “ética” do trabalho, possui um alto e permanente espírito festivo presente em várias esferas do cotidiano.

Partindo do registro de suas dimensões geográficas, econômicas, sociais e culturais, a gramática das civilizações projeta, num plano mais geral,

algumas das lições derivadas do estudo de 1949, centrado precisamente na radiografia das civilizações mediterrâneas. Como não reconhecer a tese da geohistória braudeliana, por trás dos reiterados acossamentos às dimensões espaciais de cada civilização, bem como nos distintos temas englobados por Braudel, em seu estudo dos “destinos coletivos” e os “movimentos de conjunto” dos mundos mediterrâneos. O mesmo, quando recorre às similares definições do Islã, da China, de Europa, da África negra ou das duas Américas, consideradas em suas arquiteturas sociais, econômicas e culturais.

Esse esboço de um esquema dos níveis imprescindíveis para o estudo das distintas civilizações humanas, ao aplicar-se aos diferentes “casos” dos núcleos civilizatórios ainda vigentes, permitirá uma aproximação realmente inovadora, com relação a certos problemas centrais da história geral da humanidade.

Em primeiro lugar, em virtude da definição do conceito de civilização como síntese de diversas realidades de longa duração, será possível uma visão da história muito mais atenta às estruturas profundas e aos destinos essenciais dos distintos grupos humanos. Para além da tradicional e limitada historiografia política – atenta apenas aos acontecimentos do dia-a-dia e prisioneira das explicações superficiais e imediatas dos fatos – ou da história econômica e social mais recente – que já considera as mudanças econômicas e sociais próprias da conjuntura – a história das civilizações, ao contrário, deposita a ênfase nessa que é a “mais longa das longas histórias”. Ela torna possível introduzir a essas dimensões história profunda na explicação das curvas diversas da evolução das diferentes sociedades históricas.

A incorporação da história em profundidade, de longa duração, que se faz evidente em várias ocasiões. Por exemplo, quando Braudel introduz, para a explicação do significado último da Reforma religiosa protestante e da Contra-reforma católica, a tese de que ambas seriam apenas uma nova manifestação da recorrente e secular oposição das duas Europas ocidentais. No plano cultural, elas coexistiriam desde sempre na civilização européia, desde os tempos da Germânia e do Império Romano até a época da Europa marxista e a Europa anarquista, passando pela divisão da Europa protestante e a Europa católica. A história profunda se evidencia também quando, para decifrar o

sentido da célebre polêmica sino/soviética, Braudel recorre à mais profunda e ancestral divisão entre Oriente e Ocidente. Para além das diferenças entre os governos soviético e chinês, e inclusive das distâncias entre a experiência da revolução bolchevique e da China maoísta, pesaria a diversidade entre uma nação russa e soviética – que, apesar de seu caráter híbrido, acabou optando finalmente por seguir o caminho ocidental da historicidade – e outro povo que, desde os tempos mais remotos, representou sempre uma das expressões mais clássicas da vertente oriental do desenvolvimento histórico.

Em segundo lugar e prolongando em parte as conseqüências desta perspectiva da longa duração histórica, muda também a idéia desta história geral ou “universal”. Para Braudel, esta última se faz presente como uma complexa e multifacetada diversidade de caminhos civilizatórios, como uma dinâmica de distintas e simultâneas curvas percorridas pelos diferentes grupos humanos. Longe das visões simplistas, lineares, progressivas e harmônicas da história, nas quais todos os povos e civilizações percorrem as mesmas etapas de uma única escala evolutiva, a história geral ou universal, em Braudel, melhor se entende como um conjunto de itinerários desconectados ou debilmente ligados, cheios de conflitos e de encruzilhadas permanentes, e tão diferentes entre si como os próprios meios geográficos que lhes servem de plataforma e apoio.

Realidades de longa, de inesgotável duração, as civilizações, readaptadas constantemente a seu destino, superam-se em longevidade a todas as outras realidades coletivas: sobrevivem. Assim como transgridem no espaço os limites de sociedades precissas (que se banham assim em um mundo regularmente mais vasto que elas mesmas e recebem, nem sempre conscientes, um impulso ou impulsos particulares), manifesta-se igualmente em seu benefício, no tempo, uma transposição que Toynbee observou muito bem, e que lhes transmite estranhas heranças, incompreensíveis para quem se contenta em observar, conhecer “o presente” no sentido mais estreito. Dito de outra maneira, as civilizações sobrevivem aos transtornos políticos, sociais, econômicos e ideológicos que, por outro lado, dirigem insidiosa, às vezes, poderosamente. A Re-

volução Francesa não é um corte total no destino da civilização francesa, nem a Revolução de 1917 no da civilização russa, que alguns denominam, para ampliá-la mais, de civilização ortodoxa oriental.

Braudel, Fernand. “La historia de las civilizaciones. El pasado explica el presente.” In: *Escritos sobre Historia*. México: FCE: 1991. p. 255.

Para além desta multiplicidade de caminhos civilizatórios, Fernand Braudel reconheceu a diferença já mencionada entre o Oriente e o Ocidente, entre as formas orientais e ocidentais de historicidade, construída desde as origens das próprias civilizações. Essa divergência verdadeiramente fundadora das variantes mais originárias da historicidade oferece, por um lado, as sociedades e grupos humanos que, tendo alcançado um certo equilíbrio em metabolismo geral com a natureza, buscaram reproduzi-lo sem mudança; que procuraram reiterar, a cada novo ciclo, o mesmo esquema de reprodução social global, criando assim essas sociedades semi-imóveis e estacionárias que caracterizam, por exemplo, de maneira evidente, as civilizações do Oriente distante. No outro extremo, aquela diferença deu origem também às civilizações ocidentais que, marchando em sentido contrário à linha dominante das migrações milenares dos povos, vão construir essas sociedades européias, que se caracterizam pela modificação permanente do equilíbrio alcançado e por uma inovação constante das figuras do metabolismo social geral. Isso permitiu a Braudel falar dessa mesma Europa como uma civilização que “foi e continua sendo revolucionária”, mas também constantemente “contra-revolucionária”, em suma, de uma Europa cambiante e em perpétua mutação.

Embora Braudel não tenha chegado a esclarecer totalmente as raízes últimas desta divergência entre Ocidente e Oriente, ela se apresenta como uma chave importante da explicação geral da história humana, tal como o ilustra, por exemplo, o caso já referido da polêmica sino/soviética. Esta divergência se prolongará e se renovará, além disso, como distinção entre as “Europas” e os mundos não-europeus, a partir do nó histórico privilegiado, que é o longo

século XVI, cujas implicações gerais são extraídas por Braudel, a partir do novo enfoque de aproximação da história das civilizações. Como já assinalamos antes, o texto de 1963 constitui em parte a explicitação e também o aprofundamento de vários ensinamentos e lições derivadas do estudo de 1949.

Ao estudar de maneira mais ampla e em conjunto as distintas civilizações que hoje convivem no planeta, resulta ainda mais clara e evidente a importância profunda do longo século XVI, que marca o momento forte do trânsito, desde a pré-modernidade e o pré-capitalismo até a atual modernidade capitalista ainda vigente. Mas que, a partir dessa visão comparativa das distintas curvas das diferentes civilizações então em jogo, mostra-se muito mais carregado de conseqüências e de efeitos fundamentais.

Assinalamos antes o fato decisivo de que o século XVI constitui também o momento de nascimento da verdadeira história universal. Ou seja, o início de um processo no qual caducam todas as histórias paralelas das civilizações, desconectadas entre si ou apenas debilmente ligadas, para se incorporarem, todas elas, num único movimento geral, que é esse processo de real e estrita universalização histórica. A partir desse momento e ao ritmo da própria expansão da pequena economia-mundo européia até todos os cantos do planeta, os destinos das diferentes civilizações deixam de ser autônomos e independentes entre si, para decidir-se agora apenas a partir da múltipla rede de vínculos que constitui essa recém-nascida história universal.

Esse se caracteriza como um duplo processo, contraditório e complicado, e sempre carregado de enormes conseqüências. Por um lado, o acúmulo reiterado de tentativas, por parte de Europa, de expandir e exportar tanto sua economia como seu modelo civilizatório em geral. Por outro, a contrapartida necessária a esse embate europeu, como a multiplicidade de respostas das distintas civilizações frente a essa situação assinalada. Com tudo isso, temos a abertura de um processo também universal de conflitos, recusas, aceitações, mestiçagens e renovações desses protagonistas maiores da história que são as civilizações, que em conjunto preenchem praticamente toda a história da atual modernidade.

Como dissemos acima, se as civilizações são também economias, isso não significa que se reduzam apenas às suas estruturas econômicas. Embora

pareça que no plano estritamente econômico a expansão planetária da Europa foi bem sucedida em termos gerais, isso não significa que o mesmo tenha ocorrido no plano da exportação de sua civilização. Pois, praticamente todos os povos do planeta aceitaram e assumiram o desafio econômico da “modernização”, incorporando-se de distintas maneiras às redes do mercado mundial capitalista, e introduzindo todo o conjunto de inovações tecnológicas e de figuras sociais do moderno processo de trabalho, surgidos com a “civilização da máquina”, filha da revolução industrial. Mas, ao mesmo tempo, e numa dialética complexa que gradua esta ampla difusão do modelo econômico civilizatório europeu, as diferentes civilizações responderam de maneiras também muito heterogêneas, com relação à aceitação do modelo civilizatório de matriz européia.

Este é um dos interessantes ensinamentos do livro *Le Monde Actuel*: como a civilização chinesa resiste radicalmente a aceitar sem mais o modelo civilizatório europeu, buscando comprometer-se numa via de “renovação” de sua própria e milenar civilização. Uma via que, resgatando as exigências da modernização e até o modelo de origem européia, do próprio projeto socialista, reelabora-os a partir da singularidade das identidades da civilização chinesa, para atribuir-lhes um sentido e uma figura completamente particulares.

No outro extremo do leque, resulta interessante analisar o destino da civilização russa, durante os cinco séculos da modernidade, na qual bem se observa o processo mediante o qual esta civilização opta por aproximar-se da Europa e do Ocidente. Opta pelo caminho de uma progressiva recuperação e assimilação do modelo civilizatório europeu, já desde Pedro, o Grande, até a atualidade. A ponto de o próprio Braudel poder qualificar essa civilização da Rússia e depois da União Soviética como uma verdadeira “Europa fora de Europa”.

É também o caso da jovem civilização latino-americana, que nasce precisamente como fruto das mudanças provocadas por este trânsito da pré-modernidade à modernidade capitalista, sob a forma de um claro processo de mestiçagem biológica, social, econômica, tecnológica e cultural. Um processo de mestiçagem civilizatória que, fundindo as contribuições do componente indígena original aos elementos das civilizações européias e da África negra,

acaba criando um novo e distinto processo civilizatório, uma nova figura de civilização, que é a mais jovem de todas as existentes atualmente.

Reagindo de modo muito distinto frente ao processo da expansão europeia, as diversas civilizações do planeta são integradas, também de diferentes maneiras, a esse processo global e profundo da universalização histórica. Processo que, em qualquer caso e a despeito do tipo de resposta ensaiada, representa uma verdadeira revolução de suas estruturas civilizatórias profundas e de longa duração, para todos os povos e sociedades do globo. Uma transformação cataclísmica de seus equilíbrios e comportamentos fundamentais que, ao contato das múltiplas correntes da nova história universal, se vêem submetidos à dura prova de uma reestruturação total. Ademais, ela permite desenhar sem problema a “geografia” dos sucessivos impactos civilizatórios, provocados pela planetarização progressiva da modernidade: América no século XVI, Índia no século XVII, China e África negra no século XIX e Islã no século XX. São as sucessivas civilizações e culturas que, ao serem introduzidas nas redes do mercado mundial capitalista e da concomitante universalização histórica, são forçadas a pôr em questão todo seu passado, para adaptar-se rapidamente às exigências e aos ritmos do novo “tempo do mundo” ao qual agora se integram.

O processo dos impactos civilizatórios da modernidade cria finalmente os perfis de nosso mundo contemporâneo: a história dos diversos conflitos, alianças, destinos particulares e movimentos globais protagonizados pelos diferentes povos e sociedades que o século XX conheceu, explicam-se, em boa medida, a partir dessas coordenadas da história das civilizações que Fernand Braudel fez explícitas. Elas remetem à dialética contemporânea entre “o que é e o que não é Europa” – tanto a Europa histórica e tradicional, como as duas “Europas fora de Europa”, que são o mundo russo e o mundo americano, por um lado e por outro, as velhas e tradicionais civilizações menos atingidas pelo projeto civilizatório da modernidade europeia e também a essa dinâmica complexa de interpelação e de distanciamento do jogo de identidades, das civilizações atuais, esses protagonistas essenciais de toda história profunda.

VI

CAPITALISMO: TEORIA E HISTÓRIA

Enquanto extraía as distintas lições metodológicas e historiográficas de seu livro sobre o Mediterrâneo e incursionava teórica e empiricamente no vasto campo da história das civilizações, Fernand Braudel começava a desenvolver seu segundo projeto de fôlego. Uma investigação de grande amplitude temática, temporal e espacial, que culminará em 1979 com a publicação de seu extenso livro (mais de 1500 páginas), intitulado *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*.

Em sua forma inicial, esta segunda obra de grande envergadura, na qual Braudel realiza a difícil tarefa de superar seu trabalho de 1949, havia nascido em 1953, à luz da proposta de Lucien Febvre, de escrever um livro que constituísse uma síntese geral da história econômica da Europa entre os séculos XV-XVIII. Tal obra, cuja proposta foi aceita imediatamente por nosso autor, devia ser uma espécie de complemento, no plano econômico e social, do livro que Lucien Febvre projetava escrever dentro da mesma coleção intitulada “Destins du Monde”, sobre a história espiritual da Europa no mesmo período.

Falecido em 1956, Lucien Febvre não chegou a escrever esse trabalho, enquanto que Fernand Braudel se entrega com tal paixão e profundidade ao projeto, que termina superando amplamente os limites e conteúdos inicialmente previstos. O trabalho de compilação e sistematização dos diferentes materiais relativos ao novo tema estendia-se para além das exigentes perspectivas da história global, crítica e de longa duração. Imbricava-se, ao mesmo tempo, com o trabalho paralelo de explicitação e aprofundamento dos ensinamentos e das linhas de investigação abertas por sua obra de 1949. Desse modo, nosso autor foi perfilando, lenta, mas seguramente, os contornos de um estudo que se estendem para muito além dos três séculos antes referidos. Nele, se projetaram as fronteiras da pequena Europa e de todo o mundo, abarcando as demais dimensões e problemas geralmente não considerados pela historiografia econômica e social anteriores.

Desde 1949, quando assume a direção do Centro de Pesquisas Históricas da 6ª seção da Escola Prática de Altos Estudos, Braudel começa a organizar em torno de si todo um pequeno grupo de alunos e de seguidores, oriundos dos mais diversos horizontes geográficos e culturais (da França, Itália, Espanha e Portugal, mas também dos Estados Unidos, México, Uruguai ou Polônia). Tomando como marco geral e como modelo *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*, esse grupo de discípulos começa a realizar distintas investigações, sobre, por exemplo, a história dos preços ou do tráfico comercial, das finanças e expansões econômicas, para os casos de Portugal, Sevilha e Atlântico; sobre os banqueiros genoveses ou do Porto de Livorno, entre outros. Muitas vezes esses estudos vão além do “longo século XVI e também do espaço do mediterrâneo e suas distintas irradiações. Tanto o trabalho preparatório da segunda edição de *O Mediterrâneo* (1966), como o projeto de maior ambição de *Civilização material, economia e capitalismo* alimentam-se, em parte, precisamente deste considerável leque de novas investigações, publicadas em grande parte pelas coleções da 6ª seção da *École*.

Um movimento de clara e progressiva “dilatação” dos limites e dos interesses presentes na tese doutoral de 1947, percorre praticamente as três décadas entre a publicação dos dois mais importantes trabalhos concluídos por Fernand Braudel: 1949 e 1979. Ele se faz evidente em todos os projetos, trabalhos e resultados historiográficos “intermediários”, concretizados nesses trinta anos.

Por exemplo, nos vários cursos braudelianos ministrados no *Collège de France*, entre 1952 e 1967, são evidentes as novas preocupações do autor, com relação à “vida material” e à vida econômica da Europa e do mundo inteiro, desde o século XI até a atualidade. Na pesquisa lançada pela própria revista *Annales ESC*, em 1961, convidava-se a comunidade científica internacional a propor e publicar contribuições sobre os diferentes significados do complexo conceito de “vida ou civilização material”, ainda em vias de elaboração. Braudel se apóia, então, neste duplo espectro de resultados de pesquisa: por um lado, nos trabalhos produzidos por seus colegas, seguidores e discípulos; por outro, nas novas pesquisas em curso de historiadores menos próximos, sobre história da alimentação, história demográfica, das técnicas e dos distintos produtos e bens de civilização. Assim, Braudel vai produzindo todos esses resultados historiográficos “intermediários”, nos quais, torna-se evidente o aludido movimento de superação e dilatamento dos marcos temáticos, temporais e espaciais que lhe haviam servido de referência para a análise do mundo e das civilizações mediterrâneas.

Durante as sucessivas redações e reelaborações de sua tese doutoral, Fernand Braudel tinha dúvidas, como ele mesmo mencionou, quanto à pertinência de se estender um pouco mais as balizas temporais de seu estudo. Pensava em ampliá-lo, por todo século XVII, e recuá-lo até antes de 1450, datas que se converteram por fim nos referentes de sua investigação. Dúvida que estimulava o nosso autor, em função de sua vocação para uma história sempre mais globalizante e total, que o conduziram, após a publicação de sua obra de 1949, à reestruturação das demarcações aceitas apenas provisoriamente.

A publicação de *O Mediterrâneo* em 1949 não significou, para Braudel, nem o abandono dos temas nele abordados, nem tampouco a renúncia a continuar investigando as curiosidades e interesses, muito mais vastos, que esse estudo havia despertado. Isso fica evidente no trabalho publicado em 1951, sobre *Navires et Marchandises à l'entrée du Port de Livourne (1524-1611)*, trabalho realizado com a colaboração de Ruggieiro Romano e de sua esposa, Paule Braudel. Este livro constituiu um primeiro aprofundamento, depois apoiado na construção de várias séries econômicas e centrado no caso específico do Porto de Livorno, do conhecimento de várias rotas do tráfico

comercial, que cobriam esse “Mediterrâneo econômico do século XVI”, o qual, nosso autor continuou estudando com novas e cada vez mais complexas interrogações.

Caso similar é o da comunicação apresentada em co-autoria com Frank Spooner, no colóquio de Roma de 1955, sobre “Os metais monetários no século XVI”, onde procura esboçar o modelo das principais estruturas da economia monetária europeia daquele século. Seu objetivo é o de revisar as conexões dessas estruturas monetárias com os elementos mais gerais da economia e da sociedade do mundo europeu da “época de Felipe II”, assim como as profundas mudanças que esses mecanismos monetários sofreram, a partir do impacto das enormes transformações que marcaram o longo século XVI, de 1450 a 1650.

Retomando e aprofundando os temas do Mediterrâneo, Braudel começa a incursionar também em novos territórios, períodos e problemas, que vão ampliando e prolongando os limites de seus trabalhos anteriores, ao mesmo tempo em que satisfazem progressivamente suas vastas e crescentes inquietações intelectuais. No capítulo que escreve, em 1961, para o livro *Chapters in Western Civilization*, o centro de interesse se desloca do Mediterrâneo para a Europa, quando aborda especificamente a primeira expansão territorial e econômica, que já ocorre dentro da lógica do capitalismo emergente. Uma leitura cuidadosa desse ensaio, intitulado justamente “*European Expansion and Capitalism: 1450-1650*”, permite perceber muito claramente como Braudel está transitando dos resultados de 1949 para sua futura obra de 1979, numa clara linha de continuidade intelectual, que vincula organicamente ambos projetos maiores da produção de nosso autor.

Deste modo, se os anos 50 haviam sido abundantes em reflexões metodológicas e em debates epistemológicos, em torno do estatuto da história, da unidade e diversidade das ciências sociais e da nova proposta radical de decomposição da temporalidade, os anos 60, ao contrário, foram profícuos na ampliação de perspectivas temáticas, conceptuais e historiográficas. Além do livro sobre *Le Monde Actuel*, de 1963, Braudel prepara e publica a segunda edição de *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. Nessa segunda edição, haverá modificações significativas, sobretudo, na segunda parte

da obra, voltada esta ao estudo das economias, impérios, estados e civilizações mediterrâneas. Sobre a base das investigações realizadas no Centro de Pesquisas Históricas da 6ª Seção da Escola Prática de Altos Estudos e de suas próprias incursões, em fontes e arquivos antes não considerados, nosso autor é levado a refazer e atualizar essa segunda parte do livro, para colocá-la em sintonia com os novos e então bastante florescentes estudos da história econômica e social francesa e européia contemporâneas.

Fernand Braudel trabalha, assim, em várias frentes intelectuais, simultaneamente. Apenas um ano depois da segunda edição de *O Mediterrâneo*, realizada em 1966, publica o livro *Civilização material e capitalismo*, o qual resume os frutos de suas investigações pessoais sobre esse nível complexo da “vida ou civilização material”, ao qual, voltaremos mais adiante, aos resultados mais pontuais e quase somente limitados ao âmbito da história da alimentação, da pesquisa lançada nos *Annales E. S. C.* em 1961. Nessa obra de 1967, que constitui, com poucas alterações, uma primeira versão do que, em 1979, viria a ser o primeiro tomo de *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*, é fácil comprovar que Braudel já cumprira, no fundamental, a passagem do universo intelectual centrado em torno do Mediterrâneo para o novo universo nucleado em torno do que vai se constituir seu segundo grande trabalho de 1979. A partir do aprofundamento e do refinamento da teoria da civilização e da história das civilizações, e de sua concretização no conceito da “civilização material”, e a partir do acúmulo das novas pesquisas realizadas desde 1953, é evidente a dilatação enorme e o profundo enriquecimento que sofreram os parâmetros e os marcos temporais, espaciais e problemáticos de nosso autor.

No trabalho sobre “Os preços na Europa” 1450-1750, realizado novamente com Frank Spooner e publicado em 1967, e no capítulo publicado em 1974, para a obra coletiva sobre a *Storia d'Italia*, intitulado *Due secoli e tre Italie*, Braudel retorna, parcial ou totalmente, ao seu antigo e sempre revisitado longo século XVI. Não obstante, o fará agora a partir de uma perspectiva fundada já em investigações que revisam amplamente esse longo século histórico e nas quais Braudel se encontra comprometido há 15 ou 20 anos.

Por meio de todos estes trabalhos “preparatórios” ou “intermediários”, que marcam a trajetória intelectual de Fernand Braudel entre 1949 e 1979,

foram-se delineando parte das hipóteses, conceitos e modelos teóricos que se desenvolveram no livro de *Civilização material, economia e capitalismo*. Além de sintetizar vários dos desenvolvimentos daqueles trabalhos aludidos, esse livro se construiu também a partir da situação da assimilação e da resposta intelectual braudeliana, frente às duas conjunturas intelectuais que marcam o tempo de sua elaboração.

Sem dúvida, é difícil compreender o argumento do livro de 1979, se desconsiderarmos a conjuntura intelectual que, entre 1945 e 1968, se afirma na França, na Europa e por todo o mundo. Trata-se de uma conjuntura na qual o forte movimento de expansão econômica, que acompanhou a curva ascendente do ciclo Kondratiev e criou o “milagre japonês”, os tempos felizes do “desenvolvimento estabilizador” mexicano, assim como os “trinta anos gloriosos” do grande crescimento da economia francesa, projetou-se no âmbito cultural do hexágono, e inclusive para além, como um ponto muito importante dos estudos econômicos e estatísticos em geral, mas também da história econômica, da história quantitativa e da história serial em particular.

Braudel pôde construir sua particular interpretação sobre o capitalismo, contida na sua segunda grande obra, apoiado nos traços gerais da conjuntura. Esta foi marcada precisamente pelo florescimento das investigações histórico-econômicas na Europa; na atmosfera marcada pelos ricos e freqüentes debates em torno da transição do feudalismo ao capitalismo e da origem deste último; pelos estudos sobre as formas de dependência histórica latino-americana e pelos estudos sobre as modernizações forçadas, induzidas ou específicas, da Índia, China, Rússia e Japão, entre outros importantes temas.

Nos *Annales*, que dirigiu entre 1956 e 1968, como espaço de concentração e como ponte de comunicação entre as pesquisas, Braudel se encontrava numa situação intelectual privilegiada. Ela permitia-lhe nutrir-se com todas as mais inovadoras e diversas pesquisas da economia e da história econômica, então em curso, e, ao mesmo tempo, promover ativamente, a partir dos *Annales*, os temas e as linhas de investigação que ele mesmo ia estabelecendo, e dentro das quais pôde realizar as significativas contribuições contidas nos trabalhos “intermediários” anteriormente aludidos.

Os chamados “trinta anos gloriosos” franceses são tempos do apogeu e da ampla difusão dos estudos de economia e de história econômica. São tam-

bém as épocas do nascimento e afirmação de uma variante franco-mediterrânea do espectro dos marxismos do século XX. Em sintonia com a forte industrialização e desenvolvimento urbano, que caracterizou a vida do hexágono francês entre 1945 e 1973, um movimento operário crescente e cada vez mais ativo emergiu. Ele explica, ainda que parcialmente, a irrupção e popularização do marxismo franco-mediterrâneo dos anos 50 e 60 do século XX.

O que pareceria uma verdadeira “corrida de revezamento” intelectual, o mundo latino-mediterrâneo da Europa ocidental – com as evidentes exceções da Espanha franquista e do Portugal salazarista – vai aclimatar e desenvolver, durante os quase trinta anos posteriores ao fim da segunda guerra mundial, a esta variante singular de um marxismo de clara matriz cultural mediterrânea. Marxismo que, ganhando as cátedras de ciências sociais das universidades francesas e italianas, e tornando-se presente nas revistas, pesquisas, livros – a ponto de virar moda acadêmica – inundara praticamente toda a cultura das humanidades e das ciências humanas do hexágono francês do pós-guerra.

Consideramos que os reflexos dessa conjuntura estarão presentes na segunda obra braudeliana que esta ampla difusão e popularização do marxismo dentro dos meios acadêmicos franceses, dar-se-á um frutífero e intenso diálogo entre os *Annales* braudelianos e os distintos autores e estudiosos marxistas. Esse diálogo explica o fato de que Braudel abra a porta dos *Annales E.S.C.* ao grupo marxista britânico da revista *Past and Present*, ao mesmo tempo que recruta seus colaboradores mais próximos dentro dos meios do comunismo e da esquerda francesa. É a época em que ele multiplica os intercâmbios com a historiografia marxista polonesa dos discípulos de Witold Kula e colabora abertamente com os historiadores marxistas da Hungria, União Soviética, Itália, Estados Unidos, Canadá e da América Latina. Tal diálogo floresce no marco de uma “mútua simpatia” e de uma certa “aliança estratégica”, que permite a Braudel familiarizar-se com as teses sustentadas pelas diversas interpretações marxistas sobre a gênese e a história do capitalismo. O diálogo com os marxistas conduz-lhe também para um contato estreito e direto com os principais textos de Marx, e, por este caminho, ao desenvolvimento de uma confrontação e um intercâmbio intelectual, cuja presença é mais que evidente, dentro de *Civilização material, economia e capitalismo*.

Se, na primeira edição de *O Mediterrâneo*, as referências a Marx são praticamente inexistentes; ao contrário, em *Civilização material*, este aparece como um interlocutor quase permanente das distintas explicações e interpretações braudelianas. Isso não apenas no sentido de ser freqüentemente citado e invocado, mas no fato de que o modelo marxista de explicação do capitalismo apresenta como o referente geral da equivalente teoria braudeliana sobre a vida econômica capitalista da época da modernidade.

Da leitura do texto de 1979, depreende-se facilmente que Braudel conhece muito e dialoga com as interpretações da história capitalista de Max Weber, Werner Sombart, Joseph Kulischer, Karl Polanyi ou de Immanuel Wallerstein. Apesar disso, é claro que sua referência intelectual mais importante desse processo de definição intelectual é em relação ao próprio pensamento de Marx.

A obra de 1979 é, em parte, fruto do duplo ponto da história econômica e do marxismo do segundo pós-guerra e, igualmente, de uma radical tomada de posição frente ao estruturalismo francês, que conheceu um forte desenvolvimento e florescimento intelectual nos anos 50 e 60. Simultaneamente a essa expansão do marxismo da variante franco-mediterrânea a que nos referimos, deu-se também a irradiação do projeto estruturalista, que marcou as humanidades desde a filosofia, a antropologia, a economia, a lingüística até a psicanálise. Fez-se presente na cultura do hexágono, através dos trabalhos e obras de Louis Althusser, Claude Levi-Strauss, François Perroux, Roland Barthes ou Jacques Lacan, para citar apenas alguns de seus mais célebres representantes.

Braudel havia se posicionado, com relação a Marx e aos marxistas do segundo pós-guerra, uma posição caracterizada pela abertura ao debate, pela mútua simpatia e pelas múltiplas alianças e colaborações estratégicas. Frente a este “boom” do estruturalismo, irá definir-se, ao contrário, por uma posição de crítica radical e de aberta confrontação intelectual. Ainda que Braudel utilize em seus textos o término de “estrutura”, permanece, assim como Lucien Febvre, um radical antiestruturalista.

Braudel considera que o estruturalismo é profundamente a-histórico e inclusive anti-histórico, na medida em que, para detectar os distintos elementos da estrutura e suas inter-relações, acaba sacrificando sua dimensão genética

ou diacrônica e, com ela, a própria condição processual e humana dessa mesma realidade ou estrutura que busca apreender. Para além de uma visão simplista, mas de certa difusão, que qualifica Fernand Braudel como um pensador “estruturalista”, nosso autor definiu-se mais propriamente em aberta contraposição a esse projeto e, particularmente, frente à linha da antropologia “estrutural”, que foi elaborada e fortemente impulsionada por Claude Lévi-Strauss e seus seguidores.

Numa atitude mais de contra-ofensiva, puramente defensiva ou de simples recusa, Braudel coloca-se frente a esta antropologia estrutural levistraussiana numa posição de duplo combate ou de um duplo movimento intelectual. Por um lado, na linha de uma crítica e denúncia permanente das insuficiências e limites explicativos desta empresa intelectual estruturalista, vazia de historicidade e escassa na valorização do papel ativo dos sujeitos, vítimas de uma hipostatização das “estruturas” e de suas “relações”, vistas sempre de modo sincrônico e à margem dos sujeitos. Por outro lado, num claro movimento de recuperação, a partir da história e do sujeito, de vários dos temas mais clássicos e dos principais descobrimentos aportados por essa mesma antropologia estruturalista.

Basta repassar o sumário dos diferentes escritos que Braudel incluiu em seu conceito de “civilização material”, para perceber os temas característicos, atualizados e investigados pela antropologia da primeira metade do século XX. Em *Civilização material*, afluem as temáticas da alimentação, dos mecanismos de reprodução demográfica e de controle do crescimento da população, da técnica, das formas do habitat, do vestuário ou dos diferentes esquemas de organização e colonização do território, tanto urbano como rural. São temáticas tipicamente “antropológicas”, resgatadas no conceito braudeliano da vida material, mas agora com uma clara vocação para estabelecer sua real historicidade e sua vinculação global com as demais dimensões civilizatórias da evolução humana no tempo.

Respondendo, então, desta múltipla e diferenciada maneira às coordenadas intelectuais do contexto de escritura do livro de 1979, Fernand Braudel conseguiu construir essa enorme síntese que é *Civilização material, economia e capitalismo, Séculos XV-XVIII*. Obra cuja importância já se anuncia desde o

próprio problema que aborda, um tema maiúsculo, que pouquíssimos autores ousaram enfrentar, e que constitui um dos parâmetros fundamentais de todos os debates das ciências sociais contemporâneas: o campo da explicação da gênese e da história da sociedade capitalista, uma das chaves centrais para a explicação de toda a curva da modernidade.

Assim, com uma audácia intelectual que caracteriza o conjunto de sua obra, Fernand Braudel inscreve seu nome nessa reduzida lista de pensadores que, nos últimos 150 anos, se arriscaram nesse território pouco frequentado da construção de modelos gerais ou globais para a interpretação da história moderna.

* * *

Assim como se construiu a obra *Civilização material, economia e capitalismo*, mantendo uma evidente coerência intelectual com o trabalho d’*O Mediterrâneo*, segue no processo que já mencionamos, que amadurece e supera progressivamente o “marco” ou “esquema” elaborado em 1949, para terminar transformando-o qualitativamente no mais amplo e complexo quadro de referentes do texto de 1979.

Se o estudo d’*O Mediterrâneo* estava centrado, sobretudo, no período de 200 anos, que compreende o “longo século XVI”, a análise de *Civilização material* vai abrir-se, para antes e depois desta referência cronológica, estendendo o arco temporal de consideração aos processos que se desenvolvem entre o século XI, ou em algumas ocasiões, o século XIII, até o século XX. Na visão braudeliana, Lucien Febvre fiel as lições, deve ser o próprio “problema histórico” ou “questionário inicial” da investigação que deve definir as coordenadas temporais e espaciais. No caso da pesquisa sobre a civilização material, a economia e o capitalismo modernos, o problema inicial levou até essa medida quase milenar, que vai dos séculos XI/XIII ao XX.

O mesmo ocorre no caso da referência espacial que, em sintonia com a nova problemática do capitalismo e da modernidade, espalha-se dos espaços mediterrâneos e de suas irradiações para todo o velho mundo, e daí pelo planeta inteiro. Dado que a tarefa da modernidade capitalista foi rigorosamente

planetária, que não encontrou limites geográficos para sua progressiva expansão e universalização, sua investigação obriga-se também a dilatar-se, até alcançar a medida do globo terráqueo.

Passando do longo século XVI à época moderna e do espaço mediterrâneo à escala planetária, Fernand Braudel dá curso livre ao seu “desejo” e à sua “necessidade” de ver as “coisas grandemente”, satisfazendo pela segunda vez suas ambições e sua paixão pela “grande história”.

Porém, para além desta evidente conexão entre os livros *O Mediterrâneo* e *Civilização material*, que faz o primeiro parecer como uma sorte de capítulo enorme e desmesurado do segundo – ou seja, o capítulo consagrado ao estudo do Mediterrâneo, como centro do mundo, durante o longo século XVI, do argumento mais global de uma história do capitalismo na época da modernidade – existe também uma profunda conexão teórica e conceitual. Essa conexão aprofunda e complementa os temas e os modelos de explicação de 1949, com as propostas e as teorias de 1979, em vários pontos. Por exemplo, no modelo sobre a civilização material, que é peça teórica imprescindível de complementação da teoria da geo-história; no modelo da economia-mundo, que eleva ao plano da reflexão geral as lições do estudo de caso da economia-mundo européia do longo século XVI; no estudo das regras do capitalismo e dos capitalistas modernos, cujos comportamentos e funções haviam sido já registrados e detectados na investigação sobre as civilizações mediterrâneas, e que, no texto de 1979, são formalizados como tendências, caracteres e modos de operação gerais, característicos da vida econômica moderna.

Para dar conta do novo objeto global que aborda, nosso autor construiu, mais uma vez, um esquema conceitual tripartido, que compreende em seu conjunto a totalidade das realidades econômicas e até infra-econômicas desenvolvidas na modernidade. O conceito de economia de Braudel é extremamente vasto, muito similar ao conceito de Marx. Inclui desde as dinâmicas demográficas até a dialética entre o campo e a cidade, passando por alimentação, habitat, vestuário, moradia ou as figuras do luxo, da moda e da necessidade, tanto quanto pelas fontes de energia, meios de transporte, invenções técnicas ou revoluções industriais, e daí às distintas figuras do mercado ou as diversas formas de existência e inversão dos capitais.

Assim, segundo o modelo braudeliano de interpretação do capitalismo, toda realidade econômica pode ser incluída e classificada dentro de algum dos três níveis funcionais que constituem essas dimensões do mundo econômico-moderno, que são as estruturas da vida ou civilização material, da economia de mercado, ou do próprio capitalismo, estruturas postas em prática na longa duração histórica. Esses três níveis ou ordens de realidade da economia tiveram, segundo Braudel, uma duração mais que milenar, e sofreram profundas modificações, derivadas da passagem do mundo pré-moderno e pré-capitalista à etapa capitalista e moderna da história humana.

Em primeiro lugar, o mundo da vida ou civilização material é múltiplo e complexo, que se conforma com todas aquelas realidades, elementares e cotidianas, frutos das diferentes estratégias de resposta humana às diversas pressões e coações da base geo-histórica. Por exemplo, um esquema de alimentação construído em torno de um cereal particular, por um lado, garante a sobrevivência material das populações e das civilizações de um certo espaço geo-histórico. Mas, por outro, repercute nos distintos desenvolvimentos técnicos, na disposição do tempo livre ou de trabalho, nas formas de distribuição dos homens sobre o território ou mesmo nas atitudes mentais de valorização social do próprio trabalho.

Como já havíamos assinalado antes, o conceito de civilização material constitui o conceito complementar da proposta braudeliana sobre o papel da base geo-histórica dos processos civilizatórios. Se esta última abre o “campo dos possíveis”, determinante das ações humanas, o primeiro estabelece as distintas figuras resultantes das estratégias concretas de resposta dos indivíduos a esse campo dos possíveis, as diversas “eleições de civilização”, através das quais, os homens se adaptam ao meio, ao mesmo tempo em que começam a transformá-lo progressivamente, no sentido de sua crescente e complexa humanização. Assim é que, diante de uma estepe de imensos pastos, povoada por animais que emigram, acompanhando o próprio ciclo de crescimento desses pastos, os homens se converteram em povos pastores nômades; ou, frente a uma planície especialmente fértil, que recebe as águas lodosas de uma montanha, se tornaram povos sedentários, uma civilização do cultivo de arroz.

Essas “soluções elementares”, vindas da noite dos tempos, construíram o mundo material cotidiano das diferentes civilizações humanas. Reconhe-

cendo-as através de seu conceito da civilização material, Fernand Braudel é capaz de nos reconstruir toda paisagem multiforme e diversa, denominada por Marx de sistema das necessidades humanas e das distintas figuras do consumo. Paisagem que se incorpora à análise historiográfica, com toda a dignidade de objeto de estudo completamente pertinente e fundamental, a essas realidades esquecidas e marginalizadas da vida cotidiana dos homens, a esses “fatos menores”, habitualmente depreciados pelos historiadores anteriores.

Embora nosso autor não descuide das essenciais realidades da técnica, os variados modos do “como”, “com quais meios e instrumentos de produção” se produzem coisas, considera importante também analisar “o quê” se produz. Por este caminho, as implicações históricas e civilizatórias também daquilo que se come, bebe ou se usa para vestir, mobiliar, construir ou até adornar qualquer habitat determinado.

Revolucionando, uma vez mais, os campos e limites habituais da história precedente, o conceito braudeliano de vida ou civilização material nos convida a penetrar neste novo território da história do cotidiano. Converte em reais protagonistas de história, determinantes e efetivamente operantes, a esses fatos de longa duração que são o sistema de reprodução biológico-demográfica, os esquemas alimentícios, a dialética de relação entre bens de luxo e bens necessários, as realidades da técnica, ou a difícil construção do território e da paisagem humana, resultante da dialética entre o campo e a cidade.

Braudel pôs essas dimensões da vida material no centro de sua interpretação do capitalismo. Com isso, consegue se deslocar, se esquivar das interpretações tradicionais do capitalismo, sempre orientadas, abusivamente, para o âmbito dos intercâmbios comerciais e da circulação, ou, em outro caso, atentas ao âmbito da produção, mas numa abordagem a-histórica. Sobre esta última possibilidade, Marx as denominou de visões próprias da economia política vulgar, ou da economia política científica burguesa, frente às quais, ele ergueu sua crítica voraz. Com aquela deslocação frente a estas interpretações dominantes, Braudel construiu uma visão que parte desta órbita das necessidades do cotidiano e das opções de civilização mais elementares dos homens, Assim, nosso autor pode realizar uma significativa contribuição à reflexão e à teorização contemporâneas sobre o capitalismo, que ilumina dimensões fundamentais

antes obscuras, e que permite pensá-lo, como o faz também Immanuel Wallerstein, “a contrapelo”, ou seja, de um modo novo e crítico.

Deste modo, a teoria braudeliana da civilização material se apresenta como a resposta global de nosso autor a várias interrogações e preocupações essenciais que haviam concentrado sua atenção durante uma parte importante de seu itinerário intelectual. Este modelo teórico não apenas prolonga e completa o modelo teórico da base geo-histórica, como também constitui uma espécie de exemplificação, para o nível econômico e infra-econômico, da teoria geral das civilizações que mencionamos acima. Além disso, a construção conceitual da teoria da vida material é o enquadramento particular, a partir do qual, Braudel interpreta, de maneira inovadora e original, o capitalismo, observado em chave crítica, a partir da esfera do consumo, das necessidades e das dimensões cotidianas elementares da vida material.

Esta indagação da vida material do período da modernidade é a parte mais original de toda teoria do capitalismo de Fernand Braudel. É, também, o suporte analítico que nosso autor vai chamar de “vida econômica”, e que compreende tanto a economia de mercado como o capitalismo, no sentido mais estrito.

Sobre a base deste nível “infra-econômico” e até “infra-social” da vida material, levanta-se o plano das distintas figuras da economia de mercado, desse mundo dos “intercâmbios econômicos” que, frente ao auto-consumo da civilização material, se faz presente como um mecanismo fundamentalmente socializador. Esse mundo do mercado funcionaria como uma porta permanentemente aberta, que torna possível conectar produtores a consumidores, pondo em ação pequenas redes comerciais, que por sua vez, são outras redes de intercâmbio social, cultural e civilizatório.

Assim, segundo o esquema braudeliano, todas as variantes da economia de mercado, desde a pequena tenda até as feiras e as bolsas, passando pelo mercado e pelas bugigangas itinerantes, são essencialmente estruturas positivas. Além de cumprir a função de socialização e de enriquecimento dos mundos fechados que põem em contato, elas são estruturas basicamente transparentes, justas, democráticas e equilibradas. Com isso, não é difícil compreender as razões pelas quais Braudel foi qualificado como o “Proudhon do século

XX”, a partir desta reivindicação forte da esfera da economia de mercado, que, na definição conceitual braudeliana, assemelha-se muito ao conceito marxista da circulação mercantil simples.

Porém, para além deste parentesco com as visões proudhonianas, para Braudel, esta defesa ativa do plano da economia de mercado constitui a reivindicação de uma quase assumida “utopia braudeliana” e também uma das plataformas da crítica radical e sistemática do capitalismo e dos capitalistas. Nela, haveria que se fomentar essa socialização universalizadora do mercado, assim como a potência inovadora e a iniciativa multiplicada dos pequenos produtores, dos pequenos comerciantes e de todas as pequenas unidades econômicas.

Braudel pode muito bem ser caracterizado como um pensador profundamente anticapitalista. O que não significa que seja um pensador comunista ou marxista. Tal confusão se deu em certos âmbitos intelectuais, nos quais nosso autor chegou a ter incorretamente essa reputação. Antes, é um teórico que toma uma postura de crítica radical, frente ao que ele concebe como as realidades do capitalismo, às quais denuncia e desqualifica sistematicamente, indicando claramente seu caráter injusto, deformado, opaco e parasitário. Ao estabelecer a comparação entre estes dois planos da vida econômica, que são a economia de mercado e o capitalismo, Braudel efetua um diagnóstico que se inclina claramente para a primeira, a qual, nosso autor considera finalmente como um enorme progresso, positivo e amplamente reivindicável do desenvolvimento econômico, enquanto que avalia o capitalismo, ao contrário, como uma espécie de derivação falida, parasitária e perversa da primeira.

Dentro da concepção braudeliana, os planos escalonados das realidades econômicas e infra-econômicas funcionam também como planos que se apóiam nos estratos inferiores, dos quais extraem os elementos de sua própria constituição, e sem os que sua existência resulta dificilmente concebível. Assim, enquanto a economia de mercado comercia, intercambia e interconecta produtos, mercadorias e mundos antes desvinculados da civilização material, o capitalismo se apóia nos pequenos e variados circuitos da economia de mercado, cujos fluxos se concentram e se condensam em poucos pontos e numa escala multiplicada, para constituir as grandes redes de transações e movimentos econômicos.

Porém, se a economia de mercado funciona positivamente frente à vida material, como mecanismo potencializador e enriquecedor, o capitalismo é, ao contrário, a total negação e inversão completa dessa mesma economia de mercado. Onde a economia de mercado desenvolveu esses nexos transparentes entre pequenos produtores, comerciantes e consumidores, o capitalismo instaura as relações opacas e envoltas no segredo e no monopólio da informação. Estas são características do grande comércio, dos grandes auxílios aos Estados e dos grandes investimentos, sempre vantajosos e oportunos. Frente ao pequeno e justo ganho do tendeiro, do bufarinheiro e do pequeno mercador, o capitalismo se estrutura, a partir dos sempre injustos grandes ganhos, nascidos do comércio ou da produção industrial, tanto quanto das finanças ou da grande agricultura capitalista.

Braudel foi freqüente e incorretamente acusado de sustentar uma visão “circulacionista” do capitalismo. Para ele, o capitalismo se caracteriza sempre pela busca permanente do grande lucro, o qual persegue tanto nas finanças e no comércio quanto na terra e na agricultura ou na produção industrial. A oposição que interessa a Braudel destacar entre capitalismo e economia de mercado, é uma oposição que se encontra presente tanto nos fatos econômicos que estuda, como nos mecanismos de operação e nas formas de funcionamento, radicalmente diversas e antitéticas, destes dois níveis da vida econômica. Braudel entende por fatos econômicos o pequeno ou o grande lucro, o pequeno/grande comércio, o pequeno empréstimo ou as grandes somas, a competência ampla e generalizada dos pequenos atores econômicos, frente aos tráficos monopolísticos dos “peixes gordos” sempre minoritários.

Pessoalmente, vou publicar um livro sobre o capitalismo. Os marxistas vão lê-lo com toda atenção. Desejo não que sejam indulgentes, mas que aceitem meu ponto de vista. Cada vez que estive de acordo com Marx, disse-o com gosto. E cada vez que estou em desacordo, mantenho a discricção. Detesto dar lições aos mortos. Há passagens de Marx que, em minha opinião, já não são mais defensáveis. Mas não perco tempo dizendo: “Ah, equivocou-se neste

ponto, etc...”. Não tenho a seu respeito a posição de um Max Weber ou de um Werner Sombart. Quando Sombart descobria um erro em Marx, se vangloriava...

Se meus sucessores preferem estudar as mentalidades em detrimento da vida econômica, pior para eles. De minha parte, não estudaria as mentalidades sem pôr tudo entre parênteses. Pois estou de acordo com Eric Hobsbawn: não existe uma história autônoma das mentalidades, mas estão vinculadas ao conjunto. Creio que meus sucessores não se dão conta disso. Dão a impressão – na medida em que se interessam pelas mentalidades – de abandonar esse terreno econômico que nos permitia um vínculo com nossos colegas marxistas. Eu, que sou promotor da história globalizante, não posso estar de acordo com isso.

Braudel, Fernand. “A manera de conclusión”. In: *Cuadernos Políticos*, México, n.48, 1986. p. 41

É por isso que Braudel critica frontalmente o capitalismo, vendo-o como uma excrescência parasitária do mercado, que dispendo a seu favor os mecanismos deste último, acaba por desvirtuar e convertê-los em seu oposto, esses mesmos circuitos mercantis. Assim, os capitalistas obtêm seus lucros injustos e desproporcionais, sempre de origem obscura e sempre apoiados no monopólio e na força desigual concentrada por uns poucos beneficiários.

Para entender e explicar a história secular do capitalismo moderno, nosso autor começou pela construção deste esquema tripartido, que vimos resumindo. Esquema abstrato e classificatório, que lhe permitiu agrupar coerentemente o conjunto dos diferentes fenômenos econômicos e infra-econômicos, que foi detectando e estabelecendo ao longo de sua prolongada investigação. Num plano mais operativo e concreto, será possível reconstruir numa nova maneira a história cronológica e factual das cidades, nações, expansões e impérios capitalistas da época da modernidade. Assim, Braudel foi construindo seu modelo geral das economias-mundo da história, modelo que depois utilizou para recriar esse “tempo do mundo”, que constitui a história real e concreta da modernidade capitalista.

Assim, Braudel fixa primeiro as diferentes regras de tendência e os modos de operação de toda economia-mundo possível. A partir delas, estabelece um esquema triplo dos níveis em que se subdivide qualquer economia-mundo: os níveis do centro, a semiperiferia e a periferia. Estes níveis estão claramente diferenciados pela intensidade medida e pela multiplicidade dos distintos desenvolvimentos tecnológicos, produtivos, salariais, de formas de exploração do trabalho e de traços econômicos em geral, que neles têm lugar. Junto com esta clara hierarquização funcional e de papéis dos estratos de qualquer economia-mundo, nosso autor estabelece a dinâmica evolutiva dessas mesmas economias-mundo, que, através dos movimentos de descentramento e recentramento de seu pólo dominante, vai desenhando as curvas das sucessivas hegemonias das cidades-mundo e dos territórios-mundo, que comandam em cada momento seu funcionamento geral.

Uma vez construído este esquema operativo geral, nosso autor vai aplicá-lo ao caso singular da história da modernidade, que em linhas gerais mostra-se como a história do progressivo crescimento e expansão da pequena economia-mundo europeia, desde o espaço definido e na escala menor do próprio continente europeu, até as dimensões globais de todo o planeta e da economia mundial. Processo novo e inédito, que se vincula às enormes mudanças provocadas pela real universalização da história, permitindo também levantar, a partir de novas óticas, tanto os sucessos como os limites deste projeto complexo da expansão planetária da Europa.

Pois comparemos novamente o mundo pré-moderno e pré-capitalista com a etapa capitalista da modernidade. Antes da época moderna, a história geral da humanidade se apresenta como o conjunto das linhas de evolução das distintas economias-mundo, coexistentes e apenas fracamente ligadas, economias-mundo que, por sua vez, correspondem aproximadamente às distintas civilizações também quase fechadas sobre si mesmas. Já a história capitalista moderna, apresenta-se como uma economia-mundo que, sem respeitar as velhas e estabelecidas fronteiras dessas entidades civilizatórias, introduz paulatinamente em sua malha, que é a rede do mercado mundial capitalista, todos os povos, grupos e sociedades do planeta, detendo-se apenas ao concluir com o último mar e o último canto terrestre do planeta.

Porém, o interessante é que esta diferença e defasagem de ritmos, marcada por Braudel, entre a economia-mundo européia e as diferentes civilizações humanas, fornece uma chave fundamental para se entender a história da expansão européia capitalista moderna: se, no plano econômico, a difusão planetária dos modelos da economia capitalista conseguiu impor-se, com maior ou menor êxito, no plano geral, ao contrário, a exportação do projeto civilizatório europeu, foi muito mais limitada e acidentada, sofrendo derrotas e êxitos parciais, junto a outros casos predominantemente bem sucedidos.

Desta maneira, através de modelos mais teóricos e classificatórios ou de construções conceituais mais operativas, Fernand Braudel construiu uma história amplamente econômica e infra-econômica, e inclusive certas dimensões de uma história social e civilizatória mais global da modernidade, em sua etapa de vida capitalista.

O fruto de todo o percurso dos trabalhos e ensaios “intermediários”, que vimos resenhando, junto às influências intelectuais recebidas das atmosferas culturais que o marcam, foi a elaboração paciente desta obra que se prolonga e supera os textos dos dois “mediterrâneos”, de 1949 e de 1966. Nela se dá a conformação do modelo teórico abstrato, tripartido de civilização material, economia de mercado e capitalismo, que num segundo momento se concretiza e se operacionaliza no estudo das dinâmicas da hierarquia funcional e dos movimentos de descentramento e recentramento da economia-mundo européia. Uma obra que, pela segunda vez, caso bastante insólito dentro das ciências sociais, converte Fernand Braudel em autor de outro clássico da historiografia do século XX, agora em função do estudo da história do capitalismo e da modernidade, de 1979.

Porque *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII* é um título que acaba sendo absolutamente enganoso, para refletir o conteúdo real que encerra em suas páginas. O que se encontra atrás dessa civilização material, dessa economia e desse capitalismo é, na verdade, um estudo comparativo em escala planetária do que, em termos histórico-concretos, significa o verdadeiro nascimento da história universal, e, portanto, o real processo desta universalização histórica, complexamente espreado sobre todas as civilizações do globo, durante os últimos 500 anos.

Ao falar da expansão da economia-mundo européia, a todos os mares do planeta, Braudel não pensa somente numa simples expansão geográfica, um simples crescimento do espaço físico, que agora passa a conhecer a presença onipresente da raça branca e dos costumes europeus. Trata-se, sim, de um processo complexo e contraditório, no qual todos os povos e civilizações humanas são radicalmente impactados em suas estruturas civilizatórias, vendo-se forçados a mudar e a se transformar, em sintonia com a nova história universal, da qual agora começam a ser parte integrante.

Ao construir, assim, em camadas sucessivas, apenas concebíveis e registráveis na escala de séculos, a multiforme paisagem do mercado mundial capitalista e do novo teatro da história geral da humanidade, a modernidade não ficou indiferente a nenhum dos núcleos civilizatórios do planeta, aos quais, de graça ou pela força, foi imbricando progressivamente no novo “tempo do mundo”, dessa história pela primeira vez estritamente universal.

Nessa lógica, o estudo do Mediterrâneo – centro da história do velho mundo – cede seu lugar à análise desse nascente *Theatrum Mundi* da história estritamente universal, comandada e construída pela pequena economia-mundo européia. Em decorrência, a consideração do nó histórico privilegiado que é o “longo século XVI” se converterá, no livro *Civilização material, economia e capitalismo*, na investigação de toda uma etapa excepcional da história geral da humanidade: justamente a da modernidade capitalista, que se prolonga desde os séculos XI e XIII até a atualidade.

Se situarmos de uma maneira renovada a história moderna capitalista, na óptica da longa duração, ela se mostrará como um período ou etapa também inédito e excepcional da história geral da humanidade. Uma *época de vários séculos que condensa, articula e lança todo um conjunto de verdadeiras e cataclísmicas revoluções das estruturas civilizatórias de longa duração*, que são as estruturas mais elementares e fundamentais de todo metabolismo social dos povos e das civilizações humanas.

É esta tese que articula todo o argumento subjacente da obra de 1979. Ela afirma que, entre os séculos XI, XIII e XX, a humanidade teria abandonado vários de seus esquemas civilizatórios de vigência milenar, para substituí-los por outras novas estruturas de comportamento, igualmente básicas, e fun-

dadoras de sua complexa reprodução social. Época, pois, que se constrói como síntese múltipla e escalonada de todas estas revoluções de longa duração dos fundamentos civilizatórios dos distintos grupos humanos que, em conjunto, dá vida a essa *era de transição histórico-universal, que é a modernidade capitalista*. Nela, a humanidade muda radicalmente todas suas formas de conexão com a natureza e todos seus mecanismos de renovação do próprio corpo social e, com isso, todas as coordenadas essenciais de suas próprias estruturas de civilização, tanto espaciais e temporais, como econômicas, sociais e culturais.

Resulta num verdadeiro paradoxo, a acusação freqüentemente feita a Fernand Braudel, de ser um pensador conservador, enamorado da história imóvel, das permanências, e alheio e indiferente, frente aos grandes processos de mudança histórica. Braudel dedicou seu segundo livro, com mais de 1.500 páginas, ao estudo atento e pormenorizado desse acúmulo imenso de revoluções das estruturas de longa duração, que, refazendo integralmente o cenário do campo da história profunda, cria essa história dos últimos séculos, a qual designamos com os nomes de capitalismo e de modernidade. Nela, vemos transformarem-se como nunca, desde os mecanismos de reprodução biológico-demográfica até os espaços econômicos acessíveis aos processos de mercantilização e capitalização, que imediatamente se generalizam e prosperam, passando pela desestruturação e reestruturação radical de todos os esquemas alimentícios milenares. Antes construídos em torno dos três cereais básicos da civilização, passam agora por um novo ordenamento da dialética luxo/necessidade, que deixa de ser uma fronteira rígida de distinção entre as classes sociais, para tornar-se um simples mecanismo de antecipação elitista daquilo que mais tarde viriam a ser os chamados bens de consumo de massa. Ou por uma revolução profunda das figuras da dialética entre o campo e a cidade, que faz aumentar subitamente os espaços e as populações urbanas, resultando na criação de uma espécie de verdadeiro sistema solar urbano, com sua hierarquia de megacidade, grandes cidades, médias e pequenas.

Repetindo desta forma, pela segunda vez, o procedimento de alcançar sob, um título humilde, um ambicioso e complexo exercício de análise de história, Fernand Braudel nos lega, com seu livro sobre a *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII*, um verdadeiro estudo de uma história que é pela primeira vez universal e planetária, condição que tal história

conquista apenas ao somar e articular, uma após outra, as várias revoluções profundas das estruturas civilizatórias de longa duração. Elas regeram a vida geral da humanidade durante os longos e vastos erros temporais da história pré-moderna e pré-capitalista. Braudel cumpriu a difícil tarefa de superar-se, no mais estrito sentido hegeliano do termo, superando sua “clássica” obra sobre o Mediterrâneo. E o fez com esta que será sua última obra concluída, e que, de início gerada como mais um dos “estranhos ensinamentos” do mar Mediterrâneo, terminou subsumindo e envolvendo a este último, dentro dessa história milenar e planetária da modernidade capitalista, que ainda nos segue com seus complicados e diversos enigmas.

VII

EUROPA: O MUNDO CONTRA OU A FAVOR DELA?

Ao relermos com cuidado o livro *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII*, veremos que um de seus eixos argumentativos é precisamente o da recorrente e fundamental pergunta acerca das razões específicas do destino singular da civilização europeia, dentro da história geral da humanidade. Ou seja, a interrogação desafiadora de por que a Europa, e não a China, Índia, África, Islã ou a qualquer das Américas, a quem coube, nas próprias estruturas civilizatórias, gerar as realidades e processos do capitalismo, do projeto da atual modernidade dominante em escala planetária e da real universalização histórica, limitada e antitética, que se desenrolam nos últimos cinco séculos da história?

Num dos capítulos do livro *L'Europe*, publicado em 1982, e que ele coordenou e do qual escreveu um terço*, disse Braudel que abordar o tema do destino singular da civilização europeia é “enfrentar necessariamente esse pro-

* Redigiu os capítulos 5 e 6, além do 8, “Civilisation et Culture. Les Splendeurs de l'Europe”, por um erro de impressão, erroneamente atribuído a Folco Quilici, autor das fotografias do livro e do filme que lhe deu origem.

blema gigantesco dos últimos dez séculos da história do planeta: o do domínio do mundo por parte de um continente realmente minúsculo”. Um “problema desconcertante, no qual a verdadeira ou, melhor ainda, as verdadeiras soluções escapam às nossas interrogações”. Pergunta que bem poderia classificar-se como a pergunta central de todos os historiadores que se ocupam da história do último milênio e, inclusive, num sentido mais geral, em conjunto com todos os historiadores contemporâneos. Contudo, ela não foi ainda satisfatória e completamente respondida pelos distintos autores que, nos últimos 150 anos, se atreveram a abordá-la, permanecendo como uma das grandes questões abertas para os historiadores e para os cientistas sociais de hoje.

Evidentemente que se trata de uma pergunta de amplo espectro, à qual se pode ir respondendo parcial e progressivamente, através das diversas contribuições de autores como Marx, Max Weber, Norbert Elias, Werner Sombart, Leo Kofler, George Lukacs ou Immanuel Wallerstein. Pergunta que poderia ser tarefa de uma ou de muitas vidas inteiras de trabalho intelectual, que atravessa também uma parte do percurso braudeliano, permeando de diversas maneiras suas investigações e fazendo cada vez mais insistente nas últimas etapas de sua carreira.

Assim, um dos resultados evidentes do trabalho sobre o Mediterrâneo, publicado em 1949, foi o de já começar a fixar a atenção de nosso autor sobre a “pequena Europa” e sobre a dinâmica civilização européia, que são duas elaborações privilegiadas da própria história desse mar. Ao operar um deslocamento em seu estudo, invertendo e subvertendo a perspectiva tradicional eurocêntrica, que via o Mediterrâneo como apêndice da história de Europa, Braudel propõe justamente a tese contrária. Em sua perspectiva, a Europa e a civilização, que se constrói dentro de seu espaço, são derivados da própria dinâmica evolutiva da vida desse Mediterrâneo – centro do mundo –, cujas linhas de força irá reconstruir. Mediterrâneo que constrói em seu território as múltiplas “proto-europas”, que depois se converteram nos mundos grego e latino, prelúdio do nascimento da civilização européia.

Tomando a Europa e a civilização européia, a partir desta chave mediterrânea e a partir de uma perspectiva crítica, após 1953, Braudel desencadeia o projeto de uma história econômica a Europa entre os séculos XV e

XVIII. Com o modo de pensar braudeliano, essa história se converte na história planetária do capitalismo e da modernidade dos séculos XI/XIII-XX. Conserva, porém, como um de seus eixos centrais, a pergunta sobre a possível “singularidade” europeia. Ela será reiterada quase no final de *Civilização material, economia e capitalismo*, no capítulo cinco do tomo III, quando aborda o tema “O mundo a favor ou contra a Europa”, em função da “questão de saber se a Europa teve ou não uma natureza humana, histórica, diferente da do resto do mundo”.

Tanto em seu livro de 1963, *Le Monde Actuel*, como em vários dos “trabalhos intermediários” de 1949 e 1979, aos quais fizemos menção, e, sem dúvida também, *Civilização material* ressurgem de distintos modos, da permanente comparação entre as Europas e o mundo não-europeu, comparação matizada pela distinção, quanto ao primeiro termo, entre as “Europas fora de Europa” e a “pequena Europa”, a velha Europa tradicional habitante do minúsculo continente europeu.

Essa classificação do conjunto de civilizações, que foi protagonista da história do último milênio, longe de ser, como poderia parecer à primeira vista, uma classificação tipicamente “eurocêntrica”, põe o acento no necessário balanço dos êxitos totais, nos triunfos apenas parciais e nos fracassos flagrantes do projeto expansivo e colonizador da civilização europeia dos últimos séculos. Pois o termo não-Europa procura conotar, no esquema braudeliano, todo o vasto grupo de espaços e de civilizações que resistiram com êxito os embates da difusão do projeto civilizatório europeu, renovando ou conservando, sob novas formas, velhas identidades civilizatórias. A China ou o Islã, que se modernizam sem renunciar à sua história, e a Índia, a África negra e o Sudeste Asiático que, embora tenham visto desestruturar-se suas formas civilizatórias anteriores, mantêm-se ainda hoje em um caminho próprio e singular, que não imita simplesmente as lições da história da Europa.

Reconhecendo, então, essa oposição fundamental a “toda explicação séria do mundo atual”, que constitui a divisão entre os mundos não-europeu e das Europas, Braudel enfrenta criticamente a enorme interrogação, ainda aberta e necessária de resposta, em torno das distintas interrogações sobre o singular destino da civilização europeia, frente às demais civilizações do glo-

bo. Embora nosso autor não a responda de maneira total e orgânica, contribui, com múltiplas e interessantes abordagens, com várias pistas para a construção de tal resposta.

Mais uma vez, seguindo sua permanente vocação para a história global, Fernand Braudel busca responder também globalmente a essa enorme pergunta sobre Europa. Assume que a resposta não pode ser senão várias respostas. Elas deveriam articular os motivos geográficos, territoriais, econômicos e tecnológicos com as razões sociais, políticas, culturais e civilizatórias mais gerais, para então agregar os elementos e peças sucessivas à sua solução. Para resumirmos, então, os distintos esforços braudelianos em torno daquela pergunta, que reaparece de distintas formas, numa grande parte de sua produção intelectual, vale a pena passar revista no conjunto de contribuições, com relação às várias razões do papel da Europa na história.

Para começar, os elementos geo-históricos, que dão especificidade ao espaço europeu e ao conjunto de civilizações que ali existiram ao longo da história. Em primeiro lugar é de maneira totalmente lógica, o vínculo geo-histórico imediato que se estabelece entre o espaço/mundo europeu e sua matriz geo-histórica fundadora que é o próprio mar Mediterrâneo. Como já explicamos anteriormente, na história milenar de longa duração, o Mediterrâneo funcionou como um “entroncamento” privilegiado e sintetizador de múltiplos e distintos fluxos civilizatórios, como verdadeiro “centro da história” do velho mundo. Portanto, não se pode esquecer que esta “pequena Europa”, que agora nos ocupa, não é, em suas origens, outra coisa senão um dos vários “universos humanos” nascidos e desenvolvidos em torno deste mesmo mar-mundo mediterrânico.

Todos os bens civilizatórios, vindos de vários confins do velho continente para esse espaço mediterrâneo, difundiram-se e projetaram-se também dentro dessa proto-europa mediterrânea, e depois dentro da Europa como um todo, a partir da benéfica contigüidade geo-histórica entre o minúsculo continente e esse enorme mar, o maior do velho mundo. Essa contigüidade dá à pequena Europa todas as contribuições civilizatórias recebidas pelo Mediterrâneo e derivados dessa função de encruzilhada privilegiada dos movimentos e dos fluxos das grandes correntes civilizatórias mencionadas. Além disso, lhe

permite também o desenvolvimento de percepções, habilidades e mesmo a necessidade de alcançar o objetivo fundamental, que representa a conquista e domínio da enorme massa líquida que interpela e desafia os povos mediterrâneos e proto-europeus, desde a origem de suas civilizações.

Nessas águas mediterrâneas, na luta constante contra as mudanças ritmadas pelos bons e maus tempos do clima, os europeus levaram ao fim sua aprendizagem inicial das artes marítimas, aprendizagem que, através dos séculos e milênios, vai preparando lentamente os europeus, para suas últimas tarefas oceânicas futuras.

Isso coincide com uma espécie de vocação espontânea para o mar, que o território europeu teria conhecido, desde tempos distantes, a partir de sua própria condição como espécie de *Finisterre* de grandes proporções, com relação à enorme massa euro-asiática da qual ele faz parte. Como repetiu reiteradamente Braudel, em escala planetária, a Europa se faz presente como um verdadeiro “cabo asiático”, como uma sorte de península final, na qual se conclui a massa terrestre da Ásia, para dar lugar aos confins, tanto mediterrâneos como atlânticos, dos espaços líquidos do globo. Em consequência, trata-se de um espaço dividido permanentemente entre seu sólido e fundamental vínculo terrestre e essa quase espontânea vocação marítima. De um lado, arraiga-se sedentário, numa vida mais agrícola e camponesa, firmemente estabelecida e voltada para os vastos espaços terrestres do mundo asiático e para si mesma; por outro lado, volta-se para os mares e oceanos do exterior, propiciando um desenvolvimento forte da navegação, do comércio e da vontade de contatos e intercâmbios com outros grupos e núcleos diversos de civilização.

Com isso, divide-se entre estes dois campos magnéticos, que a atraem tanto para terra como para o mar, a Europa e as civilizações que povoaram seu território ao longo da história vão dividir-se, em primeira instância, e muito claramente, numa Europa oriental e outra Europa ocidental. Duas Europas, divididas por uma invisível fronteira vertical de longa duração, que coloca a primeira, a Europa oriental, como um universo civilizatório que gira sempre em torno do diálogo com as outras civilizações da massa continental, irradiando sua cultura, seus homens, seus navios e seus intercâmbios comerciais para o

Oriente Próximo e a Índia, ao mesmo tempo em que recebe e assimila os povos vindos dos distintos espaços dessa imensa massa asiática continental, desde os antigos magiares até os modernos eslavos. A Europa oriental se constrói, então, a partir dessa imensa raiz das civilizações micênica e depois grega, como uma Europa muito mais sedentária, camponesa e tranqüila, que sua homóloga ocidental. Assim, ela haverá de atravessar, ao longo de sua história, por todos esses papéis que a colocam sucessivamente como a primeira “protoeuropa” mediterrânea florescente, ou como a zona européia mais velha e mais desenvolvida do Império Romano, bem como a Europa da religião ortodoxa, oposta abertamente à cristandade ocidental. Depois é a Europa da célebre “segunda servidão” e finalmente a primeira Europa comprometida com esse projeto singular do século XX, que foi o projeto do chamado “socialismo real”. Uma Europa, que na longa duração histórica se diferencia claramente da Europa ocidental, cumprindo, de certo modo, a função de permanente ponte intermediária entre a mesma Europa ocidental e uma parte importante das contíguas ou mesmos as distantes civilizações asiáticas.

A Europa oriental é mais voltada para o velho mundo e para si mesma, distinguindo-se radicalmente da Europa ocidental, que foi muito mais “portas afora”. Esta última é mais densamente povoada e, em geral, vive ao ritmo de uma voltagem mais alta da vida histórica. Ela se caracteriza, desde suas etapas mais antigas, por uma clara vocação de expansão para fora, que vai desde os movimentos de difusão dos grupos da civilização céltica e do Império Romano e sua conquista de todo o *Mare Nostrum* Mediterrâneo, até a tentativa de difusão planetária do projeto civilizatório europeu, passando pelas migrações e invasões dos povos germanos, o movimento das Cruzadas ou a empresa da reconquista espanhola. A Europa ocidental é muito mais instável, migrante, industrial, comerciante, curiosa e marítima e, por sua vez, é a “proto-europa” mediterrânea mais nova e cujo ponto chega apenas na segunda hora. Permanecerá oposta frente ao mundo ortodoxo, para desenvolver-se mais adiante como essa Europa industrial, moderna e capitalista, cujo projeto desafia, desde há alguns séculos, as restantes civilizações do planeta.

A Europa pode ser vista apenas sobre um mapa geral do mundo. Quando muito, ela é um cabo da Ásia, um extremo, um ponto que projeta para fora de si mesma suas forças profundas. Para ela, existe aí uma vocação, uma necessidade: está condenada a sair de si mesma, a abandonar sua pequena morada e a instalar-se na dos outros, a perturbar e a explorar países estrangeiros. Esta expansão, esta supressão, esta exploração multissecular seria a consequência de uma superioridade intelectual e técnica frente ao resto do mundo? Superioridade que seria o segredo das proezas européias, independentemente de as considerarmos detestáveis, como acontece hoje? Ou talvez, saindo de si mesma, e correndo sempre atrás de sua proeminência, uma Europa que teria construído, pouco a pouco sua superioridade, fruto de sucessivas experiências em resposta aos desafios do mundo?

Não há dúvida de que falar da Europa é tropeçar necessariamente nesse problema gigantesco dos últimos dez séculos da história do planeta: o problema do domínio do mundo por parte de um continente minúsculo. Problema desconcertante, onde a verdadeira ou, melhor, as verdadeiras soluções escapam a nossas interrogações.

Fernand Braudel, *L'Europe*. Paris: Arts et Métiers Graphiques, 1982. p. 123.

Essa Europa ocidental altamente vibrante se subdividiu, por sua vez, desde suas origens, numa Europa do norte e outra mediterrânea, instaurando em seu interior um diálogo intenso e frutífero. Funcionando também como estrutura de longa duração, ela nos dá os pares históricos fundamentais da Europa germânica e da Europa ocidental do Império Romano. A Europa que gravita em torno da dinastia merovíngia e depois a do Império Carolíngio, as Europas protestante e católica e, mais recentemente, a Europa fiel ao marxismo original, frente à Europa anarquista seguidora de Bakunin. Duas Europas ocidentais que, tal como no caso da divisão entre Europa oriental e ocidental, explicam-se também por essa “magnética atração geo-histórica” que exerceu,

sobre a Europa ocidental, esse mar criador de civilizações e de diálogos civilizatórios que é o Mediterrâneo.

Concentrando em torno de seu território todos estes campos de atração geo-histórica, que são a massa asiática, o mar Mediterrâneo, o Mar do Norte e a porta incógnita do Oceano Atlântico, a Europa recebeu, desde suas origens, uma espécie de sobrecarga de energia histórica, a partir da qual foi construindo as distintas oposições e diferenças de seu espaço – oriental e ocidental, nórdico e Mediterrâneo – ao mesmo tempo em que os matizes diversos e profundos de suas civilizações.

Daí deriva, em parte, outro dos traços específicos, geo-histórico e civilizatório, dessa mesma Europa, que é sua estrutural diversidade. A partir das múltiplas solicitações e influências geo-históricas, que buscam atraí-la e incluí-la nos destinos do Mediterrâneo, da Ásia, do Mar do Norte e do Oceano Atlântico. A civilização européia se construiu, necessariamente, como uma civilização de síntese desses diversos caminhos abertos e, portanto, como uma civilização em que prevalece essa determinante essencial que é a diversidade. Essa diversidade não é apenas fruto das atrações e irradiações cruzadas, mencionadas acima, mas parece inscrita na própria paisagem, no território e no conjunto de recursos naturais e animais do corpo natural do espaço europeu. Se observarmos de perto a composição específica da base geográfico-natural européia, poderemos comprovar que ela é também marcada por uma enorme diversidade; que condensa no pequeno continente toda uma série de climas, atmosferas, tipos de solo, configurações terrestres e hidrográficas e de recursos minerais, vegetais e animais que se estendem e repartem, de uma maneira muito mais desigual e desconcentrada, em outras partes do planeta. A Europa tem minas de prata, vales férteis para a produção de cereais, zonas pantanosas e pastos para o gado, bem como rios e ribeirões para a pesca, bosques para a coleta e montanhas para a transumância, além de ilhas que são ponto de apoio para a navegação e o comércio. Isso significa que muitos daqueles elementos que, em outras partes do mundo, definem paisagens homogêneas e marcadas por um ou por poucos destes elementos ou recursos, na Europa, eles se encontram concentrados e alternados, para produzir uma base geográfico-natural, cuja diversidade é a plataforma de uma também múltipla e diversa variedade

de atividades econômicas, de micromundos sociais e de paisagens culturais e civilizatórias específicas.

Essa Europa, marcada pela heterogeneidade e pela diferença estrutural de seus microclimas e micromeios naturais, aprendeu, desde tempos remotos, a se colocar internamente em contato e a dialogar as múltiplas identidades civilizatórias nascidas em seu espaço. Aprendizagem que também lhe será útil, de inúmeras maneiras, nos momentos em que entra em contato com outras civilizações e culturas do mundo. Pois, não há dúvida de que foi o intenso intercâmbio cultural que se desenvolveu na Europa, nascido de sua diversidade e espreado constantemente por suas distintas regiões, zonas e núcleos de desenvolvimento, que a prepararam no plano cultural para essa abertura e para essa vocação expansiva, que mais adiante projetou à escala planetária.

Como disse Braudel, a “Europa é diversidade”, e a diversidade, seguindo Marx, é uma das formas de expressão da riqueza. Daí, é importante assinalar que se trata apenas de uma riqueza potencial, não atualizada imediatamente, e que para se efetivar, pressupõe necessariamente o próprio desenvolvimento e potenciação das habilidades, produtivas e sociais, de seus habitantes. Pois se Europa é um espaço-síntese de múltiplos recursos geo-históricos, trata-se quase sempre de recursos que não se dão espontânea e facilmente aos homens, mas apenas ao preço de uma dura e continuada série de esforços sistemáticos e prolongados, ao longo das gerações. Este ponto, Braudel ilustrou muito bem em seu “pequeno” Mediterrâneo – ou seja, no livro publicado em 1977 sob o título de *O Mediterrâneo*, derivado de uma série de televisão composta por 12 programas sobre o tema – ao insistir no fato de que apenas o custo de repetidos e difíceis condicionamentos, as terras de muitos vales e planícies mediterrâneas puderam incorporar-se ao cultivo e à agricultura sistemáticas.

Riqueza diversa potencial, que se atualiza apenas por obra do trabalho humano, significa um maior e mais rápido desenvolvimento, continuado e permanente, das forças produtivas humanas. Em conseqüência, uma lógica de constante potenciação e aperfeiçoamento do equipamento tecnológico disponível, lógica que também caracterizou o pequeno cabo asiático da Europa, desde suas primeiras civilizações.

Dado justamente a seu minúsculo desenho, esse pequeno cabo ou península asiática se apresentou, na época da formação das primeiras civilizações

humanas, como um continente mais propício à “medida” das próprias possibilidades humanas. Como um espaço nem desmesurado, ao estilo das civilizações americanas, nem escasso e inóspito para a conquista humana, como os desertos quentes do Saara ou frios da tundra siberiana, mas como um espaço intermediário que aparecia particularmente propício para sua progressiva colonização e humanização.

Fernand Braudel foi o autor da geo-história, como modelo explicativo dos grandes processos civilizatórios, tanto mediterrâneos como em geral. Detectou e estabeleceu todos esses traços geo-históricos da pequena Europa, que são para ele as razões da singularidade européia e, em conseqüência, uma das pistas das inúmeras respostas à pergunta de por que a Europa. Ele não se limitou apenas a estes determinantes geo-históricos do problema, esforçando-se por esboçar, embora de maneira mais geral e hipotética, as demais razões territoriais, tecnológicas, econômicas, sociais, políticas e culturais dessa mesma atipicidade do minúsculo mundo europeu.

No que respeita à dimensão territorial, pode assinalar, por exemplo, a especificidade do modo europeu de construção do espaço social global, construção que produz uma figura das estruturas diferenciadas do campo e da cidade e, por fim, de sua dialética particular. No segundo capítulo do livro *Civilização material, economia e capitalismo*, Braudel argumenta que a civilização européia constrói-se fundamentalmente a partir de um esquema alimentício, que gira em torno do trigo e distribui suas populações sobre o território de uma maneira bastante equilibrada, proporcional e homogênea. Diferentemente de outras civilizações, que colocam a cidade apenas como a enorme porta de contato com o exterior ou como o espaço de residência e atividade do imperador ou do sultão, ou inclusive como lugar especial do conjunto de rituais sagrados, políticos ou simplesmente festivos da comunidade ou da sociedade. A civilização européia constrói, ao contrário, desde seus primeiros passos, esse sistema peculiar de uma rede ou malha urbana densamente desagregada e que envolve completamente o território. Braudel comparou esse esquema com uma espécie de “sistema solar” urbano, com suas cidades-sóis ou grandes cidades, que articulam e fazem gravitar em torno de si as inúmeras cidades-planetas. Estas seriam os burgos, rodeados, alimentados e sustentados, por sua vez, pelos pequenos pontos satélites que são as aldeias da Europa.

Trata-se de um sistema claramente hierarquizado, que vai do campo até a aldeia e depois ao burgo, à cidade e à grande cidade. Ele recobre completamente o espaço ou território em que se assenta, instaurando uma dialética campo/cidade que se caracteriza, em termos gerais, por um papel evidentemente muito mais importante e central das cidades, dentro da história das sociedades e civilizações européias. A partir desta rede urbana, que dialoga permanentemente com os espaços rurais, as cidades do mundo europeu foram, em geral, mais livres que em qualquer outra parte do planeta, caracterizando-se por um desenvolvimento mais rápido e contínuo de mudança e transformações diversas.

Portanto, se a cidade é um “meio social” por excelência e, em consequência, um espaço mais histórico que natural, e se a Europa se caracterizou por um desenvolvimento mais intenso e em constante mutação por parte de seus distintos espaços urbanos, que aqui funcionaram como verdadeiros “motores” do avanço histórico, então, haveria que se somar também essa peculiar figura européia da dialética campo/cidade e este modo também europeu de construção do espaço social, entre as razões da singularidade do minúsculo continente, frente aos seus homólogos de outras partes do globo.

Junto com a dimensão territorial, Braudel reconhece também a dimensão econômica, para assinalar as consequências econômicas de um esquema civilizatório, marcado também pela amplitude de atividades e ramos em que se pode desenvolver. Em sintonia com a diversidade geo-histórica do território europeu, desenvolveu-se também uma diversidade de formas de subsistência e de atividades econômicas, que vai desde a agricultura especializada de grandes cultivos comerciais ou da exploração sistemática dos bosques até o pastoreio ovino, bovino e eqüino ou mineração, passando pela transumância, a coleta, a pesca e, mais adiante, a indústria, a navegação comercial e a atividade do comércio em geral, entre outras. Uma economia, fortemente diversificada, que deu à Europa a possibilidade de resistir, com mais elementos, aos recorrentes e sempre difíceis tempos da recessão e até de depressão econômicas, característicos dos ciclos evidentes de qualquer economia. Ao mesmo tempo que equipou essa economia-mundo européia, que assim podemos chamar, pelo menos desde o século XI-XIII, para seu jogo e projeto de intercâmbios e para a montagem de grandes circuitos comerciais com as restantes civilizações humanas.

Essa economia, que abarca um leque bastante amplo de ramos e atividades, caracteriza-se também por uma lógica de permanente inovação tecnológica. Ela procura renovar e multiplicar a todo tempo as fontes de energia, os meios de transporte, os meios de trabalho e os métodos de trabalho, dentro de uma linha evolutiva, cujo resultado geral é o da progressiva substituição do esforço humano pelo animal ou pelas forças do mundo inanimado como a água, o vento, o vapor, a eletricidade ou a energia atômica. As sociedades da civilização européia são, então, mais receptivas e permeáveis para aceitar e incorporar as distintas inovações técnicas, o que explicará também as sucessivas e acumulativas “revoluções industriais” que definem, segundo Braudel, praticamente toda história dessa economia-mundo européia, desde o século XI até a atualidade.

Essa civilização européia se apresenta frente às outras como uma civilização essencialmente carnívora e, ao mesmo tempo, presa à loucura da moda, que expressa sua peculiar dialética entre os elementos do luxo e a necessidade – ambos elementos, expressão dessa economia mais diversificada e mais equipada que outras. Ao procurar explicá-la, Braudel insiste, também, no plano das hierarquias e estruturas sociais, no fato, característico apenas das sociedades européias, da muito restrita mobilidade e renovação das elites e dos grupos sociais dominantes. Elites que, com o passar das gerações e não obstante as mudanças profundas e tormentas revolucionárias, mantêm-se de maneira mais persistente que em outras sociedades no alto da pirâmide social.

Diferentemente de outros núcleos civilizatórios, como China, Índia ou Islã, que possuem distintos mecanismos de renovação de suas elites, ou de cooptação de alguns membros das classes submetidas para dentro do grupo dominante, o mundo europeu caracterizou-se, segundo a opinião de Braudel expressada em seu artigo de 1972 sobre “As origens sociais do capitalismo”, por uma maior permanência das mesmas famílias e dos mesmos grupos sociais como dominantes. Isso teria permitido também, logicamente, uma maior acumulação de riqueza nas mesmas mãos, riqueza que, ao ser herdada de geração em geração sem fragmentar-se, teria criado uma das condições do salto para o capitalismo, que é justamente a existência de grandes somas de riqueza acumuladas em uns poucos pontos do tecido social.

Monsieur l'Ambassadeur,
Mesdames, Messieurs,
Mes Chers Amis,

d'abord Il est ~~difficile~~, il est même très difficile de ^{faire} porter sérieusement de Marcel Bataillon, si l'on veut que le discours arrive à sa hauteur, ~~par~~ ^{une triple lecture de son œuvre. Ainsi} ~~l'histoire~~ de tous les commentaires consacrés à son livre magnifique sur ^{aujourd'hui} Erasmus et l'Espagne, un seul trouve grâce à mes yeux, le compte rendu de Lucien Febvre (Annales d'histoire sociale, 1939, pp. 28-42). Il est vrai que Lucien Febvre pouvait parler d'égal à égal avec Marcel Bataillon. ^{simple} L'exception prouve la règle, mais la règle existe. ~~Marcel Bataillon a posé~~ ^{à ces 400 titres de son œuvre exceptionnelle} ~~le problème de la lecture de son œuvre~~. Certes, me direz-vous, sa pensée de Marcel Bataillon est merveilleusement ~~accessible~~ : il est aisé, passionnant de se laisser porter par elle. Elle est claire, elle chante juste... Mais les clartés s'ajoutent les unes aux autres, l'explication et le paysage se compliquent, ^{substantiel} ~~peuvent se compliquer~~ sans peine. En fait, le plus passionnant, c'est de ^{pour le lecteur} ~~dévoiler~~ le cheminement de sa pensée; la voir en elle-même, en écartant tout à la fois l'Espagne ^{qui n'est que} éclatante qui emplit son œuvre, et Erasmus lui-même, si l'on veut être en face ^{de l'œuvre} de Marcel Bataillon, mais c'est une tâche ~~malaisée~~. Enfin ~~et surtout~~, si l'on place son œuvre à la hauteur ^{exceptionnelle} où elle se situe, le problème des problèmes est de dépasser ^{l'œuvre} ~~de la prendre~~ dans sa masse entière - plus de 500 titres - et d'en faire un témoignage qui permette de retrouver une vie, un homme exemplaires.

que l'on cherche à instruire,

Mais le problème des problèmes ^{risque} de nous échapper ~~et nous~~ échappera. Nous ne disposons pas, sur lui, d'assez d'indiscrétions, de confidences, de certitudes pour être ^{certains} ~~ainsi~~ dans la validité de notre route. ^{Et ne pas} ~~Comme vous le voyez~~, je n'y réussirai pas à ma convenance.

Texto de um discurso de Fernand Braudel, corrigido por ele mesmo, janeiro de 1978. (Arquivo de Fernand Braudel, na *Maison des Sciences de l'Homme*)

Essa maior estabilidade e permanência das elites econômicas e sociais da história européia se compensa, por outra parte, com um papel relativamente débil do Estado, dentro desse “conjunto de conjuntos”, que são as sociedades européias. Os Estados nas civilizações americanas desempenham um papel fundamental dentro da sociedade, controlando parte das condições dos processos produtivos, organizando setores importantes da vida social ou das atividades coletivas de suas populações, participando de maneira central de vida cultural da reprodução cotidiana dessas civilizações. Frente a eles ou àqueles diversos Estados que Karl Wittfogel chamou de sociedades hidráulicas, em suma, frente a este esquema de estados fortes e protagonistas, que preenchem uma parte essencial do espectro social global, o Estado das civilizações européias aparece, ao contrário, como um Estado menos ativo e presente dentro da sociedade. Ele praticamente “desapareceu”, durante a infância feudal da civilização européia, para reconstruir-se depois dentro de um cenário onde, longe de dominar os demais atores e grupos sociais, tem seu papel e sua atividade desafiados pelas cidades, assim como por capitalistas, comerciantes, artesãos, camponeses, bem como pela igreja, sindicatos trabalhistas, grupos de pressão empresariais ou partidos políticos de oposição.

Desta maneira, abrindo um espaço muito maior que em outras civilizações para a expressão e para o desenvolvimento dos grupos, setores, atores e elementos sociais diversos, o Estado europeu conheceu conflitos e disputas permanentes, com todo tipo de personagens coletivos da sociedade civil. Estes sempre gozaram, no mundo europeu – também como uma constante de longa duração – de uma maior liberdade de ação e de afirmação coletivas e, portanto, de melhores condições para fazer prosperar seus distintos projetos econômicos e sociais, desde a cristianização das populações, até a difusão e consolidação do modo de produção capitalista, passando pela semi-autarquia dos feudos, a organização aberta dos movimentos de oposição e até revolucionários, ou a afirmação das cartas de direitos e liberdades municipais das comunas urbanas, entre outras.

Finalmente e como corolário de todos esses traços de longa duração, que Braudel detecta como pistas abertas para uma investigação em torno da especificidade desse “ser histórico”, que foi a civilização européia, nosso autor

assinala a presença de uma linha evolutiva, no plano da cultura, que parece caracterizar-se, frente a outras civilizações, como uma linha composta por frequentes rupturas, cisões, heresias, mudanças, tormentas e descontinuidades culturais. Em conjunto, elas desenham uma cultura muito mais dinâmica e aberta à inovação e à mudança do que outras; cultura que, longe de calcificar-se ou de instalar-se de maneira estacionária a partir de um modelo imutável, se constrói a partir de um rico diálogo de oposições recorrentes. Conversam entre si uma raiz humanista e uma raiz cristã; em outro momento, a partir da diferença entre a variante alemã, protestante e marxista, e a vertente romana, mediterrânea, católica e anarquista, bem como o jogo de diversidades entre a cultura camponesa e a cultura urbana, a cultura popular e a cultura de elite, entre tantas outras. Tais diálogos ou intercâmbios de opostos reproduzem de maneira mediada e complexa, na esfera cultural, essa mesma instabilidade do esquema econômico e essa constante inovação tecnológica, que assinalamos anteriormente, também, como traço secular das sociedades européias.

Essa cultura européia, forjada na tradição do movimento perpétuo e da dialética das contradições recorrentes, resultou também os habitantes do minúsculo continente europeu com uma singular sensibilidade ao “outro”, que a Europa saberá utilizar, a seu favor, em seu longo caminho de expansões, conquistas e tentativas de dominação e de subordinação das demais civilizações do planeta. Mas, ao mesmo tempo, tal como destaca Braudel, permitiu também a essa pequena Europa, durante vários séculos e até a atualidade, ser um dos focos principais de geração e irradiação das ciências modernas e da cultura universal e inclusive, de uma parte importante dos fundamentos da consciência crítica contemporânea e das perspectivas culturais que, na atualidade, anunciam as futuras revoluções e inovações culturais.

Deste modo, resta a pergunta: por que a Europa fez Braudel multiplicar as tentativas de resposta? Para considerar os possíveis motivos culturais, políticos, sociais, econômicos, tecnológicos, territoriais ou geo-históricos de sua solução. Ao fazê-lo, nosso autor esboçou uma síntese que é ao mesmo tempo um inventário ou balanço de que até agora nada foi feito de mais avançado para esclarecimento da questão ou uma possível agenda das pistas ou linhas abertas, de modo algum esgotadas, no caminho de sua resolução. Ao observarmos em conjunto a contribuição braudeliiana em torno das respostas a esta

pergunta ubíqua e multiplicada, fica claro que, além de tê-la formulado com uma nitidez e centralidade definitiva e radical, elevando-a como a pergunta maior e fundamental da história da humanidade nos últimos mil anos, conseguiu levantá-la em termos novos e, ao mesmo tempo, respondê-la parcialmente com relação às suas dimensões principais.

É claro que a partir do resumo que esboçamos aqui, Braudel desenvolveu ampla e pormenorizadamente, até quase esgotá-las, as diferentes razões geo-históricas do por quê a Europa. Desde o exercício realizado no Mediterrâneo e desde sua teoria da geo-história, essa difícil questão ficou mais que compreensível. Ao mesmo tempo, e também em conexão direta com as investigações histórico-econômicas em torno da vida material, da economia de mercado e do capitalismo, nosso autor pode nos fornecer várias peças, bem trabalhadas e completamente resgatáveis, das razões territoriais, econômicas e tecnológicas da singularidade européia. Embora suas contribuições não alcancem todo o conjunto possível destas dimensões da técnica, da economia e do espaço social, definem os primeiros referentes sólidos para continuar, posteriormente, com as pesquisas necessárias nestes distintos campos.

Finalmente, no que toca aos planos da sociedade, da política e da cultura, Braudel não fez mais que delimitar os contornos mais gerais das premissas das possíveis respostas à pergunta enorme e envolvente que se havia levantado, esboçando apenas as primeiras pistas de entrada para uma abordagem mais ampla e detalhada destas diferentes esferas.

Enquanto isso, a pergunta do por quê a Europa, digna de uma verdadeira esfinge, continuar ainda ali, flutuando na consciência dos historiadores contemporâneos, para desafiar suas habilidades e seus conhecimentos e para seguir alentando e acrescentando a chama de sua curiosidade e de suas preocupações. Curiosidade e preocupações que levaram Braudel, até o final de seu percurso intelectual, a atrever-se desempenhar, em múltiplas ocasiões e armado com suas investigações de fôlego, o papel de uma espécie de Édipo, que só decifra o enigma que se levanta para descobrir em sua resposta a formulação da pergunta seguinte.

Por que a Europa? Precisamente, nos ajudou a responder Fernand Braudel, por aquilo que faz com que a Europa seja a Europa e não a China, nem a Índia, nem a América, nem a África, nem o Islã. Ou seja...

VIII

DE VOLTA AO HEXÁGONO A INVESTIGAÇÃO SOBRE A IDENTIDADE DA FRANÇA

A partir de 1979, com a publicação de sua segunda grande obra sobre a *Civilização material, economia e capitalismo*, Braudel consagra-se em tempo integral a uma pesquisa cujos conteúdos havia começado a esboçar há pelo menos uma década antes, e que constitui o terceiro grande projeto de nosso autor. Visando reconstruir as grandes linhas de explicação da história da França, esse projeto acabou lamentavelmente inconcluso, não obstante, Braudel tenha deixado escrito pelo menos algo em torno de 1100 páginas sobre o assunto. Apesar destas consideráveis dimensões, o texto cobre apenas aproximadamente metade dos temas previstos, constituindo um dos três tomos projetados.

Curiosamente, talvez em parte por esse mesmo caráter inacabado que a caracteriza, essa obra não tem atraído até hoje a atenção dos estudiosos, comentadores e especialistas da obra braudeliana.

Se compararmos, ainda que rasteiramente, o volume de resenhas críticas, artigos, ensaios e comentários consagrados às três obras mais importantes de Fernand Braudel, vamos detectar imediatamente o menor volume de aná-

lises dedicado a essa última obra de magnitude da produção braudeliana. Além do caráter inconcluso do projeto originalmente esboçado, isso também pode dever-se ao fato de que, numa primeira olhada, a obra sobre a identidade de França pode parecer afastada das linhas de investigação anteriormente percorridas por Braudel, instaurando uma espécie de “ruptura” com as vastas perspectivas temporais e os enormes horizontes espaciais que caracterizavam suas obras anteriores.

Essa falsa aparência é apenas mantida, e até difundida, a partir da ausência de uma leitura direta do texto e da relativa indiferença e pouca atenção com que, salvo notáveis exceções, os estudiosos da obra braudeliana “identificaram” este texto. Para além dela, persiste o fato de que se trata, ainda que inconclusa, da terceira concretização braudeliana de um projeto de longo alcance e de muito altos vãos. Concretização que, dentro desta mesma parte que pode atingir o projeto original, representa uma terceira síntese de investigações, debates, cursos e incursões também realizadas durante décadas de trabalho contínuo.

Contra certas posições que, por diferentes razões, preferem “evitar” a consideração detida da última obra braudeliana, é importante destacar que este estudo final da identidade da França constitui, sem dúvida – e talvez em virtude da própria natureza da última tarefa – a obra mais madura de toda produção braudeliana. E não apenas isso, mas também a mais “redondamente braudeliana” e, sem dúvida alguma, aquela em que as hipóteses, explicações, simples “conjeturas” ou “primeiras aproximações” braudelianas se apresentam de modo mais livre, com uma audácia de pensamento e com uma liberdade de imaginação criativa, que refletem claramente essa faceta essencial, profundamente inventiva e original, da personalidade intelectual de Fernand Braudel.

Essas grandes idéias inovadoras e atrevidas já articulavam toda trama dos argumentos de *O Mediterrâneo* e de *Civilização material*, mas que só as conseguíamos captar depois de uma leitura cuidadosa e detida destes textos. Ao longo de todo o texto de *A identidade da França*, ao contrário, essas idéias afloram de uma maneira clara, explícita e evidente. Tal como Marx escreveu seus célebres *Grundrisse...*, os manuscritos de 1858-59, destinados a pôr em ordem suas idéias e não preocupados com as limitações que impõe a publica-

ção de uma obra formal e destinada ao grande público, assim, da mesma maneira, Braudel parece ter escrito esta última obra como uma espécie de reflexão absolutamente livre e impregnada com seus pontos de vista estritamente pessoais, em relação aos distintos temas e problemas que aborda. Assim podemos dizer que os *Grundrisse* são a obra marxista que melhor reflete a complexidade e a riqueza do pensamento de Marx, do mesmo modo. *A identidade da França* se apresenta, em nossa opinião, como a obra que reflete do modo mais puro e definido as perspectivas e horizontes especificamente braudelianos da visão de mundo histórica de Fernand Braudel. O que talvez explique, inclusive, esse tom mais explícito e recorrentemente autobiográfico, que singulariza uma boa parte das passagens desta última obra.

Longe de constituir uma “ruptura” ou desvio, com relação ao itinerário braudeliiano anterior, *A identidade da França* pode ser considerada antes como uma espécie de coroamento desse itinerário, como um esforço intelectual que consolida e aprofunda, embora de maneira parcial e inacabada, várias das linhas de força de todo o percurso braudeliiano. Isso tanto no sentido das permanentes inquietações intelectuais de nosso autor, como no da continuidade e da vinculação orgânica desta última obra com as que lhe antecederam.

Pois, se voltarmos novamente à biografia de Braudel, interrogando-a agora em torno desta temática da história da França, poderemos comprovar que a mesma acompanha, pontual mas constantemente, toda curva dessa mesma biografia. O tema da França e de sua história retorna constantemente à atividade intelectual de nosso autor. Isso pode ser percebido em vários momentos: nos primeiros tempos da redação de sua tese de mestrado, quando Braudel se auto-define estudante de esquerda e, em conseqüência, apaixonado pelo tema da Revolução Francesa, e quando consagra essa dissertação ao estudo das vicissitudes da vida da pequena cidade de Bar-le-Duc, durante os três primeiros anos da Revolução; no projeto não realizado de seus últimos anos, de escrever uma história de seu lugar de nascimento, a aldeia lorenesa de Lumeville em Ornois; nos cursos e conferências sobre temas da história da França, ministrados na Universidade de São Paulo; nos cursos do Collège de France, dedicados à história francesa; em seu trabalho de co-direção, junto com Ernest Labrousse, da obra coletiva *Histoire Economique et Sociale de France*, publicada durante os anos 70 e 80.

Considera-se esta preocupação com a história do hexágono como uma das áreas permanentes de trabalho de Fernand Braudel, área que, embora não ocupe todo o tempo ou centro de sua atividade, se faz presente, implícita ou explicitamente, em praticamente todo conjunto de seus produtos intelectuais. Além dos cursos e trabalhos já mencionados, a presença da França e das interrogações, em torno de sua história, manifesta-se no estudo do mundo e das civilizações mediterrâneas, de 1949, bem como na pesquisa mais global sobre a história e os caminhos específicos do capitalismo no mundo, de 1979.

Como bom historiador que é, consciente e ativo frente ao presente e ao contexto em que vive, Braudel não abandona nunca a França, senão para poder observá-la melhor a distância, voltando a ela incessantemente, carregado sempre de novas perguntas e novos elementos de resposta. Assim, quando as condições de um novo contexto cultural e social em geral permitem, e após concluir essa enorme tarefa, que se encerra em 1979, Fernand Braudel abraça finalmente, de maneira integral e plena, o projeto da história da França em três volumes, que já havia anunciado desde 1971, como em fase de “preparação” e em torno do qual havia firmado já por essas épocas, inclusive, um contrato de edição com a editora Flammarion.

Se esta história da França vai satisfazer essa longa inquietação intelectual de Braudel, que remonta a seus anos de estudante de história na *Sorbonne*, também responderá, assim como as duas obras anteriores, a certas condições do contexto intelectual e geral em que foi escrita. Particularmente, essa conjuntura que se desenrola entre 1968 e 1989, e que, entre tantos outros temas, vai pôr na ordem do dia o destino, o papel e as perspectivas da nação francesa, dentro do marco da cada vez mais urgente e mais debatida unificação da Europa.

O ano 1968 colocou em crise muitas coisas. Entre elas, a hegemonia dos Estados Unidos sobre a economia-mundo ocidental, hegemonia que, como explicou o próprio Braudel, foi fortemente questionada a partir da dura crise econômica internacional de 1972 –1973. Se, como argumentou convincentemente Immanuel Wallerstein, após esta última data, entramos no período de decadência definitiva daquela hegemonia, então, resulta que tenha retornado a atual e desafiadora pergunta com relação ao papel da Europa, na profunda reorganização que essa decadência inaugura.

Porém, só uma Europa unida poderia fazer frente aos Estados Unidos, e é por isso que toda conjuntura 68/89 esteve marcada por intensas discussões sobre a unificação européia. Isso traz também a pergunta acerca do papel da França nessa unificação e, por fim, sobre o destino da própria “identidade” francesa no interior de tal unificação.

A pergunta quanto aos fundamentos essenciais e, portanto, quanto às perspectivas específicas do “ente” nacional, Braudel responderá, logicamente, a partir da sua habitual situação histórico e das chaves características de sua particular visão de mundo, oferecendo-nos, como resultado, este texto, infelizmente fragmentário, sobre a identidade da França.

Respondendo às condições do contexto pós-68, que assinalamos, esse livro se integra numa linha de profunda coerência intelectual, dentro da curva evolutiva que começa com o *Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*, e que prossegue com *Civilização material, economia e capitalismo*.

A obra de 1979 havia levado desde o longo século XVI até os séculos XI-XIII-XX, e do Mediterrâneo – centro de mundo – até a escala do planeta. *A identidade da França* nos conduzirá, nessa linha de vastas perspectivas tão caras a Braudel, para a curva temporal de toda história da humanidade, desde os primeiros assentamentos de povos sedentários e agricultores reconhecidos no território francês no quarto milênio antes de Cristo, até a mais imediata contemporaneidade. Ao mesmo tempo, numa espécie de compensação, essa mesma pesquisa da identidade francesa vai “redefinir” os limites espaciais planetários, que haviam servido de marco a Braudel, em seu trabalho sobre o capitalismo moderno, para as mais modestas fronteiras da Europa, que envolvem e explicam, em grande medida, essa mesma história milenar da pequena Gália/França.

Ao mesmo tempo em que satisfaz essa preocupação insistente em seu percurso e que responde, com olhar de historiador, às demandas e interrogações de seu presente, Fernand Braudel deseja, com esta história da França, encarar um desafio intelectual, cuja estatura só pode ser medida na comparação detida deste projeto com o caráter profundo de suas duas obras anteriores: o objetivo de demonstrar como é possível aplicar vastas perspectivas, de história global, de longa duração e de um olhar crítico, *também aos temas aparente-*

mente reduzidos, definidos e habituais dos historiadores tradicionais. Se em *O Mediterrâneo* a novidade do livro começa com o próprio tema eleito, e em *Civilização material...* o “problema de história” abordado impõe pela magnitude de suas dimensões, em *A identidade da França*, trata-se, ao contrário, de temas e problemas que pareceriam ser os mais triviais e correntes da imensa maioria das obras da historiografia tradicional.

A dificuldade está justamente aqui. Em sua última obra, Braudel aborda efetivamente a economia camponesa, as vicissitudes da história demográfica e a problemática das distintas regiões francesas, todos temas sobre os quais, nas próprias palavras de nosso autor, já se escreveu “intermináveis séries de livros”, imensas bibliografias acumuladas de ensaios e artigos. A diferença na qual Braudel aposta, está no fato de que estes mesmos temas, estudados e visitados até a exaustão pela historiografia anterior, iluminaram-se de uma forma radicalmente nova, mostrando então facetas inéditas e até insuspeitas, agora sob as luzes da história global, crítica e de longa duração, que caracterizam a abordagem braudeliana.

Mantendo a aplicação coerente das perspectivas gerais de sua perspectiva histórica, Fernand Braudel segue dando curso, também no projeto de uma história da França, às suas habituais visões globalizantes, de longa duração e sempre descentradas em relação aos distintos fatos, fenômenos e processos históricos analisados. A França e esses problemas percorridos que sua historiografia previa se convertem em um novo lugar da experimentação, em um verdadeiro laboratório renovado de análise histórica. Assim, afirma Braudel na “Introdução” ao volume I de *A identidade da França*: “[...] dei-me conta de que uma história da França é, em si mesma, um admirável observatório, um esclarecimento (para além de suas próprias aventuras) da marcha da Europa e do mundo [...] A longa duração (sobretudo, ela em primeiro lugar), o hexágono, a Europa, o mundo, essas são as dimensões espaciais e temporais que devo examinar”. A julgar pela parte que nos legou deste projeto global, Braudel efetivamente conseguiu a mais longa e milenar duração, do hexágono e da Europa, ficando o exame do mundo na parte não concretizada da obra.

Com isso, fica claro que o verdadeiro objeto tratado em *A identidade da França* deveria ter sido o da reconstrução dessa história da identidade francesa,

concebida e explorada, a partir da mais longa duração histórica possível, dos parâmetros da curva integral de toda história da humanidade, enquadrada em uma perspectiva estritamente globalizante, que tem a França como marco da Europa. E quando necessário, como marco do mundo como um todo, a partir de um enfoque sempre crítico, que examina seu objeto *não* do ponto de vista tradicional do mito do Estado-nação, mas da análise dessas diversas realidades de longa duração geográficas, demográficas, econômicas, sociais, políticas e culturais, que são a base dos processos históricos reais da constituição desse ente nacional batizado de França. Objeto de estudo que pode apenas ser abordado parcialmente (na falta dessa dimensão planetária das “Franças fora da França”, e dos níveis sociais, políticos e culturais), mas que ilustra suficientemente a unidade profunda desta última obra com os demais trabalhos historiográficos braudelianos anteriores.

Esse novo exame da história do hexágono, em chave completamente braudeliana, devia permitir a Braudel responder a essa dúvida desafiadora que lhe surgiu a partir das investigações anteriores: por que a França chegou sempre tarde nas grandes corridas históricas pela liderança econômica e política da pequena Europa? Por que nunca ocupou, senão de modo efêmero, esse posto de “centro” ou “coração” da economia-mundo européia, que tiveram, em distintos momentos, Itália, Holanda ou Inglaterra? Por que a Europa, e não a França, que é parte dela?

Para responder a esta pergunta, nosso autor havia construído um esquema que deveria analisar, sucessivamente: I. A identidade da França, II. O nascimento da França, e III. O destino da França. O tomo I se desdobraria nos seguintes pontos: 1. O espaço e a história (a geografia), 2. Os homens e as coisas (a demografia e a economia política), 3. O Estado, a cultura, a sociedade (a política, a psicologia e a sociologia), e 4. A França fora da França (a dimensão internacional e a conclusão deste primeiro tomo). Embora tivesse finalizado os pontos 1 e 2 desse primeiro tomo projetado, com eles, foi capaz de trazer elementos suficientes para olhar, de uma maneira nova, radicalmente diferente, a história da França.

Esta ambigüidade de uma história da França que se confunde, numa parte de sua superfície e de seu volume, com os destinos do mundo e da Euro-

pa, incomodou-me muito, em meus projetos anteriores. Inutilmente, pois, com o passar do tempo, dei-me conta de que uma história da França é, em si mesma, um admirável observatório, um esclarecimento (para além de suas próprias aventuras) caminha da Europa e mundo.

A longa duração, pois (sobretudo, ela em primeiro lugar), o hexágono, a Europa e o mundo, essas são as dimensões espaciais e temporais que vou examinar. Através do espaço e do tempo, essas dimensões permitem tornar indispensáveis comparações, classes de experimentações, quero dizer, de experiências levadas a cabo, em conformidade com um projeto pré-concebido e que posso voltar a começar a meu capricho, variando os elementos examinados. A França retrospectiva se apresenta, assim, como um laboratório de experiências, de comparações “inter-espaciais e inter-temporais”, capazes de nos colocar na perspectiva das continuidades, das regras e tendências (não digo leis), de repetições que fazem dessa história profunda uma sociologia retrospectiva, indispensável ao conjunto das ciências humanas.

Fernand Braudel. *La identidad de Francia*. Ed. Gedisa: Barcelona, 1993, v. 1, p. 19.

Longe de ser “mais um título” na série interminável de obras já existentes em torno deste tema, a história da França de Braudel se revela como um verdadeiro laboratório de múltiplas e complexas “aplicações” das perspectivas e dos modelos que o autor foi forjando ao longo da vida, postos em prática em trabalhos anteriores. Diferentemente d’*O Mediterrâneo*, ou de *Civilização material*, que abriam novos e inéditos campos de investigação histórica – como o tema da geo-história ou o universo da civilização material – *A identidade da França* destaca-se pela significativa quantidade de múltiplos “exercícios” de explicação, ensaiados para o entendimento dos diversos temas abordados; te-

mas cuja novidade apoiara não propriamente em seu conteúdo, mas no modo de tratamento e no esquema de interpretação.

Ao revisarmos com cuidado o argumento dos volumes publicados de *A identidade da França*, vemos que é possível reconstruí-lo praticamente por completo, a partir do registro das múltiplas aplicações dos modelos e horizontes braudelianos que conformam sua arquitetura. Jogando com a dialética das “generalidades” européias presentes no hexágono e nas “singularidades” especificamente francesas desta considerável porção francesa do espaço europeu, a obra nos provê de alguns fundamentos últimos e profundos das identidades de longa duração da França/Gália histórica.

Assim, o estudo da identidade francesa começa pela análise de seus fundamentos geo-históricos. Ou seja, por um novo exercício de aplicação do modelo braudeliano da geo-história, que, ao projetar-se sobre o território francês, permite ao nosso autor um conjunto de novas precisões e refinamentos importantes em relação às deste próprio modelo geo-histórico. Pois, se no centro da proposta da geo-história se encontra, como já assinalamos, a questão da dialética entre o homem e a natureza, que Braudel resolve com o esquema do campo dos possíveis e com as estratégias de resposta das eleições de civilização dos homens, agora, o exame de base geo-histórica da identidade civilizatória da França permitirá, de uma maneira mais clara e explícita, que Braudel critique e desconstrua o sólido mito do suposto “domínio total” da natureza pelo homem na modernidade. O estudo atento da história francesa revela um persistente equilíbrio entre zonas “humanizadas” e realmente sob o controle das sociedades, e amplas zonas de natureza semi-selvagem, muito pouco transformadas pelo homem, nas quais, o “livro da natureza” continua reinando, ao impor outras lógicas de reprodução e outra temporalidade, diversas daquelas vigentes nos territórios efetivamente colonizados e dominados pelos homens. Assim, ao integrar a dimensão histórico-concreta do “caso” francês, nosso autor restitui mais uma vez o papel efetivo da base geo-histórica natural. Ela se faz presente tanto na economia como na sociedade e na cultura do hexágono, desde as funções econômicas dos bosques até sua apreensão no imaginário coletivo, como espaço onde habitam esses “seres estranhos”, que são lobos, duendes, bruxas ou anões. Aquela base geo-histórica se desloca muito lentamente, conforme esse equilíbrio entre mundo semi-selvagem e mundo mais

humanizado e domesticado de preferência em favor deste último, de acordo com os ritmos de crescimento da própria modernidade.

Ou, ainda, voltando à inovadora tese d'O *Mediterrâneo*, onde havia demonstrado a influência dos ritmos estacionários do clima sobre os compassos do tempo da paz e da guerra, Braudel ilustra como esse mesmo calendário das flutuações do clima, durante o ano, impacta no conjunto da vida social francesa. Para mencionar apenas um exemplo, ele monopoliza toda força de trabalho disponível, durante a época da colheita, para redistribuí-la depois por todo o corpo social, uma vez passada a etapa da colheita dos frutos do cultivo agrícola.

Voltando então a interrogar a história francesa, a partir desse observatório geo-histórico, Braudel não só afina e precisa seu modelo, mas, ao mesmo tempo, o convalida e legitima. Revela-nos como o hexágono francês vai reproduzir, no seu próprio espaço, os mesmos traços e as mesmas oposições essenciais que já analisou para a própria Europa. Tal como no caso desta última, há uma França de vocação terrestre frente à outra de vocação marítima, oposição que ao longo da história se resolveu sempre em geral em favor da França terrestre. Por isso, a França nunca foi uma verdadeira potência dos mares, limitando suas capacidades de projeção para o exterior e o destino dessas “Franças fora da França”, que Braudel não teve tempo de analisar. Há também uma França mediterrânea, muito mais presa às dinâmicas deste importante mar, frente a uma França nórdica, oposição que, frente a muitos outros elementos, explica também a célebre fratura do hexágono entre o país d' Oc e o país d' Oil.

Para além destas oposições, assim como a Europa, a França se afirma como uma unidade real e histórica, cuja base última é marcada por uma persistente e multiplicada diversidade. A Europa é diversidade e a França também o é, composta de milhares de pequenos microclimas e microeconomias, centenas de pronúncias e tonalidades lingüísticas, de micromundos de costumes e heterogeneidades folclóricas, culinárias, estruturas familiares, modos de constituição da paisagem ou de singularidades sociais e regionais. Tudo isso a conforma como um verdadeiro mosaico multicolor de variados tons. Não obstante, se mantiveram unidos e coesos em torno de certas dinâmicas gerais, a partir do papel secular do espaço do hexágono, como “istmo” europeu de conexão entre a Europa mediterrânea e a Europa do norte, tanto quanto do caráter compac-

to desse mesmo espaço, encerrado em fronteiras quase espontâneas ou “naturais”, definidas pelos Alpes e a costa mediterrânea até os rios Reno e Danúbio, passando pelos Pirineus e pela fachada atlântica e do Mar do Norte. Desde a época da Gália independente e até nossos dias, essa França afirma esses traços geo-históricos, que Braudel vai reconstruir em seu primeiro volume de *A identidade da França*.

Ao explorar o olhar geo-histórico da história da França, Braudel a submete às suas habituais operações de revisão, a partir da longa duração, da história global e do olhar crítico dos fatos históricos. Pode então esboçar um novo elemento, que se integra como possível aprofundamento dessa mesma perspectiva da “*longue durée*”: o comportamento de certas estruturas de longa duração histórica, como comportamento *cíclico*, como movimento lento, mas claramente ritmado por fases de ascensão, pontos de clímax e linhas de declínio, que, ao tocar o ponto mais alto da curva, volta a reiniciar, reproduzindo então a clássica figura do ciclo. Ciclos que se desenham não como ciclos plurisseculares de dois, três ou cinco séculos, mas inclusive como verdadeiros ciclos milenares, que vão permitir a Braudel explicar, de uma maneira nova, a história geral da Europa e da França, durante os dois mil últimos anos da história.

Nessa última obra, Braudel dá liberdade absoluta à sua profunda opção de ver as coisas ao longo da história. Com isso, pode remontar sua explicação do descobrimento, colonização e povoamento do espaço francês até a época de 1.800.000 anos antes de Cristo, época em que se registra, em Chillac, no Alto Loire, maciço central francês, “o rastro humano mais antigo descoberto na Europa”, precisamente no território francês. Assim, percorrendo os últimos aportes da pré-história, Braudel vai repassar o primeiro lugar *habitado* da França (450.000 a.C.), o primeiro fóssil de ossos humanos encontrado no hexágono (450.000-400.000 a.C.), os múltiplos pontos de colocação dos restos do homem de Neanderthal (100.000 a.C.) ou os primeiros rastros de uma agricultura sedentária na França, que remontam a 4.000 a.C., aproximadamente.

Olhando ao longo no tempo, Braudel se concentra finalmente na história mais conhecida da França, história que se estende desde o ano 58 a.C. até a atualidade. Tanto para essa evolução galo-francesa como para a própria curva histórica de toda Europa. Propõe a existência de um longo ciclo, com-

posto de mil anos, aproximadamente, de depressão ou pelo menos de estancamento econômico (de 50 A.C. até o 950 D.C.), sucedidos por outros mil anos de ascensão econômica (de 950 D.C. até hoje). A esses dois momentos diversos do mesmo ciclo milenar, cada um de mais de mil anos, se superpõem os ciclos seculares intra-milenares, que cortam, por exemplo, o segundo milênio nos períodos de ascensão (950-1350), declínio (1350-1450) e nova ascensão (1450-1950).

Em conjunto, eles permitem explicar, de *maneira radicalmente diferente e inovadora*, os velhos e sabidos problemas da história européia e francesa tradicionais.

Não seria esta fraqueza econômica e geral dos primeiros mil anos depois de Cristo, por acaso, capaz de explicar a crise e queda do Império Romano – cujos sintomas básicos começam já no século I d.C., com o refluxo da curva da força de trabalho escravo no Império – os tempos convulsionados das sucessivas ondas de invasão germanas e dos reinados merovíngios, assim como o relativo fracasso do próprio projeto carolíngio? De modo complementar, não seriam os mil anos de prosperidade e avanço econômico que correm de 950 a 1950, o que, numa linha braudeliana que já conhecemos bem, permitiria explicar a irrupção do capitalismo e da modernidade na Europa, e depois sua tentativa de difusão e expansão por todo o globo? Não seriam também estas curvas milenares descendentes e ascendentes a explicar, por um lado, a sobrevivência de uma economia-mundo centrada em torno do Mediterrâneo até o ano 1000, aproximadamente, para ser sucedida pela nascente economia-mundo européia, que se afirma a partir desse auge do século XI em diante?

Revisitando deste modo a história da França e da Europa, a partir das visões de longa duração, tão caras a ele, Fernand Braudel continua, então, repensando novos elementos gerais dessa mesma teoria das temporalidades e da longa duração, ao mesmo tempo em que elabora novas e sempre sugestivas hipóteses de explicação histórica.

Aplicando a longa duração e os distintos tempos, nosso autor mantém sua vocação globalizante, o que o leva a inserir, como ele mesmo afirma, a história da França na da Europa e a da Europa na do mundo. Ao insistir em sua preocupação com a macropergunta de por que Europa, Braudel agrega

um novo elemento de resposta a esta mesma interrogação. A partir da visão dos “ciclos longos da história da França”, que são os mesmos da história européia, fica claro que o pequeno continente contou, como um golpe de sorte, com essa milenar curva expansiva de mais de mil anos que, junto a todos os elementos antes apontados, teria *sustentado, apoiado e* até impulsionado essa projeção da economia-mundo européia para todos os cantos do planeta. Isso aconteceu duas vezes, pois a crise de 1350-1450, que corta essa expansão de mil anos, reflete simplesmente que a modernidade e o capitalismo, para afirmar-se e consolidar-se, necessitaram de *duas* tentativas. A primeira, falida, que embora leve a cabo todo o movimento expansivo das Cruzadas e a recuperação do espaço Mediterrâneo e da Europa oriental mediterrânea, desemboca na Peste Negra, na Guerra dos Cem Anos e no desmantelamento parcial da sociedade e do mundo europeus. E um segundo ensaio, este bem sucedido, que, após a recuperação do longo século XVI, e como uma de suas seqüelas, abre a “era capitalista” da modernidade, cujos traços na visão braudeliana já assinalamos antes.

Braudel estuda a história de Europa a partir da França e observa a história francesa desde o seu marco europeu, seguindo os passos de Marc Bloch. Assim, cruzando as curvas de vida do hexágono e do pequeno continente que o envolve, Fernand Braudel busca responder também à pergunta antes assinalada de por que não a França. Descobre que as singularidades francesas de longa duração responderem em grande parte a esta última questão. Visto por um prisma comparativo, com relação às restantes nações européias, a França aparece como vítima de seu “gigantismo relativo”. Na ausência de um bom desenvolvimento das comunicações, ele *retarda* permanentemente a difusão de toda inovação, mudança, iniciativa ou “importação” civilizatória do exterior. Se essa imensidão faz a França capaz de absorver toda inovação ou migração possível, desde a romana ou a francesa, até a espanhola, italiana ou mais recentemente a magrebina e sul-africana – o que leva Braudel a defender uma posição abertamente anti-racista – essa mesma enormidade dificulta a penetração do capitalismo, o movimento do comércio mais desenvolvido e o ágil deslocamento dos empréstimos, finanças e transferências de capital.

Nesta mesma linha, a França aparece como um país cronicamente “superpovoado”, em termos de desenvolvimento de sua economia. Essa

superpopulação torna mais frágeis os equilíbrios e explica em parte o fato de que o hexágono seja um país muito mais camponês, durante muito mais tempo que muitos de seus vizinhos europeus. A demografia da França marcha fora do relógio europeu, detendo precocemente seu crescimento demográfico, quando a Revolução Industrial o está empurrando para o resto da Europa. O hexágono, portanto, será também “vítima” desta relativa superabundância de homens, no momento de competir pelo acesso ao capitalismo e pela liderança econômica e política da economia-mundo européia.

Apesar de ser uma espécie de “centro” ou de encruzilhada natural dos caminhos europeus, que convergem até ela de maneira quase espontânea, a França chegou a ser vítima dessa mesma posição “central”: a partir do século XIV, todos os grandes circuitos do capitalismo comercial, e depois manufatureiro, passam a “rodear” seu território sem tocá-lo, deixando-a, então, realmente à *margem* de todos os processos inovadores e de vanguarda do jogo capitalista, que então tomam conta progressivamente de toda Europa.

Essa França central, de vocação mais terrestre que marítima, camponesa, superpovoada e gigante, não estará jamais no posto de comando da economia – mundo européia – com a única exceção das feiras de Champagne que, no século XII, a converteram em centro de gravidade do mundo europeu desenvolvido, mas apenas de maneira efêmera, que logo vai à falência.

Finalmente, com o intuito de observar também a história de seu próprio país natal, de uma perspectiva crítica, Braudel procura descentrar-se com relação a essas histórias habituais da França, que cantam as glórias dos Capetos, Luíses, Enriques ou Napoleões. Prefere concentrar-se nas estruturas da França profunda, nessa França das coordenadas essenciais da longa duração, que o levaram novamente até os terrenos por ele inaugurados e para ele bem conhecidos dos diversos traços da civilização material. Ao abordar diretamente as realidades econômicas longas dessa França profunda, nosso autor volta a encontrar vários dos temas principais, que ele mesmo havia desenvolvido no tomo I do livro *Civilização material, economia e capitalismo*. Entra, então, na exploração de como o espaço francês se encontra dividido em diferentes zonas de produção de trigo, de vinho, de gado e de madeira, suportes básicos de sua vida material. Para além da importância, inclusive cultural, que estes “bens de

civilização” possuem dentro da vida e da história européia, e que convertem o corpo de Cristo em pão e seu sangue em vinho, colocando sua efigie sofredora sobre uma cruz precisamente de madeira, sua importância econômica resulta mais que evidente, quando atendemos à alimentação, à bebida, ao trabalho produtivo, ao transporte ou ao próprio habitat de uma grande parte das populações desse mesmo hexágono, que Fernand Braudel analisou.

Assim, investigando tanto o papel do auto-abastecimento de grãos da França, nas curvas dos protestos populares e das insurreições camponesas, ou do impacto dos rebanhos na ativação dos intercâmbios e tráfico comerciais, quanto aos efeitos revolucionários sobre a economia e a dieta camponesas, derivados da “importação” do trigo e da batata na dieta, Braudel se move dentro destas esferas da vida material da França camponesa e profunda, que lhe servem, mais uma vez, como observatório empírico de seu próprio modelo teórico, sobre esta mesma civilização material.

Porém, apoiando-se no estudo que no texto é batizado como as “infra-estruturas” da economia, nosso autor analisa o que chama de “superestruturas” da economia, onde reencontra novamente as suas bem conhecidas estruturas de longo prazo da economia de mercado e do capitalismo. Nesta linha, ao abordar a dialética entre piso inferior e pisos superiores da economia, volta a defrontar-se com a penetração tardia do capitalismo no hexágono. Tal penetração, em certo sentido, não se consuma senão no próprio século XX, quando esses mundos camponeses, da vida material e da França profunda, secular e milenar, acabam por dissolver seus velhos equilíbrios e por renovar-se, sob os modelos da agricultura capitalista e moderna contemporânea.

Trata-se de um exame das identidades francesas, que é ao mesmo tempo uma múltipla aplicação das perspectivas e hipóteses braudelianas da geo-história, da muito longa duração, da vocação globalizante, do espírito crítico e do modelo da civilização material e do capitalismo. Um exame que, embora inconcluso, nos fornece várias das chaves fundamentais para a adequada compreensão de uma verdadeira história da França, que deveria interessar aos historiadores e aos cientistas sociais, uma história da França essencial e profunda, delineada nos horizontes braudelianos da longa duração.



F. Brandel

NOTA BIBLIOGRÁFICA

I. A OBRA DE FERNAND BRAUDEL

Felizmente, a maior parte das obras principais de Fernand Braudel encontra-se traduzida para o espanhol. Estas traduções incluem:

BRAUDEL, Fernand. *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo a la época de Felipe II*. México: Fondo de Cultura Económica, 1953. 2 v. tradução de *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: Armand Colin, 1949.

_____. *Las civilizaciones actuales*. Madrid: Tecnos 1966 tradução da parte redigida por Fernand Braudel do livro *Le monde actuel*, Librairie Eugène Belin, Paris, 1963.

_____. *La historia y las ciencias sociales*. Madrid: Alianza, 1968 (Compilação de artigos metodológicos de Fernand Braudel, editada inicialmente em espanhol, e no ano seguinte em francês, agregando-se seis artigos *não incluídos nesta compilação em espanhol*, sob o título *Ecrits Sur l'histoire*. Paris: Flammarion, 1969).

_____. *Escritos sobre Historia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1991. tradução do livro mencionado *Ecrits Sur l'histoire*, Paris: Flammarion, 1969.

_____. *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II*. 2 México: Fondo de Cultura Económica, 1976. 2 v. tradução da *segunda edição corrigida*, sobretudo no que respeita à ‘Segunda Parte. Destinos coletivos e Movimentos de conjunto’, de *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l’époque de Philippe II*. Paris: Armand Colin, 1966.

_____. *Civilización material y capitalismo*, Barcelona: Labor, 1974 tradução do livro *Civilisation matérielle et capitalisme (XVe-XVIIIe siècle)*. Paris: Armand Colin, 1967.

_____. *El Mediterráneo*. Madrid: Espasa-Calpe 1987 tradução dos dois pequenos volumes: *La Méditerranée. L’espace et l’histoire* com quatro textos de Fernand Braudel, um de Filippo Coarelli e um de Maurice Aymard. Paris: Flammarion, 1986, e *La Méditerranée. Les hommes et l’héritage* (com textos de R. Arnaldez, J. Gaudemet, P. Solinas, M. Aymard, F. Braudel e G. Duby). Paris: Flammarion, 1986. Antes haviam publicado estes mesmos dois volumes numa edição rica e amplamente ilustrada, pela Arts et Métiers Graphiques, Paris, 1977) Existe outra edição *em espanhol*, em dois volumes. México: Fondo de Cultura Económica, , 1989 e 1990.

_____. *Civilización material, economía y capitalismo. Siglos XV-XVIII*, 3 vols., Madrid: Alianza. Espasa-Calpe 1984 tradução de *Civilisation matérielle, économie et capitalisme. XVe-XVIIIe siècle*, Paris: Armand Colin, 1979.

_____. *La dinámica del capitalismo*. México: Fondo de Cultura Económica 1986 (tradução do livro *La dynamique du capitalisme*, Paris: Arthaud, 1985. A primeira edição deste livro, em inglês, intitula-se *Afterthoughts on Material Civilization and Capitalism*, Baltimore e Londres: John Hopkins University Press, 1977.

_____. *Una lección de historia de Fernand Braudel*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989 tradução das Atas do Colóquio de Chateavallon, celebrado em outubro de 1985 e com amplas e constantes intervenções de Fernand Braudel, publicado em francês sob o título de *Une leçon d’histoire de Fernand Braudel*, Paris: Arthaud-Flammarion, 1986.

_____. *La identidad de Francia*, 3 vols. Barcelona: Gedisa, 1993 tradução do livro *L’Identité da France*, 3 vols., Paris: Arthaud-Flammarion, 1986.

_____. *Escritos sobre la Historia*, Madrid: Alianza, 1991 tradução do livro preparado por Paule Braudel, viúva de Fernand Braudel e sua permanente colaboradora intelectual, e que é uma segunda compilação de textos diversos de Fernand Braudel, publicados inicialmente em outros idiomas que não francês, e reunidos para a edição em francês sob o título de *Ecrits Sur l’histoire II*. Paris: Arthaud, 1990.

Existem alguns textos importantes de Fernand Braudel ainda não traduzidos para o espanhol:

_____. *Navires et Marchandises à l'entrée du Port de Livourne (1547-1611)*, escrito com a colaboração de Ruggieiro Romano. Paris: Armand Colin, 1951.

_____. *Le modele italien*. Paris: Arthaud, 1989 inicialmente publicado em italiano, como parte da *Storia d'Italia*, v.II, Turín: Einaudi, 1974, e republicado como livro independente, sempre em italiano, sob o título *Il Secondo Rinascimento. Due Secoli e tre Italie*. Turín: Giulio Einaudi, 1986.

_____. *L'Europe, Arts et Métiers Graphiques*, Paris, 1982 texto coordenado por Fernand Braudel, que foi inicialmente uma série de vários capítulos em televisão, e que inclui três capítulos escritos pelo mesmo Braudel, inclusive o capítulo 8 “Civilisation et Culture. Les splendeurs de l'Europe”, erroneamente atribuído a Folco Quilici, que é, na verdade, o autor das fotografias do livro, e com textos também de Pierre Gourou, Jean Guilaïne, Massimo Pallottino, Maurice Aymard e Jacques Dupâquier).

_____. *Venise*. Paris: Arthaud, 1984 (publicada *simultaneamente* com a edição italiana, em II Mulino, Boloña, 1984).

_____. *Les débuts da Révolution à Bar-le-Duc*, dentro da coleção dos ‘Dossiers Documentaires Meusiens’, O.C.C.E., Verdun, 1989 (este é o texto da Memória que Braudel redigiu em 1922 para a obtenção do Diploma de Mestrado. Foi inicialmente publicado, em 1922 – 1923, em *Le Reveil da Meuse*, sob o título de ‘Les trois premières années da Révolution à Bar-le-Duc’).

_____. “European expansion and capitalism: 1450-1650”, capítulo incluído no livro *Chapters in Western Civilization*, Nova York: Columbia University Press, 1961 (deste texto, não existe até o momento edição em francês, pois ainda não se encontrou o texto original francês escrito por Fernand Braudel).

* * *

Além destas obras de maior amplitude, Fernand Braudel escreveu mais de uma centena de textos, entre os quais incluem contribuições a vários livros de homenagem a historiadores, capítulos de livros, artigos para revistas, prefácios de uma certa extensão ou amplas e detalhadas resenhas críticas. A eles se deveria somar muitos outros prefácios e resenhas críticas de apenas uma, duas ou três páginas.

Para uma lista quase completa destes trabalhos, mas só até o ano de 1971, o leitor pode acorrer ao texto de:

_____. Branislava Tenenti. “Bibliographie des écrits de Fernand Braudel”. *Mélanges em l’honneur de Fernand Braudel. Methodologie de l’histoire et des sciences humaines*, Tomo 2, Toulouse: Privat Editeur, 1973. (Esta bibliografia, muito bem elaborada, cobre quase toda a produção intelectual de Fernand Braudel, mas *apenas até o ano de 1971*. Salvo pequenas ausências, como por exemplo a da referência aos artigos que Fernand Braudel publicou no diário brasileiro *O Estado de São Paulo*, entre 1935 e 1937, ou alguma referência equivocada, publicada na Argentina, em 1948, um capítulo de um livro, que permanece na realidade inédito até hoje, é uma fonte muito importante de consulta e de acesso à produção braudeliana).

Atualmente, a Sra. Paule Braudel prepara, com a colaboração de Roselyne de Ayala, uma compilação em três volumes da maioria destes textos de menor amplitude (artigos, prefácios, capítulos de livros, resenhas críticas, textos conservados de algumas conferências, contribuições diversas), escritos por Fernand Braudel ao longo da vida. Esta compilação em três volumes, que permitirá a um público mais amplo ter acesso à grande parte da obra de Braudel, ainda não muito difundida, deverá incluir também uma Bibliografia, a mais exaustiva possível, da obra de Fernand Braudel. Publicação prevista para a editora De Fallois, de Paris).

II. TRABALHOS SOBRE A OBRA E A FIGURA DE FERNAND BRAUDEL

Não existe até hoje nenhuma obra ou ensaio que nos dê um panorama completo, orgânico e coerente da obra de Fernand Braudel. Publicou-se, em setembro de 1995, a primeira biografia pessoal de Fernand Braudel, por Pierre DAIX com o título de *Braudel*, Paris: Flammarion, 1995. Mas não existe ainda uma verdadeira e completa biografia intelectual de Fernand Braudel.

Sem dúvida, distintos aspectos da obra de Braudel tem suscitado um bom número de ensaios, artigos e livros. Desse conjunto, impossível reproduzir completamente aqui, selecionamos somente uma pequena mostra indicativa mas suficientemente representativa, e a título de exemplificação, das diversas aproximações que a obra braudeliana tem suscitado até o momento.

a) Empresas coletivas em torno da obra de Fernand Braudel

Várias revistas lhe dedicaram números inteiros, ou partes importantes de números à obra de Braudel, reproduzindo, às vezes, textos não facilmente acessíveis do autor. Igualmente, existem alguns livros coletivos, consagrados a analisar distintos aspectos de seus trabalhos, de seu itinerário intelectual ou de suas diversas contribuições à historiografia. Dentre estes números de revista e livros, assinalamos:

Revistas:

Journal of Modern History. v.44, n.4, Chicago, 1972. (Este número é interessante, porque, além de oferecer um bom panorama da recepção anglo-saxã da obra de Braudel, inclui o *único texto explicitamente autobiográfico* de Fernand Braudel, intitulado aqui 'Personal Testimony' e incluído nos *Ecrits Sur l'histoire II*, antes citado).

Review. n.2-3, New York, 1978 (trata-se das Atas do Colóquio Inaugural do *Fernand Braudel Center*, da *State University of New York at Binghamton*, dirigido por Immanuel Wallerstein. Inclui ademais um texto muito interessante de Braudel, 'Em guise de conclusión', que complementa, em alguma medida, o texto 'Personal Testimony', e cuja tradução para o espanhol se encontra na revista *Cuadernos Políticos*. n.48, México, oct-dic, 1986).

Magazine Littéraire. n. 212, Paris, nov. 1984.

Inchiesta, XIV, n. 63-64, jan-jun.1984. Bari: Dédalo, 1984. (incluindo tanto uma seleção de textos de Braudel, como vários ensaios sobre de suas obras).

Le Nouvel Observateur. Paris, do n. 6-12, dez. 1985 (número que inclui a *última* entrevista concedida por Fernand Braudel, assim como alguns dos ecos imediatos de seu falecimento).

EspacesTemps. n.34-35, Paris, 1986 (número que inclui, entre outros textos interessantes, duas breves mas esclarecedoras entrevistas de Marc Ferro e Immanuel Wallerstein).

Revista *Istor*, n.4, Atenas, 1992 (número que inclui duas interessantes entrevistas, a Maurice Aymard e a Peter Burke, sobre a obra *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*).

Suplemento cultural "Perfil de Fernand Braudel", Suplemento de a *Jornada Semanal*, n. 167, México 23 agos.1992 (que inclui vários textos de Fernand Braudel, não facilmente acessíveis, aqui traduzidos para o espanhol).

Livros:

_____. *Braudel e l'Italia*. Prato: Comune di Prato, 1988 (inclui um interessante ensaio de A. Tenenti sobre a atividade de Braudel no Instituto Francesco Datini, e outro de Maurice Aymard, sobre o papel da Itália, dentro da reflexão braudeliana).

_____. *Fernand Braudel: il mestiere di um storico*. Bianca Arcangeli e Giovanni Muto (org.), Napoles: Edizioni Scientifiche Italiane, 1988.

_____. *Lire Braude*. Paris: La Découverte, 1988. coleção de ensaios muito bem planejada e que toca em várias em dimensões essenciais da obra braudeliana, com textos de I. Wallerstein, M. Morineau, M. Aymard, F. Fourquet, A. Caille, Ph. Steiner, F. Dosse e Y. Lacoste.

_____. *Primeiras Jornadas Braudelianas*. México: Instituto Mora, 1993. tratam-se das Atas das Primeiras Jornadas Braudelianas Internacionais, organizadas no México, em outubro de 1991, cuja iniciativa deu lugar, posteriormente, à organização das Segundas Jornadas Braudelianas (Paris, Janeiro de 1994) e das Terceiras Jornadas Braudelianas (Savona, outubro de 1995). Inclui textos de Ruggieiro Romano, Bolívar Echeverría, Immanuel Wallerstein, Paule Braudel, Maurice Aymard e Carlos Antonio Aguirre Rojas.

_____. *Segundas Jornadas Braudelianas*. México: Instituto Mora/UAM Iztapalapa, 1995. Actas das Segundas Jornadas Braudelianas, com textos de Bernard Lepetit, Pierre Dockes, Jacques Revel, Maurice Aymard, Martem Prak, Giovanni Levi, Emiliano Fernández de Pinedo e Carlos Antonio Aguirre Rojas.

b) Trabalhos individuais sobre a obra e a figura de Fernand Braudel

A obra de Braudel tem suscitado interpretações muito diversas e mesmo contrapostas interpretações. Seleccionamos uma mostra dos trabalhos que refletem esta muito diversificada recepção.

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. Hacer la historia, saber la historia: entre Marx y Braudel. *Cuadernos Políticos*, n. 48, México, 1986 tradução para o inglês: “Between Marx and Braudel: making history, knowing history”, *Review*, XV, 2, New York, 1992.

_____. “Fernand Braudel y la ‘invención’ de América”, *La Jornada Semanal*, México, n. 72, 1990.

_____. “Fernand Braudel. Semblanza Intelectual”. *La Jornada Semanal*, México, n.167, 1992.

_____. “El legado intelectual de los Annales braudelianos. 1956-1968”. *Temas Medievales*, n. 4, Buenos Aires, 1994.

_____. “La larga duración en el espejo” In: *A historia a debate*, tomo III, (Atas do Colóquio ‘A historia a debate’, de julho de 1993), História a debate, Santiago de Compostela, 1995 (tradução para o português: “A longa duração no espelho”, *Margem*, n.4, São Paulo, 1994).

_____. “Fernand Braudel, América Latina y Brasil”, *Eslabones*, México, n.7, 1994.

_____. “Civilización material e historia de la vida cotidiana”, *La Jornada Semanal*. 281, México, 1994.

_____. “(Re) construyendo la biografía intelectual de Fernand Braudel”. *Obradoiro de historia moderna*, n.3, Santiago de Compostela, 1994 (tradução para o italiano: “(Ri) costruendo la biografia intellettuale di Fernand Braudel”. *Rivista di storia della storiografia moderna*, ano XV, Roma, n.3, 1994).

ANNALES, Les. “Fernand Braudel (1902-1985)”. *Annales. E.S.C.*, ano 41, n.1, 1986.

AYMARD, Maurice. “Presentazione”. In: F. Braudel, *II Secondo Rinascimento. Due secoli e tre Italie*, Turin: Giulio Einaudi Editore, 1986.

_____. “L’Italia-mondo nell’opera di Braudel”. *Crítica Marxista*, n.1, 1987.

_____. “The Annales and french historiography”. *Journal of European Economic History*, v. I, n.2, 1972.

_____. “Fernand Braudel, the Mediterranean and Europe”, *Mediterranean Historical Review*, v.2, n. 1, 1987.

_____. “Braudel Fernand”. *Diccionario de La nueva historia* (J. Le Goff, R. Chartier y J. Revel, orgs.). Bilbao: Mensajero, 1984.

_____. “Braudel enseigne l’histoire”. In: F. Braudel, *Grammaire des civilisations*, Paris: Arthaud, 1987.

_____. “La storia inquieta di Fernand Braudel”. *Passato e Presente. Rivista di storia contemporanea*, n.12, Florencia, 1986.

BEISSWINGERT, Charlotte “Lire *La Méditerranée*”. *Comparativ*, v.3, n.1-2, Leipzig, 1993.

_____. *Nouvelle histoire ancienne. Zu werk und wirkung Fernand Braudels, vor allem in der Geschichtsschreibung der Bundesrepublik*, Dissertação de Mestrado, Universidade Livre de Berlim, 1991.

BURKE, Peter. *La escuela de los Annales. La revolución historiográfica francesa, 1929-1989*, Barcelona: Gedisa, 1993.

CEDRONIO, Marina. “Profillo delle ‘Annales’ attraverso le pagine delle ‘Annales’” In: *Storiografia francese di ieri e di oggi*, Nápoles: Guida editori, 1977.

CHAUNU, Pierre. “La pesée globalehistoire”. *Cahiers Vilfredo Pareto*, n.15, Ginebra, 1968.

DA COSTA SOUTO, Américo. “Os vários ritmos da evolução histórica (Modelo didático baseado nas teorias de F. Braudel)”. *Revista de Educação e Ensino de Santa Catarina*: Florianópolis, n.1, 1972.

DEVOTO, Fernando. “Prólogo” en el libro *Braudel y la renovación Historiográfica*. Ed. Centro Editor de América Latina, Buenos Aires, 1991.

_____. “Acercas de Fernand Braudel y la longue dureé, treinta y cinco años después” en el libro entre Taine y Braudel. Buenos Aires: Ed. Biblos, 1992.

DOSSE, François. *La historia en migajas*. Valencia: Alfons el Magnanim, 1988.

FERRO, Marc. *Histoires de Russie et d'ailleurs*. Paris: Balland, 1990.

_____. *L'histoire sous surveillance*, Paris: Calmann-Lévy 1985.

FONTANA Josep. “Ascens y decadencia de l'escola dels *Annales*”, *Recerques*, n.4, 1974.

_____. *Historia. Análisis del pasado y proyecto social*. Barcelona: Crítica, 1982.

FOURQUET François. “Villes et economies-monde selon Fernand Braudel”, *Les Annales de la recherche urbaine*, n.38, 1988.

_____. “Braudel et Marx”, texto mecanografado, mayo de 1987.

GEMELLI, Giuliana. *Fernand Braudel e l'Europa universale*. Veneza: Marsilio editori, 1990. (existe agora uma nova versão em francês, com importantes correções em relação ao original italiano, publicada como *Fernand Braudel*. Paris Odille Jacob, 1995).

_____. “Le ‘Annales’ nel secondo dopoguerra: un paradigma?” In: *La storiografia contemporanea. Indirizzi e problemi*. Milán: , Arnoldo Mondadori, 1987.

HALPERIN DONGHI, Tulio. “Historia y larga duración. Examen de un problema”, *Cuestiones de Filosofía*, año 1, n. 2-3, Buenos Aires, 1962.

KULA, Witold. "Storia economía: la lunga durata" In: *La storia e le altre scienze sociali*. Bari: Laterza, 1974 (vale la pena ver todo este libro, que reúne diversos comentarios e ecos suscitados pelo artigo de Fernand Braudel, de 1958, sobre 'La historia y las ciencias sociales. La larga duración').

LE GOFF, Jacques. "Tiempos breves, tiempos largos" In: *Lo maravilloso y lo cotidiano en el occidente medieval*. Barcelona: Gedisa, 1985.

LEPETIT, Bernard. *Chemins de terre et voies d'eau. Réseaux de transports, organisation de l'espace*. París: E.H.E.S.S., 1984.

_____. *Les villes dans la France moderne. 1740-1840*. Paris: Albin Michel, 1988.

_____. "Espace et Histoire. Hommage à Fernand Braudel" *Annales. E.S.C.*, ano 41, n. 6, 1986.

_____. "Event and structure: the Revolution and the french urban system. 1700-1840" *Journal of Historical Geography*, v.16, n.1, 1990.

_____. "Les Annales. Portrait de groupe avec revue", texto mecanografado, 1991.

_____. "Remarques sur la contribution de l'espace à l'analyse historique", *Paysages Découverts*, II, 1993.

_____. "Le présent de l'histoire" In: *Les formes de l'expérience*. Paris: Albin Michel, 1995.

_____. "Los Annales, hoy", *Iztapalapa*. n.36, México, 1995.

LE ROY LADURIE, Emmanuel. "Lire le capitalisme". *Le Monde*, Paris, 14 de diciembre de 1979.

_____. *Paris-Montpellier. P.C.-P.S.U. 1945-1963*. Paris: Gallimard, 1982.

_____. "Braudel le novateur". *L'Express*, del 6 al 12 de diciembre de 1985.

LEVI-STRAUSS, Claude. "Fernand Braudel". *Esprit*, n.111, Paris, febrero de 1986.

LUTZ, Raphael. "Le Centre de Recherches Historiques de 1949 à 1975". *Cahiers du Centre de Recherches Historiques*, n.10, 1993.

_____. *Die Erben von Marc Bloch und Lucien Febvre. Annales Geschichtsschreibung und nouvelle histoire in Frankreich 1945-1980*. Stuttgart: Klett-Cotta, 1994.

MAGALHAES GODINHO, Vitorino. "Evocação de Fernand Braudel". *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.182, dez.1985, jan.1986.

_____. *Do ofício e da cidadani*. Lisboa: Edições Távola Redonda, 1989.

MAIRET, Gérard. *Le discours et l'historique*. Paris: Mame, 1974.

MAKKAI, Lászlo. "Ars Historica. On Braudel". *Review*, v.6, n.4, 1983.

- MARTÍNEZ SHAW, Carlos. “Fernand Braudel: el cenit de la escuela de los Annales”, *Revista de Occidente*, n. 152, 1994.
- MAZON, Brigitte. *Aux origines de l'E.H.E.S.S. Le rôle du mécénat américain*. Paris: Cerf, 1988.
- MIDDELL, Matthias. “Die unendliche Geschichte” In: *Alles Gewordene hat Geschichte. Die Schule der Annales in ihren Texten*. Leipzig: Reclam, 1994.
- MORAWSKY, Paolo. *Fernand Braudel, il metodo storico e la VI Section de l'Ecole Pratique des Hautes Etudes*, Tese de Licenciatura, Università degli Studi di Roma, 1982.
- PARIS, Erato. “La génesis intelectual de la obra de Fernand Braudel. *El Mediterráneo...Argelia (1924-1932)*”, *Iztapalapa*, n. 36, México, 1995.
- PERROT, Jean Claude. “Le présent et la durée dans l'oeuvre de Fernand Braudel”, *Annales. E.S.C.*, v. 36, n.1, 1981.
- POMIAN, Krzysztof. *L'ordre du temps*, Paris: Gallimard, 1984.
- RANCIERE, Jacques. *Los nombres de la historia*. Buenos Aires: Nueva Visión 1993.
- RICHET, Denis. “La place de Fernand Braudel dans l'historiographie d'aujourd'hui”. *L'Histoire et ses méthodes. Travaux et Mémoires de la Maison Descartes d'Amsterdam*, Lille: Presses Universitaires de Lille, n.4, 1982.
- RICOEUR, Paul. *Tiempo y narración*, tomo I. México: Siglo XXI, 1995.
- ROMANO, Ruggiero. *Braudel e noi*. Roma: Donzelli Editore, 1995.
- ROSENTAL, Paul-André. Metaplore et stratégie épistémologique: la Méditerranée de Fernand Braudel. En *Revista de História Económica*, año IV, n.1, 1986.
- RUIZ MARTÍN, Felipe. “Fernand Braudel”, *Revista de Historia Económica*, año IV, n. 1, 1986.
- SCHOETTLER, Peter. “Zur Geschichte der Annales-Rezeption in Deutschland (West)” In: *Alles Gewordene hat Geschichte. Die Schule der Annales in ihren Texten*. Leipzig: Peclam, 1994.
- SEGAL, André. “Pour une didactique de la durée” *Enseigner L'Histoire. Des manuels à la mémoire*. Berna: Peter Lung, 1984.
- STOIANOVICH, Traian. *The french historical method. The Annales paradigm*, Ithaca-Londres: Cornell University Press, 1976.
- TENENTI, Alberto. “Braudel come un grande storico”, *II Globo*, Roma, 26 de sep. de 1982.

- _____. “I domini della lunga durata in Fernand Braudel” In: *Estudos e Ensaio em homenagem a Vitorino Magalhaes Godinho*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1987.
- _____. “Fernand Braudel” In: *Noventa filosofico e scientifico. Protagonisti*, Marzorati editore, 1988.
- _____. “Le ‘Annales’ e la cultura materiale” *Comunità*, n.191-192, 1990.
- _____. “Lucien Febvre e Fernand Braudel Storici”, *En la España Medieval*, n.12, Madrid, 1989.
- VOVELLE, Michel. “La historia y la larga duración”. *Diccionario de la nueva historia* J. Le Goff, R. Chartier y J. Revel (orgs.), Bilbao: Mensajero, 1984.
- VILAR, Pierre. “Historia marxista, historia en construcción” In: *Economía, Derecho, Historia*. Barcelona: Ariel, 1983.
- _____. “La figura de Fernand Braudel” In: *Pensar la historia*, (ed. Norma de los Ríos), México: Instituto Mora, 1992.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial* (3 tomos), Siglo XXI, tomo I, 1979, tomo II, 1984, tomo III (no prelo).
- _____. “Braudel on capitalism and the market”, *Monthly Review*, XXXVII, n.9, 1986.
- _____. “Braudel, los Annales y la historiografía contemporánea”, *Historias*, n.3, México, 1983.
- _____. “Análisis de los sistemas mundiales”, In: *La teoría social hoy*, (Anthony Giddens, ed.). México: Conaculta, 1990.
- _____. “Las lecciones de los años ochentas”, *Argumentos*, n.15, México, 1992.
- _____. “1968: revolución del sistema-mundo. Tesis e interrogantes”, *Estudios Sociológicos*, n.20, México, 1989.
- _____. “El sistema mundial después de la guerra fría”, *La Jornada Semanal*, n.240, México, enero de 1994.
- _____. “El derrumbe del liberalismo”, *Secuencia*, n.28, México, 1994.
- _____. *Unthinking Social Sciences*, Cambridge: Polity Press, 1991.
- _____. “Discutiendotorno del sistema-mundo”, *La Jornada Semanal*, n. 299, México, marzo de 1995.
- WESSELING, H.L. “Fernand Braudel: verleden tijd” *NRC HANDELSBLAD*, Amsterdam, 9 de dezembro de 1985.

<i>Título</i>	<i>Fernand Braudel e as Ciências Humanas</i>
<i>Autor</i>	Carlos Antonio Aguirre Rojas
<i>Tradutor</i>	Jurandir Malerba
<i>Capa</i>	Projeto Ilustração / Eliane Sakaizawa
<i>Projeto Gráfico</i>	Elisabete Kodama
<i>Produção gráfica</i>	Maria de Lourdes Monteiro
<i>Preparação de originais</i>	Lélia Machado Rocha Pereira
<i>Revisão</i>	Giovana Siqueira Príncipe Gisele A. de Lima Jessica Marchetti Gon
<i>Normalização</i>	Soraia Francisco de Paula
<i>Formato</i>	16 x 23 cm
<i>Tipologia</i>	AGaramond
<i>Papel</i>	Supremo 250 g/m ² (capa) Off-set 75 g/m ² (miolo)
<i>Número de páginas</i>	154

A Eduel é afiliada à